**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E
LINGÜÍSTICA GERAL**

**SEMIÓTICA E IMAGINÁRIO: CAMINHOS CONVERGENTES
PARA A APREENSÃO DO(S) SENTIDO(S)**

Geraldo Vicente Martins

**São Paulo
2006**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E
LINGÜÍSTICA GERAL**

**SEMIÓTICA E IMAGINÁRIO: CAMINHOS CONVERGENTES
PARA A APREENSÃO DO(S) SENTIDO(S)**

Geraldo Vicente Martins

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Lingüística Geral, do Departamento de Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Semiótica e Lingüística Geral.

Orientador: Prof. Dr. Cidmar Teodoro Pais

**São Paulo
2006**

Como o poeta, dedico este trabalho a todos os que tornam nosso tempo melhor e aos que não pioram com ele.

À **Maria de Lourdes**, pela vida, e à **Edvânia**, pelo sentido da vida – cuja tradução é o amor –, entrego um pouco dos frutos que elas tornaram possíveis florescer.

Embora muito da produção acadêmica resulte das horas solitárias diante de folhas preenchidas ou a preencher, nada se faz, efetivamente, sozinho. É sempre no diálogo com os outros que se constroem as idéias e se realiza o trabalho. Agradecer-lhes, portanto, é reconhecer sua importância em nossas realizações; por isso, minha mais profunda gratidão:

ao Professor Doutor **Cidmar Teodoro Pais**, pela lição de respeito e dignidade no convívio com o saber, além das frutíferas sessões de orientação;

às Professoras Doutoras **Maria Thereza Strôngoli** e **Liana Sálvia Trindade**, pelas contribuições dadas no Exame de Qualificação. À primeira, devo também o estímulo inicial para este trabalho;

à Professora Doutora **Maria Aparecida Barbosa**, cuja integridade humana e intelectual foi, em grande parte, motivadora do desenvolvimento desta tese;

aos Professores do Departamento de Lingüística, em especial **Ivã** e **Marcos Lopes**, **Antônio Vicente** e **Norma Discini**, pelas questões levantadas em diversos momentos;

ao **Júlio** e ao **Inácio**, e aos demais colegas do NUPLIN, pela interlocução constante, além dos congressos e, sobretudo, da amizade;

aos meus familiares – especialmente, a **meus irmãos**, pelo carinho, a força e o incentivo constantes;

à **Edvânia**, cujo amor é a inspiração e a força de toda a minha existência;

à **CAPES**, pelo apoio financeiro;

a **Deus**, por tudo e tanto... sempre!

RESUMO

O presente trabalho realiza uma aproximação entre as teorias semiótica discursiva e antropologia do imaginário, cujas formulações ocorreram em torno, respectivamente, de Algirdas Julien Greimas e Gilbert Durand, e servem de sustentação ao trabalho de análise de discursos os mais diversos: literários, folclóricos, publicitários e jurídicos, entre outros.

Para alcançar tal objetivo, adotou-se o seguinte procedimento: abordar os principais conceitos relativos às duas teorias, discutindo suas implicações e a perspectiva de convergência entre eles. Essa escolha motivou a pesquisa a se direcionar em vista dos seguintes objetivos: redimensionar as polêmicas entre Greimas e Durand em torno das premissas epistemológicas que deram origem às suas propostas teóricas, focalizando a pertinência de cada uma delas; analisar as possíveis convergências entre os conceitos dos dois conjuntos; e verificar as possibilidades de integração, adaptação e incorporação entre eles.

Diante dos resultados obtidos, pôde-se concluir que as divergências apontadas de ambos os lados constituíram-se a partir de considerações superficiais, resultando muito mais da defesa veemente que cada autor fazia de suas idéias do que propriamente da incoerência ou incompatibilidade entre elas; quanto à análise das convergências possíveis entre os conceitos e seus desdobramentos, verificou-se a pertinência da proposta responsável pelo desenvolvimento do trabalho, sobretudo em relação a conceitos fundamentais das teorias, a saber: pela semiótica discursiva, *semi-símbolo*, *isotopias figurativas*, *instância de enunciação*, *modos de existência e modalidades* e *junção*, e, pela antropologia do imaginário, *símbolo*, *regimes de imagens*, *trajeto antropológico*, *estruturas* e *esquemas verbais*.

Palavras-chave: semiótica discursiva; antropologia do imaginário; análise do discurso; conceitos fundamentais; convergência.

ABSTRACT

This dissertation brings discursive semiotics and anthropology of the imaginary closer together, which includes their respective formulations that were developed around Algirdas Julien Greimas and Gilbert Durand. These theories are the support to the analysis of several discourses such as: literary, folkloric, advertising and legal among others.

In order to accomplish the goals, major concepts of both theories have been approached, discussing their implications and convergence. This choice motivated the research to be directed into a re-dimensioning of polemics between Greimas and Duran concerning epistemological premises that originated both theories, aiming at their pertinence as well as the analysis of possible convergences between the concepts of both settings and the possibility to integrate, adapt and incorporate both of them.

According to the results, it is possible to conclude that divergences of both sides have been built from superficial considerations, much more as a result of the defense both authors made of their ideas than from an incoherence or incompatibility between both of them. As for the analysis of possible convergences between concepts and their implications, the proposal to develop this dissertation has been proved pertinent, especially concerning fundamental concepts of theories such as: discursive semiotics, semi-symbol, figurative isotopy, enunciation, existence mode and modality and junction, as well as the anthropology of the imaginary, symbol, image regimen, anthropological route, structures and verbal schemes.

Key Words: discursive semiotics; anthropology of imaginary; discourse analysis; fundamental concepts; convergence.

SUMÁRIO

Introdução.....	01	
 Capítulo I		
– DAS TEORIAS.....	10	
1.1 Primeiras palavras.....	10	
1.2 Semiótica discursiva.....	11	
1.3 Antropologia do imaginário.....	25	
 Capítulo II		
– DAS DIVERGÊNCIAS.....	33	
2.1 Primeiras palavras.....	33	
2.2 A querela entre semiótica e imaginário.....	33	
 Capítulo III		
– DAS CONFRONTAÇÕES.....	49	
3.1 Primeiras palavras.....	49	
3.2 Entre símbolo e semi-símbolo.....	50	
3.3 Entre regimes de imagens e isotopias figurativas.....	62	
3.4 Entre trajeto antropológico do imaginário e instância de enunciação.....	68	
3.5 Entre estruturas e modos de existência e modalidades	78	
3.6 Entre esquemas e junção.....	85	
 Capítulo IV		
– DAS CONVERGÊNCIAS.....	93	
4.1 Primeiras palavras.....	93	
4.2 Da imperfeição e o simbólico: um ensaio de homologação.....	94	
 Considerações Finais.....		110
Bibliografia.....		114

INTRODUÇÃO

Com o presente trabalho, propomo-nos a realizar uma aproximação entre as teorias semiótica discursiva e antropologia do imaginário. Não sendo por acaso que as idéias, responsáveis por nos conduzir rumo aos diversos empreendimentos que assumimos, nascem e tomam forma em nossa existência, torna-se necessário explicar as razões que as motivaram. A elas, pois.

Envolver-se em pesquisa é, para nós, mais que um projeto acadêmico, um projeto de vida, uma vez que a vontade de aprofundar-se no conhecimento da área em que nossos estudos se inserem mescla-se, o tempo todo, com propósitos pessoais. Por isso, desde que, para realizar a dissertação de mestrado, utilizamos da semiótica discursiva para a fundamentação das análises feitas em letras de música do cantor e compositor brasileiro Renato Russo, líder da banda de rock Legião Urbana, de relativo sucesso nas décadas de 1980 e 1990, tomou-nos um grande interesse por essa teoria.

Contraída a “paixão pela semiótica”, não havia outro caminho a seguir, senão o que conduzia à obtenção de maiores informações sobre suas origens, desenvolvimentos e características. Em razão disso, após a conclusão do Mestrado, voltamo-nos para leituras sucessivas de obras que refletiam o percurso de avanços e impasses sobre o qual se construía esse “projeto com vocação científica”. Até nos depararmos, com mais tempo e maturidade, com a obra que, de certa forma, ajudou-

nos a refletir sobre algumas questões que conduziriam ao desejo de empreender esta pesquisa: o segundo tomo do *Dicionário de semiótica*.

Ao publicarem, em 1986, esse volume, que, em matéria de coerência teórica, se encontrava bem distante do primeiro, editado em 1979, os semiotistas Algirdas Julien Greimas e Joseph Courtés observavam que diversos estudiosos da teoria vinham procurando expandir o campo de sua atuação, buscando, não raro, para alcançar tal objetivo, o auxílio de sistemas de idéias que possuísem interesses afins. Essa constatação poderia ser estendida aos anos seguintes, quando a semiótica discursiva, em vista da necessidade de abordar as paixões nos discursos, permitiu que seu leque de indagações se abrisse ainda mais para áreas de exploração científica vizinhas. É nessa linha de raciocínio que se insere nossa pesquisa, tentando ensaiar conciliações entre a semiótica e a antropologia do imaginário, teoria que se constrói a partir de uma preocupação do sociólogo francês Gilbert Durand em explorar e entender o vasto arsenal de imagens constituídas ao longo da história da humanidade bem como sua significação.

Assim, este trabalho constitui-se como um exemplo concreto da abertura citada há pouco, pois estudiosos de ambas as teorias visadas nesta pesquisa, por diversas vezes, mencionaram a possibilidade de assimilação entre algumas de suas idéias, contudo, não se sabe por quais razões, nenhum deles realizou, efetivamente, essa aproximação. Partindo da exploração sistemática dos postos e pressupostos de alguns conceitos-chave das teorias, tencionamos mostrar que existe, de fato, uma convergência possível entre elas.

Também o interesse pelos postulados da antropologia do imaginário teve início no decorrer do curso de Mestrado, quando procurávamos uma teoria auxiliar que contribuísse para as interpretações e inferências alcançadas na análise das letras de música. Contudo, o desejo de concluir aquela etapa de estudos no período regimentar mínimo impediu-nos de avançar nos estudos sobre o imaginário, e a intenção somente pôde concretizar-se mais tarde.

No que se refere à gênese das relações entre as duas teorias, podemos notar que elas se iniciam já nos primeiros anos de existência de ambas, pois, em

Semântica Estrutural, obra fundadora da semiótica francesa (como também é conhecida a semiótica discursiva), Greimas, apontando discordâncias com a metodologia adotada por Gilbert Durand, criticava idéias contidas em *As estruturas antropológicas do imaginário*, livro fundamental para a constituição dos estudos na área, considerando bastantes fluidos os critérios de análise e organização das imagens que o estudo trazia.

A crítica seria respondida por Durand em diversos textos seguintes, inclusive no prefácio a edições posteriores de sua obra capital, nos quais ressaltaria algumas diferenças entre as duas perspectivas de estudo, mas isso não o impediria de considerar suas preocupações como pertencentes ao mesmo paradigma em que se inseririam as do semioticista: o da busca do sentido. Retomando tais “desavenças”, desejamos contextualizá-las e reconfigurá-las dentro do quadro de possíveis convergências que pesquisamos.

Dadas as tendências contemporâneas dos estudos científicos que visam a promover a interação entre as diversas teorias que fornecem subsídios à ampliação do conhecimento humano, este trabalho também encontra sua relevância no fato de estudar em quais pontos dois conjuntos teóricos, de certa forma, ainda recentes e em constante aprimoramento, e que servem de sustentação à análise do discurso, podem possuir convergências em suas bases conceituais.

A busca de conjugação dos dados advindos de teorias distintas também se articula com os objetivos de um “novo paradigma científico”, visto que, depois de um tempo em que a ciência moderna viu como positivo o florescimento de um grande número de teorias que visavam a explicar os objetos com os quais o homem se vê às voltas, vivemos uma outra era, na qual se julga necessário conciliar as perspectivas teóricas que contemplem um mesmo objeto. Afinal, como nota o sociólogo francês Michel Maffesoli (1995, p. 37):

Pouco importa o termo empregado: ideal-tipo (Weber), resíduo (Pareto), caráter essencial (Durkheim), estrutura (Lévi-Strauss), arquétipo (G. Durand), o essencial é destacar um denominador comum capaz, senão de explicar a época em sua totalidade, de pelo menos desenhar seus principais contornos.

Tomando como fundamento da concepção de fazer ciência o que essa declaração pressupõe, ou seja, que sob a diversidade de aparatos metodológicos e nomenclaturas reside o mesmo desejo de compreender a aventura humana, mas sempre reconhecendo as especificidades de cada um desses instrumentais, procuramos estudar sob a forma comparativa alguns termos-chave dos dois conjuntos teóricos surgidos na década de 1960: antropologia do imaginário e semiótica discursiva.

Inicialmente, ao se considerar as origens das concepções ocidentais de mundo, pode verificar-se que semiótica e imaginário provêm de ramos diferentes: a primeira ligando-se à concepção aristotélica, levando em conta a compreensão do homem e do universo proporcionada por uma observação dos dados norteadas pelo uso da razão, privilegiando uma lógica binária, uma dialética que busca o certo ou o errado e exclui uma terceira possibilidade; a segunda associando-se à concepção platônica, considerando a possibilidade de um conhecimento por via indireta, mediado pela imaginação, pela imagem, cabendo a esta reconduzir os sujeitos ao que se consideram verdades inacessíveis para a razão, tornadas possíveis pela experiência mítica. Como, poeticamente, assinala Durand (1998, p. 17): “Ali onde a imagem bloqueada não consegue penetrar, a imagem mítica fala diretamente à alma”. Mas não avancemos; por ora, para os fins desta introdução, contextualizemos apenas a filiação histórica mais próxima aos dois conjuntos teóricos.

Tributária das análises dos contos tradicionais russos efetuadas por Vladimir Propp, das idéias do antropólogo Claude Lévi-Strauss e das reflexões sobre a linguagem de Louis Trolle Hjelmslev, entre outras, a semiótica, desde o seu surgimento, preocupa-se em indagar como um texto, independente da linguagem que o veicule (verbal, visual, sincrética, etc), constrói o sentido. Nos termos dos semioticistas já citados por nós,

A teoria semiótica deve apresentar-se inicialmente como o que ela é, ou seja, como uma **teoria da significação**. Sua primeira preocupação será, pois, explicitar, sob forma de construção conceptual, as condições da apreensão e da produção do sentido. (grifo dos autores) (s/d, p. 415)

A construção conceptual mencionada no trecho vem sendo desenvolvida, ao longo das décadas, dando origem a um instrumental metodológico que permita explicar o engendramento de sentido do discurso, concebendo-o sob a forma de um percurso gerativo que, indo do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto, seria constituído por três níveis: o fundamental, o narrativo e o discursivo, cada um deles comportando um componente sintáxico e outro semântico.

No nível fundamental, patamar profundo do percurso gerativo do sentido, a sintaxe comporta uma organização mínima, uma estrutura elementar que se estabelece a partir de dois termos-objeto, os quais, por meio das operações de asserção e de negação, encontram seus termos contraditórios e contrários, possibilitando a construção do quadrado semiótico, modelo básico da semiótica que mostra a articulação geral das oposições semânticas do discurso. Já a semântica fundamental trata dos valores investidos sobre a instância das categorias elementares, a partir da categoria tímica que os articula /euforia/ vs /disforia/; a qual é resultante de uma apreciação da conformidade (ou não) entre o sujeito e o meio em que ele se encontra inserido.

No nível intermediário do percurso, denominado narrativo, encontram-se, em sua sintaxe, sujeitos que estão juntos (em conjunção) ou separados (em disjunção) dos objetos que pretendem alcançar, pois nestes investiram determinados valores que lhes são significativos, em razão dos quais buscarão a junção desejada; já a semântica narrativa diz respeito ao momento em que os elementos semânticos são selecionados e relacionados com os sujeitos, efetivando-se como valores que são inscritos nos objetos desejados por esses mesmos sujeitos.

Finalmente, no nível que se considera mais superficial do percurso gerativo, o discursivo, na sintaxe, é possível destacar os mecanismos de instauração de pessoas, tempos e espaços no discurso: a debreagem, operação pela qual o sujeito da enunciação separa e projeta fora de si, para permitir a constituição do discurso, as categorias actoriais, temporais e espaciais, e a embreagem, que simula um retorno à enunciação, por meio da suspensão dos termos referentes às categorias citadas e pela denegação do enunciado. Na semântica, observam-se, sobretudo, os

procedimentos de tematização e figurativização dos conteúdos abordados no discurso.

Por sua vez, a antropologia do imaginário se constituirá a partir dos estudos de Gaston Bachelard, mestre de Durand, sobre a imagem poética, da apropriação e reconfiguração do conceito de arquétipo da psicologia de Carl Gustav Jung, da valorização do discurso mítico efetuada pela antropologia de Lévi-Strauss e das comprovações realizadas pela reflexologia de Betcherev. Pode-se dizer que a preocupação básica do sistema durandiano é verificar em que medida as imagens manifestadas no discurso contribuem para revelar a organização do pensamento do enunciador.

Para alcançar seu objetivo, no início de seu trabalho de classificação das imagens, contrariando as idéias vigentes até então, Durand (1988, p. 77) afirmaria que “não há ruptura entre o racional e o imaginário, pois o racionalismo não passa de uma estrutura, dentre muitas outras, polarizante própria do campo das imagens”. Assim, a imaginação – que o autor diferencia de imaginário, uma vez que este seria a dinamização das imagens criadas por aquela instância – apresenta-se como fator geral de equilíbrio psicossocial.

Decorre disso que o estudioso do imaginário pode falar em “estruturas discursivas do imaginário”, concebendo neste a existência também de um percurso: o trajeto antropológico do imaginário, que se encontra definido, pelo autor (1997, p. 41), como “a incessante troca que existe no nível do imaginário entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico e social”.

Pela concepção durandiana, torna-se indiferente o trajeto antropológico partir da cultura ou da natureza psicológica, pois aquilo que seria o essencial da representação e do símbolo encontra-se contemplado entre esses dois marcos, os quais, além de outras características, seriam reversíveis.

Ao longo desse trajeto antropológico, situam-se termos caros à psicologia, à antropologia e à semiologia, os quais são revistos e redimensionados pelo estudioso, como *esquema*, *arquétipo*, *símbolo* e *estrutura*, entre outros. Elaborando

o conjunto teórico de forma a levar os termos a se imbricarem adequadamente entre si, em um crescendo hierárquico, chega-se aos regimes de imagens, concebidos como agrupamentos de estruturas vizinhas.

Inicialmente, havia apenas dois regimes: o diurno e o noturno, sendo que este comportava uma subdivisão em duas grandes estruturas. Mais tarde, ao reconhecer certa fragilidade na bipolarização com que trabalhava, Durand percebeu que era necessário reconhecer a existência de um terceiro regime, em cujo interior as imagens oscilavam, ora rumo a um sentido, ora rumo a outro, e passou a trabalhar com essa hipótese, que, na atualidade, já se encontra bastante aceita entre os pesquisadores da área.

A abordagem dos conceitos pertinentes às duas teorias, com a conseqüente discussão de suas implicações e a perspectiva de convergência entre eles, motivou a pesquisa a se direcionar em vista dos seguintes objetivos:

1. estudar e redimensionar as polêmicas entre Greimas e Durand em torno das premissas epistemológicas que deram origem às suas propostas teóricas, focalizando a pertinência de cada uma delas;
2. analisar as possíveis convergências entre os conceitos de ambos os conjuntos teóricos e os desdobramentos em seu interior;
3. verificar as possibilidades de integração, adaptação e incorporação entre os elementos da antropologia do imaginário e da semiótica discursiva.

Além desta Introdução, que desenvolve as motivações gerais da pesquisa, suas características principais e os objetivos que almeja alcançar, a composição da tese compreende quatro capítulos, os quais são seguidos pelas Considerações Finais e a Bibliografia

O Capítulo I apresenta uma síntese da teoria semiótica discursiva e da antropologia do imaginário, retendo as linhas gerais de cada uma delas, sem desconsiderar os desenvolvimentos ulteriores que receberam na concepção de seus fundadores e de outros estudiosos da área, com ênfase nos elementos que mais possam interessar à pesquisa.

O Capítulo II contém uma abordagem das críticas feitas por Greimas a Durand e das respostas deste, com análise de pressupostos epistemológicos que se deixam entrever na discussão entre os autores, apoiando-se também nas considerações de outros pensadores modernos das ciências humanas.

O Capítulo III realiza a comparação entre alguns conceitos fundamentais das teorias visando a uma possível integração e suas implicações, nele, cada tópico é finalizado com uma pequena proposta de integração dos elementos convergentes. É importante mencionar que para a elaboração desse capítulo, apoiamo-nos, sobretudo, nas obras *Semântica estrutural*, de Greimas, *Dicionário de semiótica*, volumes I e II, de Greimas e Courtés, sendo que o segundo tomo conta com a participação de diversos adeptos do projeto semiótico, *Tensão e significação*, de Jacques Fontanille e Claude Zilberberg, e *As estruturas antropológicas do imaginário*, *A imaginação simbólica*, *Figures mythiques e visages de l'oeuvre* e *Campos do imaginário* de Durand, por serem as que, no conjunto da produção de cada um dos autores e seus colaboradores, demonstram preocupações mais explícitas com a metalinguagem de suas construções teóricas, esforçando-se para caracterizá-la. Além disso, considerando que fazer ciência é sempre um trabalho conjunto, que resulta da construção de um sujeito coletivo, recorreremos, sempre que nos parecesse ser pertinente, às obras de precursores e seguidores das duas teorias.

O Capítulo IV examina as confrontações do anterior à luz de *Da imperfeição*, estudo singular no conjunto da obra greimasiana, e suas propostas de descrição do fenômeno estético, do qual decorrem observações sobre a natureza poética e simbólica da linguagem, ensaiando uma homologação entre a semiótica discursiva e a antropologia do imaginário.

As Considerações Finais trazem a síntese dos resultados alcançados, de modo a situar o leitor em relação, sobretudo, às conciliações entre os dois conjuntos teóricos, e a Bibliografia contém a indicação dos autores que trouxeram, de alguma forma, subsídios à pesquisa.

Acreditamos que a realização deste trabalho possa contribuir para o desenvolvimento de ambas as teorias, resultando em que elas, já em patamar bastante considerável de elaboração e proficuidade, ofereçam condições de servir ainda mais aos estudiosos da área do texto e do discurso.

CAPÍTULO I

DAS TEORIAS

1.1 PRIMEIRAS PALAVRAS

Embora ambas as teorias que se discutem neste trabalho sejam ainda recentes, não registrando cinquenta anos de existência, o esforço de seus mentores em construir um edifício teórico-analítico consistente levou-as a alcançarem graus de complexidade bastante consideráveis, de modo que mesmo os conhecedores de uma delas podem sentir-se incomodados com as especificidades da outra. Assim, este capítulo inicial visa a proporcionar certa familiarização com os termos principais da semiótica discursiva e antropologia do imaginário.

Nesse sentido, efetuamos algumas opções que devem ser destacadas. Primeiro, procuramos reter de cada teoria os conceitos essenciais, comentando-os e, às vezes, simplificando-os à medida que sentíamos essa necessidade. Segundo, a tarefa foi mais árdua no que se refere à semiótica, pois ela conta com pesquisadores que não somente utilizam a teoria, mas também a desenvolvem, em vários países – a discussão dos seus conceitos foi limitada pelos objetivos finais da tese, justificando-se a exclusão de alguns tópicos ou o espaço menor dado a eles. Terceiro e último, quanto à antropologia do imaginário, guiou-nos a orientação fornecida pelo próprio Durand em seus textos, ressaltando os itens nucleares de seu método de estudo das imagens – obviamente, interferimos na importância conferida

a um ou outro termo sempre que o julgamos pertinente no trabalho de comparação entre as teorias.

Tais escolhas refletem-se visivelmente neste capítulo, quando se verifica o espaço maior ocupado pela resenha e discussão da semiótica discursiva em prejuízo da antropologia do imaginário. Entretanto, essa extensão maior dos comentários sobre a semiótica justifica-se tão-somente pelas constantes revisões por que a teoria tem passado nos últimos anos, em virtude da concepção de projeto científico de seu fundador; ao passo que, para o estudo do imaginário, os métodos indicados pela antropologia foram, em certa medida, erigidos com uma preocupação de possuírem um valor “definitivo”.

1.2 SEMIÓTICA DISCURSIVA

Na origem da semiótica discursiva, encontra-se como marco fundamental a publicação da obra *Semântica estrutural – pesquisa de método*, de Greimas, em 1966. Nela, em capítulos organizados segundo uma preocupação lingüística específica, o pesquisador de origem lituana preocupava-se, de fato, com o estabelecimento de linhas de trabalho para um método de exploração semântica dos discursos.

Contudo, uma contínua revisão dos postulados presentes neste livro conduziria o autor a retomá-los em diversos artigos produzidos nos anos seguintes, os quais seriam reproduzidos no livro *Sobre o sentido*, de 1970. À medida que aprofundava suas reflexões, Greimas e alguns de seus colaboradores conferiam novas feições ao arcabouço teórico da semiótica, fato que se pode verificar, sobretudo, em três dos rigorosos ensaios presentes nesse livro: “O Jogo das Restrições Semióticas”, “Elementos de uma Gramática Narrativa” e “A Estrutura dos Actantes da Narrativa”.

A constante preocupação com a aplicabilidade dos conceitos formulados levaria o estudioso a publicar um livro em que se encontra reproduzido um trabalho sistemático e rigoroso de análise semiótica. *Maupassant – a semiótica do texto*:

exercícios práticos, de 1976, contém os resultados da exploração do conto “Dois amigos”, de autoria do escritor Guy de Maupassant, que havia sido preparada ao longo dos três anos anteriores; nela, a preocupação em demonstrar, passo a passo, a validade e a produtividade da teoria, sobretudo na explicação dos níveis fundamental e narrativo, encontra-se explícita em vários comentários do autor.

Mas seria a publicação do primeiro tomo do *Dicionário de semiótica*, em 1979, elaborado em parceria com Courtés, que reforçaria o caráter de unidade da semiótica. Por meio de verbetes que procuram abarcar exhaustivamente os conceitos semióticos basilares e operatórios e da constante remissão de um item a outro, pela qual se esclarecia a relação entre eles, era possível verificar a marca da coerência interna a direcionar toda a elaboração da semiótica, esse projeto científico em permanente construção.

No prólogo a esse volume, Greimas e Courtés (ibid., p. 1), preocupados em evitar quaisquer interpretações equivocadas sobre a natureza da obra trazida à luz, explicam:

O dicionário que apresentamos pretende retomar, atualizando-as, certas reflexões sobre a problemática da linguagem e sintetizar, pelo menos parcialmente, certos esforços que têm por objetivo dar a esse campo do saber a forma de uma teoria coerente. É sabido que o projeto semiótico ensejou, de quinze anos para cá, desdobramentos diversos, orientados, parece, em todas as direções; talvez tenha chegado o momento de compatibilizá-los, homologá-los, avaliá-los.

Pela leitura atenta dessa obra, é possível obter uma boa visão geral da teoria semiótica discursiva, cujo postulado de base reconhece que a construção de sentido do discurso ocorre por meio de um percurso gerativo, que vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto. Esse percurso possui três níveis: o fundamental, o narrativo e o discursivo, sendo que cada um deles comporta um componente sintático e outro semântico.

Para uma visão sintética do conteúdo de cada nível, cumpre considerar que: no fundamental, uma sintaxe procura explicar as primeiras articulações da

substância semântica bem como das operações sobre ela efetuadas, enquanto uma semântica apresenta-se como um inventário das categorias sêmicas com representação sintagmática garantida pela sintaxe; no narrativo, uma sintaxe coordena o fazer, compreendido como simulacro do homem no mundo e das suas relações com os outros homens, e uma semântica fornece estatuto de valor aos objetos desse fazer; finalmente, no discursivo, uma sintaxe organiza as relações entre enunciação e discurso-enunciado e uma semântica opera com percursos temáticos e figurativos.

Após a breve visão destacada no parágrafo acima, torna-se necessário observar a constituição de cada um dos níveis do percurso, a começar pelo fundamental, considerando, um pouco mais de perto, suas características e desdobramentos.

O nível fundamental encontra-se no patamar profundo do percurso gerativo do sentido. Nele, a sintaxe comporta uma organização mínima, uma estrutura elementar que se estabelece a partir de dois termos-objeto; estes, por meio das operações de asserção e de negação, encontram seus termos contraditórios e contrários, possibilitando a construção do quadrado semiótico, modelo básico da semiótica discursiva que visa a mostrar a articulação geral das oposições semânticas existentes no discurso. Não se pode esquecer ainda a possibilidade de criação de um termo complexo, a partir da junção dos contrários, e de outro neutro, na junção dos contraditórios, postulados que são ainda mais significativos no que tange à análise de discursos cujas relações se mostram problematizadas, como é o caso, por exemplo, do mítico.

Já a semântica fundamental trata dos valores semânticos investidos sobre a instância das categorias fundamentais, do ponto de vista da categoria tímica que os articula, a /euforia/ vs /disforia/, sendo que a relação eufórica ocorre quando os seres estão em conformidade com os valores do meio em que se encontram e a disfórica, quando estão em situação de desconformidade com esses valores. A categoria tímica recupera a problemática da interoceptividade, exteroceptividade e proprioceptividade que, por estar fortemente vinculada à percepção, foi vista,

durante certo tempo, com muita reserva pelos semioticistas, denotando grande preocupação com a forma pela qual se poderia conceber o corpo enquanto instância produtora de sentidos, indagação que, aliás, já se encontrava na base da teoria desde a elaboração de *Semântica Estrutural*. Nas páginas dessa obra, o autor levantava a questão de uma categoria meta-sêmica que se articularia como *exteroceptividade vs interoceptividade*, associando tais termos, respectivamente, aos níveis *semiológico* e *semântico* do universo imanente da significação. Mais tarde, além dessa correlação, uma outra, ainda mais pertinente aos questionamentos da teoria, seria feita: a que se refere a *figurativo* e *não-figurativo*.

Porém, ao longo do desenvolvimento do projeto semiótico, essa categoria, associada ao termo complexo (ou neutro – problema sempre deixado em aberto pelos semioticistas!) da *proprioceptividade*, não deixaria de incomodar, uma vez que sua origem residia, exclusivamente, em critérios e pressupostos extra-semióticos (para ser exato, de conotações psicológicas), como registram Greimas e Courtés no primeiro volume do *Dicionário de semiótica*, sugerindo que, aos poucos, tal categoria cedesse espaço à outra, a *tímica*, articulando-se em *euforia vs disforia* e tendo como termo neutro a *foria*. Entretanto, aquela categoria não somente sobreviveu como ainda permanece em uso no interior da semiótica, mormente nos últimos anos, quando o papel do corpo na produção de sentido passou a ser investigado por diversos autores.

Cabe registrar especificamente a que dizem respeito os termos da categoria “ceptiva”: os elementos exteroceptivos seriam aqueles que têm correspondência em figuras do mundo natural e os interoceptivos corresponderiam ao mundo interior, cognitivo e emocional do sujeito, cabendo à proprioceptividade fazer a passagem de um a outro. Courtés (2003), visando a conferir maior clareza à postulação desses termos pela semiótica, propõe que se relacione a *interoceptividade* às *sensações*, associando-as ao ponto de vista interior do sujeito, como o fato de sentir-se bem ou mal, por exemplo, em um dado instante, e a *exteroceptividade* às *percepções*, associadas ao mundo exterior que nos rodeia, por motivações externas a partir de qualquer ordem: auditiva, visual, táctil, gustativa ou olfativa.

Enquanto a semiótica se desenvolvia na explicação dos componentes que diziam respeito à ação nos discursos, era natural que as investigações sobre o corpo fossem relegadas a um segundo plano. Mas quando a preocupação da teoria voltou-se para a tentativa de compreender e explicar as paixões que se apoderavam dos sujeitos/atores desse discurso, seu componente sensível ganhou força, derivando daí a necessidade de se conceder maior atenção ao papel que o corpo desempenhava na produção de sentido(s).

Em *Semiótica das paixões*, Greimas e Fontanille (1993, p. 13), em uma das páginas de introdução às discussões propostas na obra, fazem a seguinte afirmação:

É pela mediação do corpo que percebe que o mundo transforma-se em sentido – em língua –, que as figuras exteroceptivas interiorizam-se e que a figuratividade pode então ser concebida como modo de pensamento do sujeito.

Por essa afirmação dos autores, percebe-se que a instância do corpo vai permitir a união entre os elementos que visam a formar o nível fundamental e os do discursivo no percurso gerativo, uma vez que se relacionam as noções de proprioceptividade e figuratividade. Assim, a mediação do corpo, a qual se atribui um papel homogeneizante, resultaria na importância atribuída aos conceitos de *tensividade* e *foria*. Como bem nota Luiz Tatit (1997, p. 42), a respeito desse papel do corpo na geração do sentido: “A partição do uno, condição para ingressar no plano cognitivo, causa desarmonia no universo do ser, fragmenta o corpo, mas, em compensação, instaura o sentido em nossa vida”. Sem a dissociação entre o eu e o outro, alteridade que chama identidade, portanto, a constituição do sentido não se tornaria possível.

Dessa forma, o desenvolvimento das noções aqui abordadas passaria a obter um espaço cada vez maior no interior da semiótica. Fontanille (2004) reconhece, sob as metáforas de natureza corporal e sensório-motora empregadas para referir-se ao corpo na produção de sentido, o fato de o corpo não ser considerado somente como um meio termo entre o eu e o mundo, mas ser o referente último de toda operação

semiótica, e o operador primordial da semiose, ou seja, do ato gerador de sentido. Indo além disso, o autor postula que por meio de um exame mais atento do que se passa no instante em que alguma coisa se individualiza a partir do magma da experiência, passando a fazer sentido para os sujeitos, seríamos levados a constatar que o corpo, e mais precisamente, nas palavras do autor, “a carne em movimento”, encontra as linhas de resistência do que se denominou horizonte ôntico, limite das especulações semióticas sobre as pré-condições do sentido.

É com base em semelhante linha de raciocínio que Fontanille enxerga a necessidade de que, em qualquer experiência mínima de sentido, seja reconhecido, pelo menos, um encontro entre dois movimentos: aquele do mundo em devir e o do corpo.

No outro nível do percurso gerativo do sentido, o narrativo, encontram-se, em sua sintaxe, sujeitos que estão juntos (em conjunção) ou separados (em disjunção) dos objetos que pretendem alcançar, pois neles investiram determinados valores que lhes são significativos (note-se que tais objetos, denominados objetos-valor, não são necessariamente “coisas”, mas tudo em que o sujeito investe certo valor, como, por exemplo, conforto, amor, felicidade, riqueza, etc.). A conjunção ou disjunção entre o sujeito e o objeto caracteriza um estado inicial ao qual sucederá uma transformação, que dará origem a uma busca, por parte do sujeito, de um estado final por ele considerado estável, o que conduz à noção de narrativa mínima. A relação de junção (conjunção ou disjunção) entre o sujeito e objeto-valor determina um enunciado de estado, enquanto a passagem de um estado a outro, por meio de uma transformação ou de uma função fazer, determina justamente um enunciado de fazer.

O desenvolvimento narrativo pressupõe ainda um relacionamento entre os sujeitos da narrativa, no qual um deles, o destinador – concebido como um actante narrativo – pretende, por meio de um fazer persuasivo, convencer o outro, o destinatário, a aceitar determinado contrato. Este outro sujeito, por sua vez, realiza um fazer interpretativo pelo qual julga a validade da proposta e se deve aceitá-la ou não. Se o fazer persuasivo caracteriza-se, primeiro, como um fazer-criar e, depois,

como um fazer-saber, o fazer interpretativo caracteriza-se como um ato que leva ao crer. Ambos os fazeres encontram-se colocados na dimensão cognitiva do discurso.

Cumprе ressaltar que o fazer-crer, por sua vez, é de capital importância para a análise da dimensão patêmica do discurso, pois, implicando a adesão de um dos sujeitos a um estado de coisas proposto pelo outro, interfere, de modo direto, em seu estado de alma, modificando-lhe as capacidades judicativas.

Na verdade, o destinador tenta manipular o destinatário para que este realize ou não determinada atividade. A manipulação pode ocorrer por meio da utilização de quatro estratégias diferentes: a provocação, em que o destinador faz uma imagem negativa do destinatário para levá-lo ao *dever-fazer*; a sedução, em que o destinador faz uma imagem positiva do destinatário para levá-lo ao *querer-fazer*; a intimidação, em que o destinador oferece valores negativos ao destinatário para levá-lo ao *dever-fazer*; e a tentação, em que o destinador oferece valores positivos ao destinatário para levá-lo ao *querer-fazer*. Vê-se que a manipulação opera com as modalidades virtualizantes, *dever* e *querer*, pois são estas as responsáveis pela instauração do sujeito, uma vez que se este não se encontrar motivado para a busca, não haverá narrativa.

A manipulação é a primeira fase de um esquema narrativo canônico, depois dela existem ainda a competência, a performance e a sanção. A competência é o momento em que o destinador confere ao destinatário-sujeito o *poder-fazer* e/ou *saber-fazer* que o tornam apto para a ação, para o *fazer-ser* que identifica a terceira fase do esquema, a performance, isto é, o momento em que se realiza o ato. A competência trabalha com as modalidades atualizantes, *poder* e *saber*, que permitem ao sujeito o agir; a performance, por sua vez, utiliza-se das modalidades realizantes, *fazer* e *ser*, que correspondem à realização do sujeito, uma vez que sujeito realizado é exclusivamente o sujeito que faz. A quarta e última fase do esquema narrativo é a sanção (ou julgamento), momento em que a ação realizada pelo destinatário é julgada pelo destinador, o qual lhe confere uma retribuição, negativa ou positiva, conforme o resultado de sua ação.

Ainda que as fases do esquema narrativo sintetizadas acima nem sempre apareçam explicitadas ou ordenadas seqüencialmente no discurso, é possível reconstituí-las por pressuposição lógica, uma vez que se o sujeito realizou algo é porque tinha a capacidade de fazê-lo, a qual, por seu turno, fora adquirida de alguma forma; além disso, deve ter sido levado, por alguma razão, ao desejo de realizar tal ação.

Mencionaram-se, há pouco e de modo bastante sucinto, o enunciado de estado e o enunciado de fazer: o enunciado é a unidade básica da sintaxe narrativa. Quando um enunciado de fazer rege um de estado, integrando assim estados e transformações, obtém-se um programa narrativo, primeira unidade operatória da sintaxe narrativa. O programa narrativo (PN) pode ser de uso ou de base: é de uso quando se revela como um programa necessário à realização de outro, este, por sua vez, é o de base, pois necessita daquele para sua realização – pelos mesmos critérios, são considerados PNs respectivamente simples e complexos. A seqüência de programas narrativos distintos, como o de competência e o de *performance*, estabelece um percurso narrativo. Este pode ser o do destinador-manipulador, o do sujeito ou o do destinador-julgador. A unidade da sintaxe narrativa que se segue, diretamente, ao percurso narrativo, é o esquema narrativo – já exposto anteriormente.

Tratou-se até este instante somente da sintaxe do nível narrativo, mas este comporta também uma semântica, a qual diz respeito ao momento em que os elementos semânticos são selecionados e relacionados com os sujeitos, efetivando-se como valores que são inscritos nos objetos desejados por esses mesmos sujeitos. Têm-se aí a modalização do fazer, que instaura o sujeito e o torna qualificado para a ação (é o *fazer-fazer*), além de organizar a sua competência modal (é o *ser-fazer*), e a modalização do ser, que determina a relação do sujeito com o objeto, por meio das modalidades veridictórias articuladas pela ótica do *ser* vs *parecer*, sendo também responsável pelos valores que incidem diretamente sobre o objeto.

Como se pode depreender da exposição do nível narrativo, a semiótica explora consideravelmente as modalidades, concebendo-as como um instrumental bastante operatório. Isto ocorre porque no instante em que se postula a existência das modalidades, abrem-se as portas para um imaginário narrativo, pois uma coisa é a enunciação do ato em si; outra, bastante diferente, é sua enunciação a partir da perspectiva das modalidades.

Considerando as inter-relações entre os níveis do percurso gerativo de sentido, e as nuances entre os conceitos de modalidade e modalização, Diana Luz Pessoa de Barros (2001, p. 50) afirma

Na perspectiva da semiótica, as modalidades resultam da conversão da categoria tímico-fórica fundamental (...) e alteram, na instância narrativa, as relações do sujeito com os valores. A modalização, por sua vez, deve ser entendida como a determinação sintática de enunciados: um enunciado, que será denominado modal, modifica um enunciado dito descritivo.

Quanto às modalidades veridictórias, elas operam com o plano da imanência, o do *ser*, e o da manifestação, o do *parecer*, para alcançar um efeito de sentido de verdade (o que é e parece), de mentira (o que parece mas não é), de falsidade (o que não é nem parece) ou de segredo (o que não parece mas é).

Para o estudo de ambas as modalizações, a do fazer e a do ser, a semiótica concebeu, durante muito tempo, apenas a existência das quatro modalidades citadas anteriormente: o dever, o querer, o saber e o poder. Mais tarde, porém, a elas incorporou uma quinta: a do crer, que se revelou fundamental para o estudo das paixões, uma vez que a crença é, na maioria das vezes, atitude de total responsabilidade do sujeito, além de determinante na assunção dos estados de alma que o tomam. Se pelo exposto, sabe-se que modalizações e modalidades participam das fases de manipulação, competência e performance do esquema narrativo canônico, com a inclusão do crer diversos semioticistas puderam aventar a existência de uma etapa anterior ainda à manipulação no percurso gerativo de sentido.

Resta dizer que foi da modalização do ser, ao se estudarem os valores que o sujeito investe nos objetos, que resultaram a abordagem e o estudo das paixões que movem ou interrompem o percurso desse sujeito. Dessa forma, para a semiótica discursiva, as paixões são vistas como efeitos de sentido resultantes de qualificações modais que alteram o sujeito do estado.

Finalmente, mais próximo à manifestação textual, estaria o nível discursivo. Neste, a sintaxe compreende os mecanismos de instauração de pessoas, tempos e espaços no discurso: a debreagem e a embreagem. A debreagem é, segundo Greimas e Courtés (ibid., p. 95),

a operação pela qual a instância da enunciação disjunge e projeta fora de si, no ato de linguagem, e com vistas à manifestação, certos termos ligados à sua estrutura de base, para assim constituir os elementos que servem de fundação ao enunciado-discurso.

Se tal operação trabalha, como se disse acima, sobre as categorias de pessoa, tempo e espaço, deduz-se que existem três formas de debreagem, correspondentes a essas categorias: a actancial, a temporal e a espacial. Nas palavras dos semioticistas citados (ibid., p. 95),

a debreagem actancial consistirá, então, num primeiro momento, em disjuntir do sujeito da enunciação e em projetar no enunciado um não-eu; a debreagem temporal, em postular um não-agora distinto do tempo da enunciação; a debreagem espacial, em opor ao lugar da enunciação um não-aqui.

Existem ainda duas possibilidades distintas de debreagem: a enunciativa e a enunciva. A debreagem enunciativa ocorre quando o sujeito instala no discurso a pessoa (eu), o tempo (agora) e o espaço (aqui) da enunciação; a enunciva, quando o sujeito instala a pessoa (ele), o tempo (então) e o espaço (alhures) do enunciado. Ressaltamos que os termos entre parênteses foram colocados apenas a título de exemplificação, pois existem outros que podem identificar as formas de debreagens citadas.

O outro mecanismo a ser considerado na instauração das categorias mencionadas é a embreagem, que, ainda segundo Greimas e Courtés (ibid., p. 140), é “o efeito de retorno à enunciação, produzido pela suspensão da oposição entre certos termos da categoria da pessoa e/ou do espaço e/ou tempo, bem como pela denegação da instância do enunciado”. A embreagem ocupa um papel importante no texto porque aponta para o caráter de construção lingüística do discurso, denunciando as operações que o enunciador tem em mãos para efetuar deslocamentos dos efeitos de sentido visados no enunciado.

No componente semântico do nível discursivo, encontram-se os procedimentos de tematização e de figurativização das estruturas narrativas. A tematização diz respeito à formulação dos valores de um discurso de forma abstrata, organizando-os em um percurso; desse modo, os percursos encontram-se marcados pela recorrência de traços semânticos, ou semas, apresentados abstratamente. Já na figurativização, figuras do conteúdo servem como cobertura dos percursos temáticos e conferem-lhes elementos de revestimento sensorial. Comparando os dois procedimentos, pode-se perceber que os discursos não são completamente temáticos ou figurativos, mas que existem graus diversos de tematização e figurativização empregados em sua construção.

É nesse ponto do percurso que surge um conceito bastante operatório no que concerne à identificação da temática de um discurso: o de isotopia, a reiteração de temas e a recorrência de traços semânticos na composição das figuras do discurso. A importância da isotopia reside no fato de que ela, ao permitir a manutenção da linha sintagmática do discurso, bem como de sua coerência semântica, confere unidade de sentido ao enunciado.

Existem duas formas de isotopia: a temática e a figurativa. A primeira constitui-se pela repetição de elementos semânticos abstratos em um mesmo percurso temático; a segunda, pela redundância de traços figurativos na associação de figuras próximas.

O desenvolvimento das pesquisas semióticas ao longo dos anos, porém, conduziria a revisões constantes do instrumental concebido no percurso gerativo, de

que decorreria o desdobramento de diversos conceitos, o (quase) abandono de alguns e a inclusão de outros, como é o caso da noção de semi-símbolo. Esta nasce, sobretudo, com os estudos que visavam à determinação do estatuto da poeticidade nos discursos analisados, não somente de caráter verbal, mas também em outras linguagens, notadamente a visual.

Com o conceito de semi-símbolo, os semioticistas de orientação greimasiana pretendem evitar a ambigüidade contida na idéia de símbolo. Para isso, propõem, em virtude de sua fidelidade ao conceito saussuriano de arbitrariedade, considerar a existência, em determinados discursos, de possíveis correlações entre categorias do significante e do significado, ou melhor, da expressão e do conteúdo, as quais resultariam em relações semi-simbólicas.

Todavia, apesar do caráter de acabamento que a teoria apresentava com o volume primeiro do *Dicionário de semiótica*, as pesquisas nos anos seguintes mostrariam novas áreas de exploração semiótica, destacando-se, entre elas, a da abordagem das paixões, entendidas como resultado do percurso modalizante dos sujeitos da narrativa, e a dos discursos artísticos, mormente no que se referia à produção de efeitos de sentido estéticos.

Desse modo, além da publicação de *Du sens II*, em 1983, que, a exemplo do primeiro *Sobre o sentido*, reunia ensaios fundamentais para a compreensão da semiótica, com destaque para os ensaios “A modalização do ser”, “O contrato de veridicção”, “O saber e o crer: um mesmo universo cognitivo” e “Sobre a cólera. Estudo de semântica léxica”, e do segundo tomo do *Dicionário de semiótica*, em 1986, no qual a coerência do primeiro cedia espaço a indagações diversas sobre o papel da teoria e sua relação com áreas próximas do conhecimento, a grande atenção dos semioticistas se voltaria para dois livros publicados originalmente no final da década de 1980: *Da imperfeição*, em 1987, e *Semiótica das paixões*, em 1989.

Em *Da imperfeição*, Greimas, um pouco menos preocupado com o rigor teórico, analisava, na primeira parte da obra, trechos literários extraídos de fontes diversas: episódios de romances de Michel Tournier e Ítalo Calvino, um poema de

Rainer Maria Rilke, um ensaio de Junichiro Tanizaki e um conto de Julio Cortázar. Neles, sob a denominação de “fratura”, procurava entender como se dá o momento feliz da apreensão estética, localizando-a no espaço de uma rara conjunção entre sujeito e objeto. Já na segunda parte, sob o título de “escapatórias”, elaborando algumas reflexões a partir dos fragmentos analisados e com base em considerações de natureza histórica, o autor apresentava certos comentários sobre a concepção ocidental de estética, diferenciando-a da noção de estesia. No Capítulo IV da presente tese, quando se efetuará um ensaio de homologação entre as duas teorias, discutiremos com maior profundidade as propostas esboçadas nesse livro.

Quanto à *Semiótica das paixões*, obra escrita em parceria com Fontanille, tratava-se de uma tentativa de dar conta, sem recorrer ao psicologismo e sem “ontologizar” a semiótica, mas sempre se abeirando da linha que limitam tais campos, dos estados de alma que acometem os sujeitos nas narrativas. Assim, após uma longa introdução de natureza teórica, que procura explicar os fundamentos que presidem ao estudo das paixões, os autores procedem à análise da avareza e do ciúme em textos literários clássicos.

Ora, a análise de tais paixões, sobretudo da avareza, não deixa de revelar aos semioticistas que elas são determinadas, em grande parte, pelo universo de discurso em que se encontram; os quais, por sua vez, em última análise, determinam-se pelas sociedades em que se originam. Assim, no limiar do horizonte em que a semiótica permite considerar, existiria uma relação entre o meio social (e outros pilares) em que o discurso é produzido e os valores veiculados por tal discurso. Nas palavras dos autores (op. cit., p. 155):

A constituição determina, enfim, o teto de seqüência, o ser do sujeito, a fim de que ele esteja apto para acolher a sensibilização ; essa etapa obriga a postular, no nível do discurso, uma determinação do sujeito discursivo anterior a toda competência e a toda disposição: um determinismo – social, psicológico, hereditário, metafísico, seja lá qual for – preside, então, à instauração do sujeito apaixonado. (grifo dos autores)

Tais considerações não se encontram isoladas; antes se apresentam como resultado da busca por um suporte explicativo para as variações culturais manifestadas nas paixões abordadas, entre os quais se discute, inclusive, a pertinência de conceitos sociológicos, como o de *habitus social* de Pierre Bourdieu, com a preocupação de dar conta da articulação formal do corpo, das imagens do corpo e das determinações socioculturais. Diante da observação desses conceitos, porém, Greimas e Fontanille (ibid, p. 145) tecem a seguinte consideração:

Todavia, essas noções sociológicas atribuem grande valor ao “adquirido”; ora, nada permite afirmar que a sensibilização cultural passe mais pelo adquirido que pelo inato. De fato, na proporção em que a sensibilização sobredetermina o processo pelo qual os semas exteroceptivos e interoceptivos são homogeneizados pelo proprioceptivo, ela transcende a oposição entre inato e adquirido. Mas temos poucas informações sobre a maneira pela qual o corpo próprio pode intervir no processo; contentamo-nos, diante das axiologias e da oposição entre a euforia e a disforia, em imaginar que a proprioceptividade agia unicamente por atrações e repulsões. Mas nada diz que o corpo não é suscetível de produzir simbolizações elementares mais complexas, que, sem adotar ainda um funcionamento semiótico, preparariam a sensibilização das formas significantes.

O caráter inovador de *Semiótica das paixões* evidenciava-se também à medida que se postulava a existência de uma etapa anterior ao nível fundamental na constituição do percurso gerativo; um nível das pré-condições do sentido, hipótese que abria espaço para a recuperação da problemática da percepção no desenvolvimento da semiótica, além de reforçar as discussões em torno do sujeito enunciativo e do processo de enunciação. Em consequência disso, ganham força os conceitos que, de alguma forma, se associam à percepção, como os de tensividade e foria, inclinando o olhar da teoria para uma revalorização da contribuição advinda dos estudos da fenomenologia da percepção, os quais já haviam estado presentes na base de formulações iniciais do projeto semiótico, sobretudo na influência do filósofo francês Maurice Merleau-Ponty sobre Greimas.

A morte de Greimas, em 1992, no momento em que a teoria ensaiava esses passos rumo a, de certa forma, um novo centro de interesse, levou os colaboradores do projeto semiótico a se concentrarem em áreas de predileção pessoal, abrindo

caminhos para que idiossincrasias de toda ordem adentrassem o terreno. Tal postura fez com que esses pesquisadores desenvolvessem velhas e novas linhas de trabalho, conduzindo a teoria à aquisição de uma face mais heterogênea em contraposição à pesquisa mais específica de outrora – conforme se pode comprovar pela observação das diferenças encontradas nas publicações mais recentes de alguns semioticistas.

1.3 ANTROPOLOGIA DO IMAGINÁRIO

A antropologia do imaginário surge com a preocupação do sociólogo francês Durand em classificar as imagens que se haviam acumulado ao longo da história da humanidade, uma vez que, para ele, era possível perceber uma certa afinidade entre elas. Entretanto, Durand não desejava efetuar tal classificação a partir de dados extrínsecos às próprias imagens, como antes havia sido feito por outros estudiosos, inclusive por um dos seus mestres, Bachelard, o qual norteava suas observações sobre as imagens em função dos quatro grandes elementos cósmicos (ar, terra, água e fogo).

Para efetuar sua classificação, Durand dá início, então, à análise de um grande arsenal de imagens, as quais ele vai buscar em diversas áreas do conhecimento humano, indo desde a literatura até as artes plásticas, passando pela música, além de relatos tradicionais e míticos de vários povos.

Com a necessidade de definir um método de agrupamento das imagens, o autor reconfigura a noção da antropologia como união de todas as ciências que, de fato, se preocupam com o estudo do homem e suas manifestações. Em razão dessa visão, que implicava, necessariamente, um trabalho multidisciplinar, recorre a contribuições advindas da escola de Reflexologia de Leningrado, a qual estudava os gestos de recém-nascidos, da antropologia de Lévi-Strauss, no que se refere à análise de capacidade do pensamento entre civilizações primitivas e modernas, da pesquisa de Bachelard sobre a imagem, que havia recuperado o importante papel desta para qualquer criação do homem, e da psicologia de Jung, a qual, trazendo as

noções de arquétipo e de inconsciente coletivo, proporcionava um novo olhar sobre a humanidade.

Como a pesquisa durandiana acontecia em um momento marcante para as ciências humanas, no qual a preocupação com métodos para estudar a construção de objetos significantes alcançava novos horizontes, Durand esforçou-se na tentativa de elaborar um vocabulário específico, uma metalinguagem que evitasse, ao máximo, mal-entendidos. Dessa forma, na primeira parte do seu livro fundador de uma visão sobre a área, *As estruturas antropológicas do imaginário*, fruto de sua tese de doutorado e cuja primeira edição data de 1960, dedicava-se a apresentar os termos básicos de seu conjunto teórico.

Reverendo as concepções científicas anteriores ao início do século XX, Durand notou que o erro fundamental cometido por elas, ao postularem a objetividade como valor primordial do fazer científico, havia sido corrigido pela física moderna, cujas experiências haviam demonstrado alterações no objeto a partir da interferência do pesquisador. Assim, não havia como esperar neutralidade do sujeito em sua relação com o objeto.

Outro ponto fortemente contestado pelo autor foi o fato de essas mesmas ciências terem se fundado sobre uma visão aristotélica que rejeitava a possibilidade de um conhecimento indireto, o que havia levado a quase 25 séculos de não somente desprezo para com a imagem e suas implicações, mas sobretudo a um ódio irrestrito (iconoclasmo) a ela e a todo movimento humano que buscasse valorizá-la. Aliás, a concepção aristotélica já recebera forte contestação da parte de Bachelard, para quem tanto o conhecimento pela experimentação quanto o pela poesia são dignos de valor.

Além de demonstrar tais equívocos, o estudioso das imagens procurava mostrar que a imaginação é atividade fundamental para o homem, uma vez que, por meio dela, ao tomar consciência da efemeridade de sua existência, da finitude que o acompanha, ele busca construir um sentido para a vida. Nota-se que há uma distinção entre imaginação e imaginário: se aquela diz respeito à faculdade de

perceber, criar e reproduzir imagens, este se refere à forma como essa faculdade é operacionalizada.

Na construção de sua metalinguagem, o autor parte das considerações feitas pela reflexologia sobre os três reflexos fundamentais do ser humano, de posição, de deglutição e de copulação, por ver neles a possibilidade de integração entre a expressão da subjetividade e as intimações do ambiente. Como explica o próprio Durand (1997, p. 41):

Afinal, o imaginário não é mais que esse trajeto no qual a representação do objeto se deixa assimilar e modelar pelos imperativos pulsionais do sujeito, e no qual, reciprocamente, como provou magistralmente Piaget, as representações subjetivas se explicam “pelas acomodações anteriores do sujeito” ao meio objetivo.

Os reflexos expandem-se até a formação de um *schème*, conceito que remete a uma tendência geral dos gestos, de natureza anterior à imagem e responsável pela junção entre os gestos inconscientes e as representações. Esboça-se, nesse ponto, uma primeira reação do sujeito ante um conteúdo pregnante de sentido que o envolve.

A seguir, surge o arquétipo, imagem primeira de caráter coletivo e inato, uma vez que encontra suas raízes ao longo da própria história humana, marcando conteúdos muito caros à imaginação dos homens em todas as épocas; depois, há o símbolo, um signo concreto que evoca, por relação natural, uma entidade ausente ou impossível de ser percebida, representação que dá a ver um sentido secreto; até que se chega ao mito, sistema dinâmico de símbolos, arquétipos e *schèmes* que tem a tendência a formar um relato, de apresentar-se sob a forma de história, o qual, por esse motivo, já pode ser considerado um início de racionalização.

Embora, em sua apresentação dos conceitos, Durand siga um modo linear, o autor faz questão de ressaltar que não existe anterioridade de um elemento sobre outro, pois, no imaginário, as relações de natureza causal são abolidas; o que há são relações de incessante troca entre uma ocorrência e outra, num dinamismo próprio das imagens, ou seja, embora estas se organizem como uma constelação,

orientando-se para um centro de convergência, não é preciso que haja primazia de umas sobre outras, senão a conferida pelo discurso em que se encontram.

Ocorre que as imagens vão se organizar, ou melhor, agrupar seguindo a orientação de um núcleo polarizante, e segundo o preceito do isomorfismo; a partir disso, constata-se a existência de determinadas normas de representação imaginária, as quais são denominadas de estruturas, entendidas, porém, de uma forma dinâmica, uma vez que o autor busca escapar à concepção vigente na época que compreendia a estrutura como um elemento de predomínio formal, na qual as relações contavam mais que o valor da imagem em si.

Comentando essa concepção dinâmica da estrutura durandiana, Maria Zaíra Turchi interpreta-a como resultado do esforço do autor visando a conciliar os postulados advindos do estruturalismo formal de Lévi-Strauss e da hermenêutica existencialista e historicizante de Paul Ricoeur; na busca de tal conciliação, Durand elaborou um estruturalismo figurativo. Como afirma Turchi (2003, p. 25-6):

Tal aproximação se justifica, entendendo estrutura, como o faz Lupasco, não como uma forma estática e esvaziada de sentido, mas como uma reação dinâmica – forma intuitiva e princípio organizador. Diante desta concepção, não há conflito entre símbolo e estrutura, uma vez que esta última deriva, no seu próprio dinamismo, diretamente da posição “aberta” do símbolo. É a figura, o sentido figurado, que distribui as estruturas, da mesma forma como a linguagem movimenta a língua, a fala aciona a sintaxe, a significação orienta o signo. Em outras palavras, é a força da imagem, manifestada no símbolo, que dinamiza a estrutura.

Finalmente, com base na concepção do autor, percebe-se que a organização das imagens segue a duas intenções diversas, o que justificará a postulação de dois grandes regimes de imagens: o *diurno* e o *noturno*.

Embora tenha determinado a existência desses dois regimes, desde o início, Durand verificou que eles continham três estruturas do imaginário, o que permitiria, mais tarde, a reformulação da idéia original de dois para três regimes, trabalho em que tomou parte a pesquisadora brasileira Maria Thereza Strôngoli. Esta, observando a orientação isotópica seguida na denominação dada aos regimes, chamou ao terceiro regime *crepuscular*, nome aprovado por Durand, como relata a

própria estudiosa (2005, p. 164-5), no artigo “Encontros com Gilbert Durand: Cartas, Depoimentos e Reflexões sobre o Imaginário”, que faz parte do livro *Ritmos do imaginário*:

Na carta que abre este artigo, Durand, comentando minha observação sobre a plurivocidade do crepuscular, afirma que o mérito dessa denominação está, sobretudo, no fato de ela destacar a heterogeneidade desse regime (o noturno) e indicar a consciência de sua bipolaridade.

A função dos regimes e das estruturas do imaginário é servir como uma resposta e um enfrentamento do homem à angústia que a passagem do tempo e a percepção de sua caminhada para o final de sua existência trazem. Assim, embora com orientações diversas, todos eles visam a cumprir esse papel.

Para Durand (ibid., p. 58):

O *Regime Diurno* tem a ver com a dominante postural, a tecnologia das armas, a sociologia do soberano mago e guerreiro, os rituais da elevação e da purificação; o *Regime Noturno* subdivide-se nas dominantes digestiva e cíclica, a primeira subsumindo as técnicas do continente e do hábitat, os valores alimentares e digestivos, a sociologia matriarcal e alimentadora, a segunda agrupando as técnicas do ciclo, do calendário agrícola e da indústria têxtil, os símbolos naturais ou artificiais do retorno, os mitos e os dramas astrobiológicos. (grifos do autor)

O diurno é o regime que diz respeito às imagens geradas a partir da dominante postural e de seus *schèmes*; suas estruturas são de natureza esquizomorfa, entre as quais se destacam a separação e a geometrização. Assim, a problemática do tempo que passa e da certeza da morte é confrontada pelo regime diurno por meio de uma atitude diairética, a qual separa os traços positivos, projetando-os para o além, para o atemporal, restando os negativos como a significação própria do devir e do destino.

Nesse regime, a angústia da morte, instância negativa, é representada pelos símbolos teriomorfos, ligados à animalidade, nictomorfos, às trevas, e catamorfos, à queda e ao abismo. Assim, encontra-se o cavalo com uma significação nefasta e macabra, exemplificando o primeiro caso; as trevas infernais, as águas negras e a

lua negra, exemplificando o segundo; e o movimento brusco da queda, a exemplificar o terceiro. Em razão disso, toda a orientação do regime diurno é contra o semantismo da animalidade, das trevas e da queda, porque estes se relacionam ao tempo mortal.

Para enfrentar tais obstáculos, a imaginação diurna se reveste de uma postura heróica, reforçando a antítese simbólica, por meio da figura ascensional e luminosa do herói, portando suas armas para combater a ameaça noturna destruidora. Esses esquemas de ascensão e diarese encontram-se caracterizados por dois símbolos, o cetro e o gládio. Existe, portanto, um contraponto para a queda no esquema ascensional, em que, diante do monstro devorador, surge o herói disposto a lutar, com espada em punho, até destruí-lo.

Finalmente, o autor postula a existência de quatro estruturas de separação no regime diurno: a idealização ou o recuo autístico, em que o sujeito busca alcançar certo distanciamento da realidade e uma fuga para a subjetividade; a “spaltung”, em que o sujeito busca a separação não entre si e o mundo, mas o separar-se de uma forma geral; o geometrismo, em que se busca uma concepção organizada do espaço, com o objetivo de dominá-lo; e o pensamento por antítese, em que se verifica uma atitude de conflito entre o sujeito e o mundo, enfatizando a problemática do confronto. Tais atitudes seguidas pela imaginação conduzem às estruturas gerais da representação.

O noturno é o regime das imagens geradas pela dominante da nutrição e pela dominante copulativa, bem como por seus respectivos *schèmes*. Como existe a possibilidade de duas dominantes neste regime, há dois tipos de estruturas: as místicas e as sintéticas; as primeiras abarcam as imagens da intimidade e as segundas, as imagens do ciclo em diversos níveis.

A face mística do regime noturno tem como símbolos marcantes a inversão e a intimidade e comporta, a exemplo do diurno, quatro estruturas: redobramento e perseverança, em que se nota a presença do eufemismo alcançado pela dupla negação e a inversão de sentido; viscosidade e adesividade, em que se buscam estabelecer conexões entre figuras e objetos logicamente separados; realismo

sensorial; em que se encontra a união de movimento e cor fundada na intuição e na sensibilidade; e gulliverização, em que se nota o procedimento de miniaturização, com vistas a conferir à natureza uma substância íntima.

Quanto à face sintética do regime noturno, que se marca pela presença dos símbolos da circularidade do tempo e do progresso, a exemplo das vistas anteriormente, também possui quatro estruturas: a harmonização dos contrários, em que se verificam, simultaneamente, aspectos distintos da realidade em convivência pacífica; dialética ou contraste, em que se busca a coerência entre as características de dois termos; histórica, em que não se busca esquecer o tempo mas sim utilizá-lo para dominar a fatalidade; e a progressista, em que se pretende alcançar uma aceleração da história para aperfeiçoá-la.

Os regimes, para Durand, justificam-se em razão de existir um direcionamento para as imagens; servem assim, como reconhecimento de um princípio de coesão a orientar o percurso da imaginação.

Verifica-se que o agrupamento das imagens não é concebido de forma inflexível, cabendo ao estudioso do imaginário a responsabilidade de voltar sua atenção não para a força do substantivo em si, mas para o qualificativo que o reforça. Assim, se certa primazia para a identificação do regime encontra-se com a análise dos esquemas verbais, devido à força da ação imaginante que eles contêm, a observação dos epítetos recebidos pelos símbolos também se torna elemento fundamental para a classificação das imagens.

Durand (ibid., p. 59) faz questão de ressaltar ainda a perspectiva adotada e que tornou possível realizar sua pesquisa:

o desenvolvimento desse estudo só foi possível porque partimos de uma concepção simbólica da imaginação, quer dizer, de uma concepção que postula o semantismo das imagens, o fato de elas não serem signos, mas sim conterem materialmente, de algum modo, o seu sentido.

No desenvolvimento da teoria do imaginário, não deixa de ser curioso que, tendo ela nascido a partir de alguns elementos advindos de teorias que resvalam em

preocupações ontológicas, em estudos mais recentes, Durand tenha se voltado para considerações que poderiam ser aproximadas do princípio greimasiano da primazia da imanência do texto para a análise, uma vez que, ao propor o conceito de *bacia semântica*, o qual é utilizado pela antropologia do imaginário para analisar os mitos que se encontram na base de uma sociedade em épocas diversas, ensina que não se deve partir do estudo da sociedade para a determinação desses mitos, mas, ao contrário, são os discursos produzidos por ela que devem servir para depreender os elementos constituintes de tais mitos.

A insistência do autor sobre os princípios contidos em suas teses iniciais levou-o a aprofundar a visão específica sobre o imaginário e a conferir cada vez maior importância à sua análise para o conhecimento do homem. Em razão disso, a verificação, ao longo dos anos, da pertinência da classificação que havia elaborado, conduziria Durand a preocupar-se em expandir o campo de aplicação de seus postulados teóricos e práticos, avançando na construção de uma metodologia, método de análise que se funda sobre a observação dos mitos. Dessa forma, procederia à elaboração da *mitocrítica* e da *mitanálise*.

Por *mitocrítica*, o autor denomina o instrumental de procedimentos utilizados para realizar o estudo dos mitos em determinada obra ou no conjunto de obras de um artista. Por *mitanálise*, compreende o método que leva ao estudo dos mitos diretores presentes em determinada época numa sociedade.

É essa centralidade do poder simbólico da imagem, responsável em seu conjunto pela construção do universo mítico que todo discurso veicula, a direcionar as pesquisas que constitui o fio condutor da obra durandiana.

CAPÍTULO II

DAS DIVERGÊNCIAS

2.1 PRIMEIRAS PALAVRAS

As considerações em torno das críticas efetuadas por Greimas a Durand e as respostas que este lhe oferece, constantes neste capítulo, visam a fornecer pistas sobre as possíveis relações entre semiótica discursiva e antropologia do imaginário, o que se pretende alcançar por meio da discussão sobre pontos explícitos e implícitos no diálogo dos autores, dos quais se depreendem as perspectivas epistemológicas de cada um.

Por isso, optamos por, após breve introdução sobre a epistemologia na área das ciências humanas, ceder, sempre que possível, a palavra a Greimas e Durand, e também aos seus colaboradores, limitando-nos a considerar os pontos que julgamos fundamentais na fala desses autores.

2.2 A QUERELA ENTRE SEMIÓTICA E IMAGINÁRIO

Na grande revisão a que procede sobre as mudanças ocorridas com a epistemologia (ou simplesmente *epistémê*, nas palavras do autor), Michel Foucault se preocupa em observar e discutir os obstáculos que se colocaram nos caminhos da busca pelo saber no ocidente para que as chamadas ciências humanas pudessem ser constituídas. Entretanto, no entender do autor, mesmo a existência de

um conjunto de saberes a que se pudesse conferir tal denominação é algo ainda recente, datando de menos de dois séculos, a exemplo do que ocorreu também com essa preocupação em tomar o homem enquanto alvo de um saber, fator que teria comprometido a própria delimitação da área de interesse e atuação dessas ciências.

Para sua investigação em torno do campo epistemológico, o autor parte do conceito de representação e das implicações que este traz, conferindo-lhe papel central nos deslocamentos dessa busca do saber humano, e da própria condição humana. A idéia de representação é algo capital para a concepção de homem na visão de Foucault (2000, p. 487), o que o leva a afirmar:

De um modo mais geral, o homem, para as ciências humanas, não é esse ser vivo que tem uma forma bem particular (uma fisiologia bastante especial e uma autonomia quase única); é esse ser vivo que, do interior da vida à qual pertence inteiramente e pela qual é atravessado em todo o seu ser, constitui representações graças às quais ele vive e a partir das quais detém esta estranha capacidade de poder se representar justamente a vida.

Essa capacidade de representação característica do (e no) homem oferece certas dificuldades para a constituição das ciências humanas, de modo que estas somente podem existir à medida que se erigem e se equilibram em modelos distintos de fazer ciência, estejam eles ligados à criação de novos conceitos ou ao empréstimo e renovação de conceitos advindos de campos alheios. Como consequência direta desse apoio em modelos diversos, surgem controvérsias inevitáveis:

São bem conhecidos os debates a que deu lugar a busca de uma positividade específica no campo das ciências humanas: análise genética ou estrutural? explicação ou compreensão? recurso ao “inferior” ou manutenção da decifração ao nível da leitura? (FOUCAULT, *ibid.*: 492)

Para Foucault (*ibid.*, p. 495), contudo, essas controvérsias acabam sendo estéreis, uma vez que, no final das contas, “todas as ciências humanas se entrecruzam e podem sempre se interpretar umas às outras”. Além disso, por meio

do emprego de uns poucos conceitos fundamentais, torna-se possível abarcar todo o domínio do conhecimento do homem.

As afirmações feitas por Foucault parecem alcançar um apelo ainda maior quando se consideram duas faculdades inerentes ao homem: a linguagem e a imaginação. Talvez porque subjacente a elas resida algo que lhes é comum, constituindo-se mesmo como a grande característica humana, que não denominaremos, como o filósofo francês, de representação, evitando adentrar um campo em que nosso saber é ainda mais precário, mas de capacidade simbólica. No dizer de Ernst Cassirer (2001, p. 67): “Sem um complexo sistema de símbolos o pensamento relacional simplesmente não pode nascer, nem muito menos desenvolver-se plenamente.”

A citação não é casual; em verdade, contém duas palavras bastante caras aos autores cujas idéias discutimos neste trabalho: símbolos e relacional. De um lado, um termo precioso para o estudioso do imaginário; de outro, um indicativo de segurança para o semiótico. No interior dos conjuntos de idéias por eles formulados, encontra-se certa tendência para o desentendimento; este, contudo, encontra-se sempre mediado por um diálogo que busca vislumbrar alguma certeza, ainda que seja, paradoxalmente, na construção incerta de um saber sobre o homem e suas criações – imaginárias ou lingüísticas.

De início é necessário salientar que a relação entre as críticas de Greimas e as respostas que lhe dirige Durand é assimétrica: textualmente, as idéias (e o nome) do estudioso do imaginário somente são citadas pelo semiótico na primeira obra que publica; diferentemente, Durand, aceitando as provocações de Greimas, endereçará, ao longo de diversas obras suas, contestações diretas ao autor. Dessa forma, é natural que as citações constantes neste capítulo remetam mais à obra durandiana do que à greimasiana; sendo o pensamento desta, muitas vezes, passível de ser recuperado, via procedimento de pressuposição, a partir dos comentários daquela.

A contenda entre semiótica e imaginário, que remete a questões de natureza epistemológica, tem início com a publicação de *Semântica Estrutural*. No capítulo “O

nível semiológico”, Greimas, comentando investigações de pesquisadores da época sobre a problemática do sentido, faz duras críticas à metodologia adotada por Durand, sobretudo aos princípios de classificação propostos por este autor e aos resultados dela provenientes. De início, o autor apresenta somente uma constatação (1976, p. 75-6),

Como o domínio semiológico serve atualmente de lugar de encontro a várias disciplinas humanistas, parece-nos útil insistir ao mesmo tempo sobre a anterioridade lógica e sobre a autonomia da estrutura semiológica, a fim de precisar as posições de uma semântica estrutural em relação sobretudo às pesquisas que se inseriram numa psicologia fenomenológica ou genética e parecem muitas vezes paralelas às nossas. Pensamos nos diversos trabalhos sobre o simbolismo, sua natureza e suas origens, e mais particularmente nesse esforço de síntese que constituem *les Structures anthropologiques de l'imaginaire*, de Gilbert Durand; este, estudando um grande número de problemas que nos são comuns, utiliza métodos e propõe soluções opostas às nossas.

Mais adiante, porém, já deixando entrever certas incompatibilidades entre a perspectiva adotada pelo estudo durandiano e o ponto de vista lingüístico, ele prossegue (ibid., p. 76):

Teríamos muito a dizer sobre essa obra que contém ao mesmo tempo as qualidades e os defeitos do ecletismo. Se falamos dela, é por ser bastante representativa, por suas manipulações metodológicas de um estado de espírito que não é compatível com a atitude lingüística.

Finalmente, Greimas (ibid., p. 76-7), apontando o que denominara de “manipulações metodológicas”, localiza os pontos que sustentam suas restrições à natureza da classificação das imagens empreendidas por Durand:

Para nós, a descrição do simbolismo não pode ser empreendida postulando-se como critérios de descrição – mesmo que fossem algo distinto de puras hipóteses – as distinções operadas ao nível extralingüístico da realidade. O semiológico é, como a linguagem em geral, apreensível dentro da percepção e deve apenas as articulações distintivas de sentido negativos à realidade exterior, que aí se manifesta enquanto forma da expressão.(...) Uma classificação que delimite, por exemplo, duas grandes configurações do simbolismo, disjuntando, por razões não lingüísticas, a oposição “subida” vs “descida” não pode pretender-se estruturalista, apesar do abuso desse termo.

Na verdade, o motivo gerador das críticas greimasianas pode ser vislumbrado já na introdução de *As estruturas antropológicas do imaginário*, pois, ali, o estudioso das imagens renega os dois princípios fundamentais da lingüística de orientação saussuriana: a arbitrariedade do signo e a linearidade do significante. Na visão de Durand (1997, p. 29), primeiro é a noção de arbitrariedade do signo, além da primazia deste sobre o símbolo, que precisa ser abolida para o estudo adequado da imagem: “O *analogon* que a imagem constitui não é nunca um signo arbitrariamente escolhido, é sempre intrinsecamente motivado, o que significa que é sempre símbolo”.

A seguir, Durand (ibid., p. 32) direciona sua crítica para o segundo postulado do fundador da lingüística moderna:

Ora, rejeitar para o imaginário o primeiro princípio saussuriano do arbitrário do signo implica a rejeição do segundo princípio, que é o da “linearidade do significante”. O símbolo não sendo já de natureza lingüística deixa de se desenvolver numa só dimensão.

Tais negações configuram-se como elementos insustentáveis para os que seguem preceitos metodológicos tributários do modo de fazer e da concepção de ciência fundada pelo mestre genebrino; assim, a petição de princípio da obra durandiana, afrontando diretamente um e outro, coloca-se em rota de colisão com as proposições dos partidários do estruturalismo.

Note-se, porém, que ao negar tais princípios da orientação lingüística, o estudioso do imaginário tencionava ressaltar a importância de uma metodologia específica para o estudo das imagens e dos símbolos, preocupando-se com a criação de um método compreensivo (mais adequado à abordagem das ciências humanas) em vez de explicativo (típico das ciências da natureza). Colocando-se no lugar que cabe ao instaurador de um novo caminho para a abordagem do imaginário, Durand (ibid.: 32) declara: “O que é necessário para substituir o determinismo de tipo causal que a explicação utiliza nas ciências da natureza, é construir um método compreensivo das motivações”.

Outra crítica feita por Greimas, conforme já se pode entrever nos trechos reproduzidos, diz respeito ao uso do termo “estrutura” na acepção com que o toma Durand. Primeiro, por conceber tal conceito e suas implicações como algo bastante delimitado no interior de um sistema específico, o estruturalismo, tomando-o como elemento de um conjunto de idéias reservadas, o semiótico condenaria o uso indiscriminado e desapropriado que, a seu ver, dele fazia Durand; em segundo lugar, por valorizar o aspecto formal do termo, entendendo-o, exclusivamente, como uma rede de relações sintáticas, Greimas não podia aceitar a idéia de uma estrutura dinâmica e, por extensão, de um estruturalismo figurativo, proposição feita pelo estudioso do imaginário.

Aliás, essa defesa da dinamicidade da estrutura acompanha o estudioso do imaginário desde o início de sua pesquisa. Diversas vezes, como já apontamos, ele se preocupa em explicar em quais pontos sua concepção de estrutura se assemelha e, sobretudo, em quais difere das dos autores que possuem alguma filiação ao estruturalismo *stricto sensu*. Nas linhas de introdução à obra *As estruturas antropológicas do imaginário*, ao comentar as particularidades do conceito de estrutura, Durand (1997, p. 63) escreve:

Decerto este último termo é muito ambíguo e flutuante na língua francesa. Todavia, pensamos com Lévi-Strauss, que ele pode, com a condição de ser precisado, acrescentar alguma coisa à noção de “forma” concebida quer como resíduo empírico de primeira instância, quer como abstração semiológica e condensada resultando de um processo indutivo.

Tal fragmento é revelador da vontade do estudioso de conferir um estatuto próprio ao conceito no interior de seu pensamento. Nessa linha de raciocínio, o autor (*ibid.*, p. 63) prossegue:

A forma define-se como uma certa parada, uma certa fidelidade, um certo estatismo. A estrutura implica pelo contrário um certo dinamismo transformador. O substantivo “estrutura”, acrescentado a atributos com sufixos tomados da etimologia da palavra “forma”, e que, na falta de melhor, utilizaremos metaforicamente, significará simplesmente duas coisas: em primeiro lugar que essas “formas” são dinâmicas, ou seja, sujeitas a transformações por modificações de um dos termos, e constituem “modelos” taxionômicos e pedagógicos, quer dizer, que servem comodamente para a

classificação mas que podem servir, dado que são transformáveis, para modificar o campo imaginário.

Verifica-se, assim, que a crítica recebida por este autor, em grande parte, não procedia, posto que, desde o início, ele procurara deixar bastante claras as bases conceituais do terreno em que se movimentava.

Mas se quisermos ser, de fato, justos com ambas as teorias, é preciso mencionar que, no decorrer da década de 1970, à medida que os estudos sobre os diversos componentes da teoria semiótica iam desenvolvendo-se e aprofundando-se, verificava-se certa flexibilidade em sua concepção de sistema e, por extensão, de estrutura. O semioticista Cidmar Teodoro Pais, acompanhando de perto as proposições teóricas da semiótica e seus possíveis desdobramentos, notou bem essa mudança, procurando fundamentá-la em diversos artigos escritos a partir dos anos finais da década citada.

Em «Systèmes de signes et systèmes de signification au-delà du structuralisme», esse autor (1980, p. 71-2) nota que:

a semiótica adota progressivamente uma concepção bastante diferente a propósito do sistema e, por conseqüência, da estrutura. Essa noção ainda se encontra no estágio de uma elaboração provisória, mas ela configura já uma ruptura epistemológica, a qual tinha sido prevista, de certa forma, por Louis Althusser.

Trata-se, então, de uma concepção dinâmica, ou dialética, se se prefere, tanto do sistema quanto da estrutura. Quanto ao sistema, ele é concebido como aberto e integrando um processo de produção. É a instância que autoriza os discursos e que é subjacente a eles. O sistema se sustenta, nesse caso, em um equilíbrio dinâmico, quer dizer, em uma tensão dialética entre duas forças contrárias, a da conservação e a da mudança. Ele não pode funcionar de uma forma satisfatória senão na medida em que ele muda, articulando-se com as mudanças social e cultural. (tradução nossa)¹

As hipóteses de Pais seriam desenvolvidas ao longo dos anos seguintes, revelando-se bastante fecundas no interior do projeto de constituição da semiótica, dando origem a modelos de aplicação que não cessaram de ser aperfeiçoados pelo

¹ Optamos, seguindo prática corrente nas teses do Departamento de Lingüística, por traduzir todas as citações de textos ainda não publicados no Brasil (cf. Bibliografia).

autor. Contudo, no que mais interessa, nesse ponto, ao trabalho, é importante ressaltar que a percepção do semioticista brasileiro vislumbrava já, no momento mesmo em que certas mudanças aconteciam na orientação dos estudos semióticos, o ponto de inflexão que somente faria intensificar-se no decorrer da década de 1980, quando a semiótica voltaria seu interesse para o campo de investigação aberto pela modalização do ser, sobretudo o que levaria às paixões.

Outro ponto questionável da crítica endereçada a Durand por Greimas (op. cit., p. 81), conseqüência de sua adesão fiel aos preceitos lingüísticos, é a defesa exacerbada que faz da superioridade do plano lingüístico sobre as outras linguagens:

A grande superioridade do plano lingüístico provém do fato de que qualquer outra linguagem – e, conseqüentemente, a dos objetos simbólicos – pode ser traduzida numa língua natural qualquer, enquanto o inverso não é sempre verdadeiro: não vemos como um poema de Mallarmé possa ser traduzido numa linguagem das coisas.

A afirmação do lingüista é problemática porque faz supor que exista uma equivalência total entre as possibilidades de recriação de um discurso construído em uma outra linguagem na sua transcodificação para o verbal; assim, com base nessa concepção, na passagem de um universo semiótico a outro, tal discurso nada perderia de suas especificidades e potencialidades comunicativas e, sobretudo, significativas. Tal ponto de vista é difícil de ser sustentado, pois, como bem lembra também Pais (1984, p. 30), ao discutir questões suscitadas nas relações entre os universos semióticos e lingüísticos:

Uma pintura de Renoir, por exemplo, pode ser descrita verbalmente. Essa descrição, entretanto, por mais cuidadosa que seja, não provocará no ouvinte as reações que provoca o próprio quadro num observador sensível. Isso significa que, na tradução lingüística do quadro, uma parte da informação contida no mesmo não passa, a mensagem não pode ser inteiramente expressa em termos lingüísticos.

Na resposta que oferece a Greimas, Durand procura mostrar os equívocos da lingüística estruturalista, argumentando, sobretudo, contra o ponto de vista

epistemológico tradicional do Ocidente, aristotélico por excelência, que direciona as linhas mestras do pensamento de tal concepção científica. Para o sociólogo, ao recusar-se a aceitar a existência de uma lógica dialética, determinante de certa tensão entre os elementos que compõem o sistema, o qual, em razão disso, jamais pode ser entendido como algo fechado em si e por si mesmo, a lingüística e a semântica entrevistadas na obra greimasiana prendiam-se a um binarismo redutor, o que, no limite, lhe impossibilitava a compreensão da linguagem e seus fenômenos, uma vez que estes são de natureza complexa.

Além disso, Durand faz ainda severas restrições à lingüística, pois entende que, ao valorizar a língua como elemento de troca na atividade comunicativa, atribuindo-lhe um valor excessivo, esta ciência desvia o foco de atenção efetuado sobre a linguagem, o qual deveria concentrar-se sobre a função primordial desta, que é a de natureza simbólica.

As respostas do pesquisador do imaginário encontram-se esparsas ao longo de diversos escritos de sua lavra. Mas é, principalmente, em um dos capítulos iniciais de *Figures mythiques e visages de l'oeuvre*, em texto intitulado “Structures e métalangages”, que lhe é dedicada uma atenção especial. Nele, a partir da análise dos postulados saussurianos e das implicações destes nos desenvolvimentos posteriores da lingüística, e nas áreas que esta contempla, Durand organiza seus argumentos visando a demonstrar o equívoco cometido por Greimas na contestação que este lhe fizera. Dessa forma, retoma algumas das colocações principais da crítica do semioticista e da obra deste para justificar seu método de apreensão do sentido, que se fundamenta na observação das imagens.

Torna-se compreensível que no afã de defesa das próprias idéias cada autor julga ser sua perspectiva de estudo a mais indicada para a contemplação do objeto visado. Sem nos atermos aqui à concepção extraída de Ferdinand de Saussure que reconhece o papel determinante que o ponto de vista tem para a fundação do objeto, mais importante nos parece ser indicar que, nessa defesa de seus métodos de pesquisa, característica do momento em que as escolas de pensamento almejam constituir e definir sua própria identidade, ressaltando as diferenças em detrimento

das semelhanças, ambos os autores tenham sido levados a negligenciar as proximidades que pudessem existir em suas investigações, conforme se verá em páginas vindouras deste trabalho.

Por ora, adiantemos que a fidelidade extrema de Greimas aos princípios estruturalistas impediu-o de ver que, embora Durand pudesse até buscar na realidade extralingüística alguns de seus princípios de classificação da imagem, fora a análise de discursos de natureza diversa, míticos, artísticos, religiosos e literários, por exemplo, que conferira valor científico às teses do autor. Assim, pode-se perceber que sua tipologia das imagens possui um centro convergente, o qual se pode aproximar da metodologia de observação das figuras do discurso verificadas em diversas análises semióticas.

Aliás, ao responder à crítica de sua classificação basear-se em elementos extralingüísticos, sobretudo nas dominantes estudadas pela Escola de Leningrado, no prefácio à terceira edição de sua obra *As estruturas antropológicas do imaginário*, G. Durand (ibid., p. 17) enfatiza:

Quanto à censura que muitas vezes nos foi feita de nos “limitarmos” à classificação “betcheveriana”, ela apenas se justifica justamente neste complexo de cultura ocidental que por um lado desconfia de todo o fisiologismo antropológico em nome – mais ou menos confessado – de um certo “espiritualismo” vago, mesmo se personalista, e que por outro lado quer a todo o preço privilegiar um eixo de determinações explicativas e, segundo o velho adágio aristotélico, “saber pela causa”. Ora, repito, como há dez anos: a reflexologia vem tomar lugar nas estruturas do trajeto antropológico e não inverso. O reflexo dominante nunca foi para mim princípio de explicação, quando muito foi elemento de confirmação, de ligação aos seriíssimos trabalhos da Escola de Leningrado.

Nestas linhas, o estudioso do imaginário recoloca a ênfase sobre o simulacro metodológico que criara para o estudo das imagens: o trajeto antropológico. Ao fazê-lo, leva de volta a discussão para o campo das propostas teóricas que os homens elaboram para dar conta da compreensão do mundo que os cerca, ainda que estas sejam, no mais das vezes, de naturezas conflitantes ou abertamente opostas. Tais conflitos podem ser tomados como consequência natural, como a “realidade” com

que se depara toda ciência, dessa tarefa árdua que é explicar ou compreender a complexidade do homem e de suas criações.

É certo que, à época, a preocupação da semiótica, ou da semântica então postulada, residia na construção de um método que, sabe-se hoje, prendia-se consideravelmente aos componentes semionarrativos dos textos abordados. A atenção para o nível discursivo, com todos os desdobramentos dessa atitude, somente se tornaria possível mais tarde, quando as conquistas verificadas pelos estudiosos na abordagem do nível narrativo conferiram a segurança necessária aos exercícios de análise visando à compreensão dos revestimentos temáticos e figurativos existentes em uma etapa mais próxima da manifestação lingüística. De certa maneira, as dificuldades oferecidas pelo trabalho com o nível discursivo estão ligadas ao fato de ser ele o que comporta maior possibilidade de variação, oferecendo, portanto, resistência ao reconhecimento e à determinação dos elementos invariantes na produção do sentido, o que é, de certo modo, o objetivo final da pesquisa semiótica.

Em *Da imperfeição*, por exemplo, à medida que analisa as figuras do nível discursivo, buscando compreender como a estesia toma lugar na vida cotidiana, o semioticista reconhece a necessidade de se estudar a percepção para dar conta do processo, razão pela qual confere valor aos gestos dos sujeitos, recomendando que se proceda à investigação do sentido de tal gestualidade, relacionando-a, justamente, a alterações sofridas no estado perceptivo desses mesmos sujeitos, a partir dos quais se orienta a narrativa.

Mas voltemos à resposta de Durand. Após considerações de ordem epistemológica sobre as premissas estruturalistas, esse autor rechaça as críticas recebidas de Greimas, imputando-as ao que considera certa estreiteza de visão do semioticista, mormente no que se refere à concepção binária postulada para o trabalho de interpretação textual, da qual se viria a se originar a construção do quadrado semiótico.

Vale dizer que, mesmo entre os semioticistas, o postulado da apreensão dos sentidos considerando-se uma oposição semântica mínima sempre causou certas

indagações, motivadas, sobretudo, pela concepção estanque das relações de oposição, em princípio, e também de contradição e complementaridade, mais tarde, que seriam postas em jogo a partir dos dois termos. As críticas direcionadas às formulações dessa estrutura mínima sempre tomaram como ponto-chave o fato de ela não contemplar a dinamicidade existente no processo de construção do enunciado, de seu sentido, fator de importância cada vez mais considerável à medida que se opera com discursos mais complexos.

Essa problemática daria origem, no interior da própria semiótica, a reformulações e mesmo substituições do modelo inicial de concepção binária por outros que possibilitassem dar conta das falhas apresentadas por ela; dentre tais propostas, vale chamar a atenção para os octógonos semióticos, de Cidmar Teodoro Pais, que, inserindo a tensão dialética entre os termos, realça o papel dos termos complexo e neutro, e para os esquemas tensivos, sobretudo os de Zilberberg, que buscam encaixar as graduações de sentido encontráveis nos discursos. Zilberberg (1988, p. 28), aliás, ao comentar os problemas enfrentados pelo binarismo, resume:

As dificuldades do binarismo lógico devem-se, de um modo geral, – se a expressão é permitida – à sua concepção exclusiva... da exclusão, e, por esse detalhe, ao fato de que os elementos excluídos ou julgados recessivos retornam, por sub-recção, na prática. Assim, Brøndal encarrega a história – essa panacéia – de dar conta da extensão dos termos... extensivos; Jakobson, em razão da opção binária, é levado a identificar a oposição privativa à oposição polar; Lévi-Strauss refuta, no plano epistemológico, o princípio de participação do qual suas análises mostram a pertinência. (tradução nossa)

De certa forma, é sobre a problemática apontada no trecho acima, mas a partir de uma orientação bem mais crítica e menos condescendente que Durand apóia suas críticas. Contudo, preocupado em apontar as insuficiências do sistema binário, o estudioso do imaginário preferiu, por seu turno, ignorar, ou, exprimindo-se com mais acerto, subestimar as conseqüências advindas da concepção dos termos complexo e neutro, não aceitando, portanto, a possibilidade de uma participação e direcionando suas críticas para a “pobreza” do poder explicativo que tal sistema continha, em sua perspectiva.

De início, Durand (1979, p. 45), apoiando-se nas palavras do próprio Greimas, chama a atenção para uma constatação semelhante àquela feita por Zilberberg:

Greimas coloca em destaque essa ligação da binaridade dos valores lógicos e da comunicação, quando escreve que “a comunicação é um ato, e, por esse fato mesmo, ela é sobretudo escolha. No interior do universo significante a partir do qual ela opera, ela escolhe, a cada vez, certas significações, excluindo outras”. (tradução nossa)

Como a obra de Greimas propusera-se a discutir questões de um possível método para a investigação semântica e, em vez disso, encontram-se nela, de maneira privilegiada, esquemas de natureza sintática, Durand (ibid., p. 48) não hesita em afirmar: “os problemas do semantismo serão escamoteados em benefício da arquitetura do sistema”. O caráter demasiado formal da proposta greimasiana, na opinião do sociólogo, também não passará incólume por sua leitura, que não perderá, também por isso, a oportunidade de denunciá-lo.

No trecho seguinte, após considerar os diversos traços que caracterizam o binarismo e destacar suas limitações, Durand (ibid., p. 50-1) determina o teor subjacente à sua concepção:

As “estruturas elementares” que aparecem em todos os níveis da lingüística são dualistas: elas repousam sobre a operação binária da conjunção ou da disjunção. À linguagem linear – que não tolera a ambigüidade de sentido – corresponde uma lógica binária. Greimas relaciona muito bem o binarismo à unicidade – a linearidade – do que ele denomina o eixo semântico “denominador comum” dos dois termos. Os “traços distintivos” jakobsonianos, como os “elementos diferenciais” saussurianos, como os « semas » de Greimas vêm, por assim dizer, dividir o eixo sêmico em dois: “uma estrutura elementar pode ser apreendida e descrita seja sob a forma de eixo semântico, seja sob a de articulação sêmica”. Vê-se que a lógica subjacente a essa semântica estrutural não é outra senão a lógica binária aristotélica, a qual serve para definir pelo gênero próximo (o eixo) e a diferença específica (a articulação sêmica). (tradução nossa)

Mais adiante, o autor (ibid., p. 51) arremata: «Essa vontade de binarismo é tão constante em Greimas que ela recusa a tentativa ‘ternária’ de Tesnière e de Martinet». A implicância durandiana com o binarismo que se encontra acentuado

nas páginas de *Semântica Estrutural* deriva do fato de, nela, o estudioso do imaginário reconhecer sempre a presença de uma lógica excludente, a qual não aceita a possibilidade de um outro sentido.

Anos mais tarde, voltando a criticar a demasiada preocupação formal presente no estruturalismo e em outros métodos de análise textual, e, em sua visão, a conseqüente desvalorização dos sentidos de uma obra que os acompanham, Durand (1995, p. 43) escreveria:

O leitor de qualquer “narrativa”, mesmo profana, poema ou romance, sabe muito bem que seu compromisso com o sentido, que faz com que ele privilegie esta obra, aquela passagem, ultrapassa a simples análise lógica e gramatical, que se detenha no fio das sintaxes, nas superfícies semânticas; ou, o que é ainda pior, que se limite aos antecedentes históricos, em que o anterior é tomado como causa do posterior.

Ao transferir o foco de atenção para o leitor, instância de recepção do discurso, o autor aponta para sua concepção pessoal a respeito da linguagem e a atividade de análise desta, a partir da qual tem orientado seus estudos: a leitura como ato fundador da linguagem. Na sua discussão com os estruturalistas, Durand (1979: 59) já mencionara essa visão:

Eu estou convencido de que a linguagem e sua análise não começam, assim como acreditou toda a lingüística formal e mesmo os jovens lingüistas como J. Derrida, pela escrita, mas sim pela leitura: o homem é um *homo legens* antes de qualquer coisa, antes da escrita, da fala e da língua. (tradução nossa)

Colocando-se como partidário da inventividade da leitura, essa capacidade que os sujeitos possuem para atribuir sentido às mensagens recebidas, Durand coloca em segundo plano as preocupações com a instância de produção do discurso, sem contudo, por isso, passar a desconsiderá-la. É essa revalorização do poder instaurador de sentido da imagem, de que decorre a concepção da leitura como o momento fundamental em que tais sentidos são capturados e

compreendidos, que leva o autor a condenar sempre o privilégio dado pelos estruturalistas à análise das relações formais.

Na obra *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da linguagem*, em que faz um panorama histórico sobre a importância da imagem no mundo ocidental, ao defender a importância dos estudos de Bachelard e de seus seguidores sobre a imagem, Durand (1998: 58-9) não perde a oportunidade de salientar a divergência que mantém com a escola estruturalista:

Todavia, a originalidade de Bachelard e sua posteridade foi a de nunca terem se sacrificado ao canto das sereias “estruturalistas”. Estas, desejando libertar-se da “irritação” provocada pela crítica historicista, nem por isso deixaram de recair nos caminhos habituais do positivismo mascarado pelas supostas “ciências” da literatura (a gramatologia, a semiótica, a fonologia etc.) onde os poderes “poéticos” da imagem se perdem de novo nos mistérios de um sistema que esvazia a pluralidade antropológica em prol deste novo “monoteísmo” que é a “estrutura” abstrata todo-poderosa.

Reconhece-se, porém, que, apesar de tantas discordâncias manifestadas, as idéias de Durand e Greimas também possuem, em sua imanência, convergências visíveis, as quais podem ser encontradas pela análise de suas obras. Além disso, sabe-se que o diálogo entre os dois autores, para além dos diversos textos, manteve-se aberto ao longo dos anos, em encontros permitidos pela academia e seus rituais, como arguições de teses, seminários e colóquios, nos quais o debate e os argumentos de cada um podiam ser expostos face-a-face. Tanto assim foi que, em palestra realizada em 1981, reproduzida na obra *Mito, símbolo e mitodologia*, Durand (1982, p. 79), em tom de bastante intimidade, até confessional diríamos, afirma:

Pois bem, é um risco, por outras palavras, os estruturalismos enganam-se em querer dar quadros objectivos ao que nasce da objectividade profunda. Decerto que o meu velho amigo e adversário Greimas, com quem eu discutia há alguns meses aquando de uma arguição de tese, mudou de opinião, enquanto que outrora me atacava bastante maldosamente (maldosamente, tanto quanto ele pode, porque não é mau!).

Curiosamente, o encontro narrado pelo estudioso do imaginário deve ter ocorrido pouco tempo depois que o semiótico publicara a obra *Apie dievus ir žmones* (*Sobre deuses e homens*). Nela, em ensaios publicados na língua de sua terra natal, o autor se dedicava ao estudo de mitos tradicionais do povo lituano; é bem provável que o longo contato com os relatos míticos e as imagens que estes exploram, necessário para que se elaborasse o estudo em questão, tenha proporcionado a Greimas uma oportunidade para rever sua concepção a respeito do tratamento a ser conferido a certas imagens, de que resultara a mudança de ponto de vista citada pelo pesquisador do imaginário – o que, de fato, poder-se-ia verificar anos mais tarde com a obra *Da imperfeição*, na qual o semiótico dedicaria especial cuidado à tentativa de descrever e explicar o acontecimento simbólico que é a apreensão estética para os sujeitos.

CAPÍTULO III

DAS CONFRONTAÇÕES

3.1 PRIMEIRAS PALAVRAS

Diante da plethora de conceitos que integram as formulações de ambas as teorias visadas nesta tese, e da impossibilidade de analisar e relacionar a todos eles, tornou-se necessário efetuar a escolha de alguns, entendidos como fundamentais no interior de cada conjunto, para serem discutidos com a profundidade própria à realização do trabalho. Para determinar tais conceitos, norteamos-nos pela observação de diversas análises efetuadas com o instrumental dessas teorias, visando a confirmar a rentabilidade a eles atribuída já em sua apresentação pelos estudiosos.

Realizada a tarefa, chegou-se à conclusão de que os termos a serem confrontados seriam, pela semiótica discursiva, *semi-símbolo*, *isotopias figurativas*, *instância de enunciação*, *modos de existência* e *modalidades* e *junção*, e, pela antropologia do imaginário, *símbolo*, *regimes de imagens*, *trajeto antropológico*, *estruturas* e *esquemas verbais*.

Dessa forma, apresentam-se, a seguir, os dados pertinentes para que se explore cada um dos termos e se ensaie uma aproximação entre eles.

3.2 ENTRE SEMI-SÍMBOLO E SÍMBOLO

Alguns autores representativos da lingüística contemporânea, na esteira de um pensamento aberto à pluralidade que deve permear as relações entre as disciplinas na atualidade, reconhecem a capacidade simbólica como inerente ao homem e, mais do que isso, como algo que o diferencie de outras espécies animais que dele poderiam se aproximar. É o caso, por exemplo, de François Rastier (2002, p. 263-4), semioticista da primeira hora, parceiro mesmo de Greimas em alguns estudos, que, associando as escolhas paradigmáticas a essa capacidade simbólica do homem, escreve:

O processo fundamental de seleção paradigmática é característico das línguas humanas, por oposição às linguagens animais. Ele está ligado à conquista da ausência pela nossa espécie, em suma ao que se poderia denominar a filogênese da zona distal. (tradução nossa)

Rastier (ibid., p. 263), em defesa de sua idéia, chega a afirmar: “Tudo leva a pensar que mesmo os chimpanzés mais adestrados empregam, na melhor hipótese, os signos como sinais, e não como símbolos”. Contudo, é necessário observar que a orientação tomada pelo autor nesse reconhecimento do símbolo, bem como de sua importância para a humanidade, não é compartilhada pela maioria dos estudiosos da semiótica.

Tal recusa da semiótica em reconhecer e empregar a noção de símbolo e o desejo de substituí-la pela de semi-símbolo devem-se, de certa forma, a uma observação das implicações contidas no postulado saussuriano da natureza arbitrária do signo, mas também à sua filiação ao projeto de constituição de uma teoria nos moldes do preceituado por Hjelmslev.

Ao estabelecer, até o limite em que se pode considerar a obra póstuma *Curso de Lingüística Geral* como manifestação fiel do pensamento do mestre genebrino, uma teoria geral da lingüística, Saussure (1991, p. 81) preocupou-se, por considerá-la fundamental ao desenvolvimento do projeto de ciência que tinha em mente, em realizar a distinção entre o símbolo e o signo:

O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: *o signo lingüístico é arbitrário*. (grifo do autor)

Pela visão saussuriana, o signo comporta, portanto, dois constituintes básicos, entre os quais a relação ocorre por um processo de arbitrariedade; não há entre eles nenhum tipo de motivação, no sentido de que um significado evoque naturalmente uma expressão, nem de que o significante faça o mesmo em relação ao conteúdo: o elo de união entre eles origina-se em uma convenção social imposta a todos os falantes que utilizam a linguagem.

Todavia, a relação constituinte do signo, apesar de ocorrer sem que haja ligação essencial nem natural entre o significante e o significado, não resulta de uma ação individual e particular sobre o sistema; na verdade, essa relação é determinada por uma instituição social. Em razão disso, o lingüista (ibid., p. 83) sente a necessidade de destacar:

A palavra *arbitrário* requer também uma observação. Não deve dar a idéia de que o significado dependa da livre escolha do que fala (ver-se-á, mais adiante, que não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez esteja ele estabelecido num grupo lingüístico) ; queremos dizer que o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade. (grifos do autor)

Além da relação prevista na constituição do signo, o lingüista prevê que possa existir uma outra, de natureza distinta, aquela compreendida a partir do estreito laço entre o significante e o significado. Nessa relação, existe, em alguma medida, um vínculo natural entre a parte material e concreta do signo e a sua parte abstrata, cujo resultado é a geração de um símbolo. De modo diferente do signo, revela-se, no símbolo, uma espécie de comunhão entre os constituintes básicos do símbolo. Como afirma Saussure (ibid., p. 82):

O símbolo tem como característica não ser jamais completamente arbitrário; ele não está vazio, existe um rudimento de vínculo natural entre o significante e o significado. O símbolo da justiça, a balança, não poderia ser substituído por um objeto qualquer, um carro, por exemplo.

Existe, portanto, nessa aproximação entre o significante e o significado do símbolo, certa motivação, de modo que se pode afirmar que conteúdo e expressão efetuam uma associação mútua e adquirem um caráter de coesão íntima, promovido por uma relação de contigüidade.

Já na concepção do dinamarquês Hjelmslev, os símbolos, embora sejam passíveis de receberem um sentido de conteúdo, e, por isso, sejam interpretáveis, pertencem a uma semiótica monoplana, constituída por apenas um plano, visto que a introdução de uma forma (expressiva) no conteúdo implica, necessariamente, a identidade natural entre ambos, de modo que assumem, expressão e conteúdo, unicidade; ou seja, esses planos do símbolo conformam-se um ao outro de tal modo que passa a ser impossível analisá-los separadamente, perdendo-se o caráter diferencial. Em consequência, Hjelmslev (2003, p. 118) não os considera elementos constituintes da uma verdadeira semiótica, preferindo agrupá-los, antes, em sistemas:

Propomos chamar de *sistemas de símbolos* essas estruturas que são interpretáveis, uma vez que é possível atribuir-lhes um sentido de conteúdo, mas que não são biplanares uma vez que, segundo o princípio de simplicidade, uma forma de conteúdo não pode nelas ser introduzida por catálise.

A partir de tais considerações, pode-se depreender que não existe, no caso do símbolo, a discriminação entre o que seja conteúdo e o que seja expressão, pois se ela existisse, a essência do símbolo seria afetada. Tal característica leva Hjelmslev (ibid., p. 118) a afirmar:

Desse ponto de vista, a palavra *símbolo* só deveria ser utilizada para grandezas que são isomorfas com sua interpretação, tais como representações ou emblemas como o Cristo de Thorvaldsen, símbolo da misericórdia, a foice e o martelo, símbolo do comunismo, os pratos e a

balança, símbolo da justiça, ou as onomatopéias no domínio da língua. Em logística, no entanto, existe o costume de empregar o termo *símbolo* numa acepção muito mais ampla e parece que pode ser interessante aplicá-lo a grandezas não-semióticas interpretáveis. Parece existir um parentesco essencial entre as peças interpretáveis de um jogo e os símbolos isomorfos, pois nenhum deles admite a análise ulterior em figuras, que é característica dos signos.

Quanto a Greimas e Courtés, embora reconheçam o estatuto do símbolo, em razão de este ser um objeto indecomponível em figuras, condição fundamental para a configuração de um sistema de signos, defendem que ele seja considerado uma grandeza que, por suas limitações internas, permite ao analista apenas uma única interpretação em determinado contexto sócio-cultural. Assim, retomando o princípio da arbitrariedade do signo, os semioticistas determinam que o símbolo, por sua natureza motivada, é um não-signo e, portanto, um objeto não semiótico. Greimas e Courtés (op. cit., p. 424), em medida questionável, chegam a banir o próprio termo de sua área de atuação: “O emprego desse termo sincrético e ambíguo deve, por enquanto, ser evitado em semiótica”.

Páginas antes, porém, ao discutirem as condições de uma tipologia semiótica, esses autores já haviam proposto uma “solução” para a problemática relacionada a certos pontos do simbolismo: o reconhecimento de uma linguagem semi-simbólica. Na compreensão de Greimas e Courtés (ibid., p. 413):

...às linguagens formais se oporiam, então, as linguagens “moleares” ou semi-simbólicas, caracterizadas não mais pela conformidade entre os elementos isolados, mas pela conformidade entre categorias: as categorias prosódicas e gestuais, por exemplo, são formas significantes – o “sim” e o “não” correspondem, em nosso contexto cultural, à oposição *verticalidade/horizontalidade* – da mesma forma que as categorias reconhecidas na pintura abstrata ou em certas formas musicais.

Ora, o que se encontra subjacente à afirmação dos semioticistas é o fato de que, em determinados casos, o signo pode vir a ter seus constituintes manipulados com a finalidade de se produzir “certa motivação” entre eles. Assim, pode-se verificar a existência de signos em que o conteúdo está relacionado à expressão de um modo especial, não porque houve algum tipo de vínculo natural que os aproximasse,

mas porque, por uma construção específica, a expressão correlaciona-se a um conteúdo, sem se tornar um símbolo no modelo tradicional.

No segundo volume do *Dicionário de Semiótica*, coube a Jean-Marie Floch e a Félix Thurlemann a redação da entrada que dizia respeito a “sistema, linguagem, código semi-simbólico”. Enquanto Thurlemann apenas faz um breve comentário sobre o rendimento desses conceitos no estudo dos discursos plásticos e poéticos, Floch vai além, propondo, a partir da observação de investigações antropológicas efetuadas por Lévi-Strauss, que linguagens simbólicas de diferentes culturas teriam, na verdade, em sua base, sistemas de natureza semi-simbólica, como a correlação opositiva de certas cores indicando a relação vida x morte. Para Floch (1991, p. 230), não se trata de uma associação casual, pois, a seu ver:

Os sistemas semi-simbólicos permitiriam assim, por um lado, manter um discurso mais profundo ou mais mítico e, por outro, tomá-lo por mais “verdadeiro”, já que, como o signo conquista alguma motivação, sua arbitrariedade fica, em parte, abolida. (tradução nossa)

A proposição de Floch a respeito do semi-símbolo encontraria eco no conceito de símbolo que Durand traz para o interior dos estudos sobre o imaginário, uma vez que para o sociólogo francês, a capacidade de proporcionar um discurso mais convincente, pelo poder evocativo que a acompanha, é um dos pontos mais importantes no reconhecimento da linguagem simbólica.

Mas essas observações a respeito dos sistemas semi-simbólicos lembram também que, diferentemente dos simbólicos, eles são construídos quando se passa a correlacionar, arbitrariamente em razão das associações efetuadas em determinado discurso, significante e significado a fim de produzir significação. Dessa forma, tal sistema surge desse jogo em que as articulações do significante e do significado estão unidas clara e distintamente para a criação de uma ilusão referencial que passa a ser assumida como verdadeira.

A construção do semi-símbolo ocorre por meio de um processo incessante de re-configuração das relações sýgnicas internas e arbitrárias, em que categorias vão sendo correlacionadas uma a uma. Assim, nesse processo, observa-se a construção

de uma relação que é, parcialmente, motivada entre significante e significado, ou melhor, entre plano de expressão e plano do conteúdo, o que não quer dizer que o signo seja puramente símbolo, uma vez que o caráter arbitrário é ainda o responsável por manter o elo entre os dois planos.

Como resultado desse processo de abertura, que é a construção semi-simbólica, ocorre uma ruptura com os significados convencionais, cristalizados na cotidianidade, e a instauração de uma nova consciência do objeto, do que decorrem a aquisição de um novo saber e o redimensionamento do mundo, por meio de diversos procedimentos discursivo-textuais. Todavia a instauração do novo reside no fato de que as figuras da expressão e do conteúdo organizam-se de tal forma que o resultado é sua reinvenção em novas bases, ao contrário do que ocorre na figurativização semântica, que visa à produção do reconhecimento do mundo, produzindo um discurso que pretende ser o real, pois é altamente referencializado, fechado e centrado no já conhecido.

Assim, o semi-símbolo se oferece à análise semiótica, enquanto o símbolo não. No entanto, como no símbolo são encontradas práticas sociais cristalizadas, assumidas pela sociedade, é importante que sua aparição em determinados discursos não deixe de ser levada em conta, considerando-se a hipótese de estudá-lo sob uma perspectiva complementar àquela da semiótica.

Mas, é preciso observar que no *Dicionário de Semiótica II*, também consta a entrada *símbolo*. A redação, dessa vez, encontra-se entregue aos cuidados de Michel Arrivé, que retoma as considerações de Saussure e Hjelmslev sobre a natureza dos símbolos e o questionamento de eles organizarem-se em sistemas, possibilidade que é negada pelo primeiro é aceita pelo segundo. Conforme nota Arrivé (2001, p. 231):

A possibilidade de constituir sistemas é conferida aos símbolos hjelmslevianos em razão de que, contrariamente a seus homólogos saussurianos, a conformidade de seus dois planos não implica nada quanto à sua possível relação com o referente. (tradução nossa)

Por esse parágrafo, ficamos sabendo que é o fato de Hjelmslev preocupar-se somente com a relação entre os dois planos do símbolo, não vendo nela qualquer perigo quanto a uma possível associação com a realidade extralingüística, que autoriza a semiótica a ensaiar a concepção do semi-símbolo e a desenvolver, fundamentando-se nesta, toda uma metodologia de estudo que visa a resolver o delicado problema do símbolo, sem, contudo, afastar-se de suas origens saussurianas.

Indo além das considerações mencionadas, o semioticista observa a existência do termo símbolo com três acepções diferentes na obra do psicanalista Sigmund Freud, as quais coincidem, em geral, com o emprego que dele se faz em outras áreas: o primeiro resultante da conversão corporal de um fenômeno ocorrido na vida do sujeito; o segundo como algo que se manifesta no sonho, considerado pelo autor como tendo caráter semelhante ao próprio símbolo saussuriano; o terceiro resultante do fenômeno de simbolização. Para Arrivé (ibid., p. 232), somente este último pode ser aproximado da concepção semiótica de símbolo, uma vez que:

A semiótica conhece tais processos; são descritos em geral a partir do ponto de vista da colocação em discurso: as seqüências discursivas que adquirem um estatuto simbólico, fazem-no por intermédio do jogo dos procedimentos de debreagem. Para articular os dois tipos de concepção, seria necessário, então, descrever como um discurso a instância em que se elabora o símbolo freudiano. (tradução nossa)

Para o autor, a questão do símbolo pode e deve ser resolvida a partir do aprofundamento dos estudos sobre a relação entre a instância de enunciação e os mecanismos fundamentais de instauração do discurso-enunciado, considerando, no nível discursivo do percurso gerativo de sentido, tanto as questões de natureza sintática, caso dos diversos tipos de debreagem, quanto de natureza semântica, caso dos procedimentos de figurativização, os quais entram em jogo na constituição do símbolo.

Ao proceder dessa maneira, a semiótica permanece fiel ao princípio de coerência, que é um dos fundamentos para que uma teoria se constitua, pois ainda quando reconhece a possibilidade de aproximação com conceitos advindos de um

campo próximo, somente concebe essa articulação, integrando-os ao próprio “corpo”, efetuando tal operação por meio do processo que lhe confere ares semióticos, semiotizando-o, portanto. Ainda assim, pode-se dizer que as questões a respeito do símbolo, renovadas sob a perspectiva do semi-símbolo, indicavam já o aparecimento da problemática do sensível para a teoria, visto que, nele, colocava-se em xeque o uso das categorias da expressão como forma de enfatizar as do conteúdo.

Vemos, contudo, que a reserva da semiótica para com a noção de *símbolo*, apesar dos avanços que a teoria registrou nos últimos decênios, não foi alterada: ela continua a mantê-lo a distância, como se ele oferecesse obstáculos intransponíveis a uma análise com o instrumental de que dispõem os semiotistas até o presente momento.

Caso bem diferente ocorre com o discurso construído pela antropologia do imaginário, no qual o termo *símbolo* não se viu diante de quaisquer restrições, sendo sempre aceito não somente sem quaisquer reservas, mas, além disso, com direito a tratamento diferenciado no conjunto de suas formulações a respeito do estudo da imagem e sua significação.

Dessa forma, se em *As estruturas antropológicas do imaginário*, Durand, pela forma com que trata o conceito do *símbolo* em comparação com os demais outros, passa-nos a impressão de conferir-lhe menor importância, basta uma rápida corrida de olhos sobre algumas páginas de outras obras suas para se constatar que as coisas não são bem assim: há uma preocupação recorrente com a precisão do que se entende por *símbolo* no campo do imaginário responsável por conduzir o autor a diversas tentativas para melhor defini-lo.

Nas páginas introdutórias da obra há pouco mencionada, contudo, a expansão que visa a dar conta do sentido do termo *símbolo* ocorre aos poucos, de modo que esse sentido quase se dilui. No início, é por comparação que surge uma primeira idéia a seu respeito: “O que diferencia precisamente o arquétipo do simples símbolo é geralmente a sua falta de ambivalência, a sua universalidade constante e a sua adequação ao esquema” (1997, p. 62). Por meio dessas linhas, tomamos

conhecimento de alguns atributos do símbolo; este é ambivalente, não é universalmente constante nem possui adequação ao esquema; contudo, ainda que em meio à tamanha brevidade, reconhece-se de passagem, e novamente, a menção à problemática da ambigüidade que o caracteriza.

No decorrer de suas considerações em torno do símbolo é que surgem, de fato, as características que lhe dão forma. Escreve Durand (ibid., p. 62):

É que, com efeito, os arquétipos ligam-se a imagens muito diferenciadas pelas culturas e nas quais vários esquemas se vêm imbricar. Encontramos então em presença do símbolo em sentido estrito, símbolos que assumem tanto mais importância quanto são ricos em sentidos diferentes. É, como viu Sartre, uma forma inferior, porque singular, do esquema. Singularidade que se resolve na maior parte das vezes na de um “objeto sensível”, uma “ilustração” concreta do arquétipo do esquema.

Como se depreende da fala do estudioso do imaginário, o símbolo surge para concretizar o arquétipo, em virtude da possibilidade de múltiplas imagens nas quais este pode derivar, de acordo com orientações assaz diversas dadas pelas diferentes culturas; além disso, a exemplo do semi-símbolo dos semioticistas, essa concepção de símbolo também evoca a problemática do sensível, de uma expressão que se faça presente para os sujeitos, recebendo, por isso, contornos de “ilustração”. A necessidade de surgimento do símbolo como elemento que materializa e, de certa forma, delimita o arquétipo ocorre porque:

Enquanto o arquétipo está no caminho da idéia e da substantificação, o símbolo está simplesmente no caminho do substantivo, do nome, e mesmo algumas vezes do nome próprio: para um grego, o simbolismo da Beleza é o *Doríforo* de Policleto. (ibid., p. 62)

Para o autor, a proximidade com o nome, reveladora de certo comprometimento com o concreto e de um movimento de reaproximação com a semiologia, é geradora de grande fragilidade para o símbolo, conferindo-lhe a capacidade de transformar-se em elementos cada vez menos invocadores de sentidos diversos. Da diluição de sua ambivalência semântica acaba por resultar que o símbolo tende a constituir-se em “simples signo”.

Mas é na preocupação com a determinação de um conjunto vocabular para o imaginário, em cujo interior os termos ganhem a especificidade necessária, tarefa a que se destinam as páginas iniciais de *A imaginação simbólica*, que Durand (1988, p. 12) discute longamente a condição e o estatuto do símbolo. Vê-se, no começo, o autor às voltas, novamente, com uma definição oblíqua:

Seria melhor afirmar que a consciência dispõe de diferentes graus da imagem (conforme ela seja uma cópia fiel da sensação ou simplesmente assinala o objeto), cujos dois extremos seriam constituídos pela adequação total, a presença perceptiva ou a inadequação mais acentuada, ou seja, um signo eternamente privado do significado, e veremos que esse signo longínquo nada mais é do que o símbolo.

Definição metafórica por certo, que convoca a própria imaginação do leitor a pensar nesse “signo eternamente privado do conceito”. Evidente que o autor deseja, com tal imagem, ainda uma vez, distinguir o símbolo do signo saussuriano, postulando para aquele total falta de adequação entre significante e significado, de modo que se torna difícil, para os que estão acostumados a conviver a maior parte do tempo com os signos, conceber, de imediato, a idéia do símbolo. Neste, o que vale é a capacidade de reconduzir o sensível, o figurado, ao significado, sendo, além disso, manifestação do que não se pode dizer, do indizível, do que não há como dizer, no e pelo significante; como lembra o autor (*ibid.*, p. 15): “O símbolo é, portanto, uma representação que faz aparecer um sentido secreto; ele é a epifania de um mistério.”

A linguagem quase religiosa do autor não é empregada casualmente; ao contrário, faz parte de um projeto em que, pelo caráter integrador de sua proposta, busca mesclar, se podemos assim dizer, a metalinguagem com a própria linguagem por ela descrita. Ao propor a consideração do imaginário, por tanto tempo relegado a um plano secundário, e as introduções durandianas sempre fazem questão de lembrar o período que durou esse abandono bem como os ataques iconoclastas de que foi alvo, busca-se, junto com a concepção de ciência, transformar-se o próprio modo de fazer ciência, daí essas definições enviesadas, quase poéticas, ressaltando

a beleza da linguagem a retratar a imagem dos termos que tomam parte nesse conjunto teórico.

Essa manifestação reveladora em que o símbolo se constitui, no pensamento do autor, não se restringe à mera concepção teórica; por meio da retomada de outros pensadores, constata-se que o símbolo reveste-se de uma totalidade integradora, amalgamando traços advindos de diversas esferas do conhecimento humano:

A metade visível do símbolo, o “significante”, estará sempre carregada do máximo de concretude e, como diz muito bem Paul Ricoeur, todo símbolo autêntico possui três dimensões concretas: ele é, ao mesmo tempo, “cósmico” (ou seja, retira toda a sua figuração do mundo visível que nos rodeia); “onírico” (enraíza-se nas lembranças, nos gestos que emergem em nossos sonhos e constituem, como bem mostrou Freud, a massa concreta de nossa biografia mais íntima); e, finalmente, “poético”, ou seja, o símbolo também apela para a linguagem, e a linguagem mais impetuosa, portanto, a mais concreta. (ibid., p. 15-6)

Eis que, no final de sua nota, Durand parece acenar para uma (também) visão lingüística do fato poético, uma vez que considera ser este resultado de um uso da “linguagem mais impetuosa, portanto, a mais concreta”. Porque, se considerarmos o tratamento dado ao fenômeno poético pelos lingüistas, de Roman Jakobson aos colaboradores e discípulos de Greimas, pode-se constatar que, nele, destaca-se sempre a ênfase que a própria linguagem recebe, ganhando, de fato, certa concretude – é essa, em grande parte, a concepção subjacente à noção de função poética em Jakobson e de semi-símbolo na semiótica: motivando-se a expressão, ou co-relacionando-a ao conteúdo, obtêm-se efeitos de sentido de, digamos, materialização do signo lingüístico.

Finalmente, para consolidar sua visão do símbolo, insiste-se no seu caráter redundante, o qual lhe garante ainda maior poder de instauração de sentidos. Nessa perspectiva, Durand (ibid., p. 17) assinala:

É através do poder de repetir que o símbolo ultrapassa indefinidamente sua inadequação fundamental. Mas essa repetição não é tautológica: ela é aperfeiçoadora através de aproximações acumuladas. Nisso, é comparável

a uma espiral, ou melhor, um solenóide, que a cada repetição circunda sempre o seu foco, o seu centro. Não que um único símbolo não seja tão significativo como todos os outros, mas o conjunto de todos os símbolos sobre um tema esclarece os símbolos, uns através dos outros, acrescenta-lhes um “poder” simbólico suplementar.

A redundância simbólica, ao contrário de simples repetição cotidiana que instaura a rotina na vida dos sujeitos e torna suas ações despidas de sentido, insignificantes, é instauradora de novos sentidos. Isso se torna possível, justamente, porque palavra e imagem simbólicas falam direto à sensibilidade dos sujeitos, ausência inicial que, aos poucos, se torna presença em função dessa iteratividade semântica que as caracteriza.

Com base em tais observações, o antropólogo do imaginário (ibid., p. 19) permite-se elaborar uma conclusão, na qual define o símbolo como:

signo que remete a um indizível e invisível significado, sendo assim obrigado a encarnar concretamente essa adequação que lhe escapa, pelo jogo das redundâncias míticas, rituais, iconográficas que corrigem e completam inesgotavelmente a inadequação.

Para o autor, dadas tais características do símbolo, ele somente poderia ser tratado com inúmeras reservas por uma civilização que não valoriza senão o conhecimento obtido por meios diretos, objetivos e racionais, como é o caso da ocidental. Em *Figures mythiques e visages de l'oeuvre*, a oposição em que se constitui o símbolo contra esse acesso direto ao conhecimento é enfatizada por Durand (1979, p. 18):

De fato, o símbolo é um sistema de conhecimento indireto onde o significado e o significante anulam, mais ou menos, a “separação” circunstancial entre a opacidade de um objeto qualquer e a transparência um pouco ilusória de seu “significante”, um pouco à maneira de Jacques Derrida que dispõe a “grama” contra a separação saussuriana. (tradução nossa)

Advogando sempre em favor da ambivalência, quando não da plurivocidade do símbolo, após diversas outras considerações sobre o tema, bastante próximas às por nós analisadas acima, o que é revelador da coerência de seu pensamento, o autor (ibid., p. 21) conclui:

Esse cessar da pregnância simbólica, esse tipo de entropia que faz sempre com que a letra recubra e oculte o espírito, esboça uma cinemática do símbolo: o simbolismo não “funciona” se não há distanciamento, mas sem separação, e se não há plurivocidade, mas sem arbitrariedade. É que o símbolo possui duas exigências: ele deve medir sua incapacidade em “dar a ver” o significado em si, mas ele deve também alimentar a crença em sua total pertinência. (tradução nossa)

Assim, como objeto significante que interpela diretamente ao leitor, o símbolo busca alcançar a adesão deste, oferecendo-lhe a possibilidade de uma revelação eficaz dos sentidos para que possa, talvez, como diria Greimas, nas páginas de *Da imperfeição*, experimentar “um momento feliz” (ou “de inocência”), responsável por conferir um pouco mais de sentido aos seus gestos e ações cotidianos.

3.3 ENTRE ISOTOPIAS FIGURATIVAS E REGIMES DE IMAGENS

De grande importância no instrumental semiótico, o conceito de *isotopia* recebe as primeiras formulações em *Semântica Estrutural*, em cuja apresentação já se pode perceber um esboço de seu funcionamento como a grande peça que permitirá aos estudiosos da linguagem passar de um estudo que se limitava às unidades frasais para outro que vá além delas, alcançando, em elaborações posteriores, os limites do discurso.

No verbete dedicado a esse termo no *Dicionário de Semiótica I*, verifica-se que ele foi tomado de empréstimo pela teoria à área da físico-química, ganhando contornos bastante específicos no jargão da semiótica. Se seu rendimento como instrumento teórico-prático encontra-se reconhecido desde o início, isso não o impediu de registrar alterações em sua concepção; dessa forma, se, inicialmente, por ele se reconhecia a iteratividade de classemas, ou seja, de uma rede de

relações sêmicas, em uma organização sintagmática, a garantir a homogeneidade do discurso, mais tarde, tal noção seria alargada, cabendo-lhe o papel de se referir à recorrência de categorias sêmicas, fossem estas de natureza temática ou figurativa. Ampliando a dimensão do conceito, no segundo volume do *Dicionário*, Rastier (1991, p. 153) determinaria: “A isotopia é definida como uma recorrência de semas e não de categorias”. A afirmação desse autor confirmava, de maneira definitiva, a importância do conceito, e dos valores que ele recobria, para que se pudesse descrever a manutenção da coerência discursiva.

Em *Sémantique Interpretative*, obra em que discute longamente o estatuto semiótico da isotopia, Rastier insiste, ainda com maior rigor, no fato de que são os semas os elementos a serem tidos como responsáveis pelo surgimento e a manutenção da isotopia. Essa proposição do autor conferia traços definitivos ao emprego do termo introduzido, com bastante perspicácia teórica e analítica, por Greimas no interior da semiótica discursiva.

Ao refletir sobre a necessidade de se verificar como determinado discurso constrói sua coerência, apresentando-se, de certa forma, como um conjunto hierarquizado de mensagens, Greimas (1976, p. 93) afirmava:

De fato, uma coisa é certa: quer comecemos a análise do discurso pelo alto, isto é, partindo de uma *lexia*, definida como uma unidade de sentido, quer empreendamos o agenciamento das unidades sintáticas maiores a partir das unidades constitutivas mínimas, o problema da unidade da mensagem, indiscutivelmente apreendido como um todo de significação, se coloca inevitavelmente.

O problema mencionado nessas linhas diz respeito ao modo de se identificarem e caracterizarem os elementos responsáveis por garantir a unidade de sentido, veiculada no e pelo discurso, marca exigida para o reconhecimento do estatuto de um texto como um todo coerente, além de procurar explicar como se dá sua constituição. Após diversas considerações a respeito do problema, o autor (*ibid.*, p. 128) propõe:

é a permanência de uma base classemática hierarquizada, que permite, graças à abertura dos paradigmas que são as categorias classemáticas, as variações das unidades de manifestação, variações que, em vez de destruir a isotopia, ao contrário a confirmam.

Embora ainda se encontrasse preso à visão dos classemas como elementos constituintes da isotopia, Greimas já se indagava a respeito das variações que, de algum modo, por paradoxal que parecesse, eram as responsáveis por manter a linha semântica do texto. Apoiando-se na lingüística dinamarquesa, que propusera considerar a isotopia da mensagem a partir da redundância das categorias morfológicas, o semiótico considerou que essa idéia de recorrência gramatical poderia servir de exemplo para a compreensão da isotopia semântica da mensagem; entretanto, para dar conta do nível semântico do discurso, tornava-se necessário ampliar a observação das recorrências para além das categorias morfológicas, passando pelas sintáticas e, finalmente, alcançando aquelas de nível temático e figurativo, mais próximas da manifestação discursiva.

Situada, dessa forma, sobretudo, no nível superficial do percurso gerativo de sentido, era natural que a *isotopia* fosse vista como uma espécie de “adjuvante” do enunciatário em sua tarefa de compreensão dos discursos, servindo-lhe como um “crivo de leitura”, assegurando-lhe o efeito de continuidade da linha temática do enunciado que se lhe apresenta à leitura. Também devido a essa atenção maior conferida ao nível discursivo, decorreria uma preocupação com as denominadas isotopias figurativas, responsáveis pela criação de um efeito de sentido de iconicidade – a denominada “ilusão figurativa”.

Recusando-se a conceder um espaço maior ao conceito de *imagem*, por considerá-lo, a exemplo do símbolo, propenso a certa ambigüidade, a semiótica restringe sua utilização ao trabalho com os discursos produzidos pela linguagem visual, terreno em que ela “é considerada como uma unidade de manifestação auto-suficiente, como um todo de significação, capaz de ser submetido à análise” (Greimas e Courtés, s/d, p. 226). Para a análise de discursos das demais linguagens, emprega-se o termo *figura*; este, inicialmente, compreendia as combinações de femas ou de semas – respectivamente, portanto, os fonemas e os

sememas –, razão pela qual se pôde postular a existência de figuras da expressão e de figuras do conteúdo; mais tarde, porém, é que ganharia relevo de conceito semiótico operatório, ao se estabelecer seu lugar no percurso gerativo de sentido no componente semântico do nível discursivo. Em consequência, os semioticistas viram-se obrigados a conferir-lhe traços de especificidade ainda maiores:

Em semântica discursiva, pode-se precisar ainda mais a definição de figura, reservando-se esse termo somente às figuras do conteúdo que correspondem às figuras do plano da expressão da semiótica natural (ou do mundo natural). (ibid., p. 185)

Embora a preocupação com o modo pelo qual se constrói o processo de figurativização, responsável pelo revestimento dos conteúdos abstratos do discurso com uma camada de concretude, em maior ou menor grau, só viesse a se manifestar de modo mais intenso na elaboração do projeto semiótico ao longo da década de 1980, culminando com as afirmações presentes em *Da imperfeição* a respeito dessa “tela do parecer”, observa-se que a importância do papel ocupado pelas figuras no discurso já tinha seu lugar reservado. Em grande parte, isso se deveu ao fato de as primeiras abordagens semióticas terem sido efetuadas em discursos folclóricos, de natureza mítica ou não, e literários, os quais, como se pode observar, servem como espaço privilegiado para a manifestação das figuras, pelo menos no sentido que lhe confere a semiótica.

Como elemento do nível discursivo, reforçado pelos traços de concretude recebidos, a figura é um lexema, formado por sememas e apresentando-se como um conjunto de semas referendado pelas correspondências do mundo natural. Associada ao conceito de *isotopia* revela-se, portanto, como um caminho seguro para a análise do texto e, por extensão, do discurso, constituindo-se, ao mesmo tempo, como elemento marcado das escolhas do enunciador e indicativo das possibilidades do sistema; advindo daí certa riqueza de expressividade.

Já Durand não recorre ao termo *figura*, adotando, explícita e justificadamente, *imagem* para referir-se ao vasto conjunto de dados, em grande parte também de natureza figurativos, que tem surgido diante da consciência da humanidade no

decorrer dos séculos que a formaram. Se esse autor, a exemplo de Greimas, não deixa de se preocupar com as especificidades do vocabulário que utiliza, como já vimos, é provável que a base morfológica em comum com os termos *imaginação* e *imaginário* tenha determinado o emprego de *imagem* como denominação mais genérica e capaz de cobrir todo o material que lhe serviu de análise.

O agrupamento de imagens, que se torna possível a partir de um eixo de orientação, leva, em última instância, à criação de um regime; e é interessante observar que princípio preside a essa organização, a qual também visa à constituição de uma unidade. Para isso, não é suficiente se ater ao conjunto de imagens explicitadas no quadro de classificação proposto pelo estudioso do imaginário – classificação, aliás, que já recebe o epíteto de *isotópica*, desde a primeira obra do autor; no contexto, torna-se mais significativo verificar que traços semânticos presidem à organização dos arquétipos reunidos na classificação durandiana das imagens.

Nesse sentido, observa-se que os arquétipos presentes no regime diurno da imagem agrupam-se ora sob o domínio da oposição semântica mínima entre *pureza* e *impureza*, como se nota em Puro e Maculado, Claro e Escuro, o Batismo e a Mancha, ora sob o domínio da oposição entre *superioridade* e *inferioridade*, como em Alto e Baixo, Cume e Abismo, Céu e Inferno, Asa e Réptil. Além disso, existe uma homologação entre as duas oposições, encontrada em diversos discursos literários analisados pelo sociólogo do imaginário, o que ratifica sua proposta de classificação.

Quanto aos arquétipos do regime noturno, na modalidade sintética ou dramática, sua reunião ocorre por meio da oposição semântica construída entre *prospectividade* e *retrospectividade*, como se observa em Futuro e Passado, o Fogo e a Roda, a Árvore e a Lua; na modalidade mística ou antifrásica, a oposição semântica é a que se constrói entre *interioridade* e *exterioridade*, como em a Casa e o Microcosmos, a Mulher e a Noite, a Substância e o Recipiente. Nesta série, a oposição a ser considerada do ponto de vista da semiótica também poderia ser a que se ocorre entre *englobado* e *englobante*.

No que se refere à associação entre as duas teorias, seria importante verificar em que medida a apropriação pela semiótica desses conjuntos de arquétipos do imaginário pode contribuir para uma economia ainda maior do modelo analítico proposto por ela. Sabemos que há, nesse ponto, grande dificuldade, uma vez que os semioticistas somente consideram o valor das figuras a partir da inserção destas em um discurso determinado, pois que a este cabe a tarefa de valorizar alguns dos traços semânticos potenciais dessas figuras e desprezar outros, contudo, com a apropriação de tais elementos, poder-se-ia, ao menos, ver esboçar-se uma tipologia dos discursos.

No confronto entre isotopias figurativas e regimes, vale observar que em *As estruturas antropológicas do imaginário*, encontra-se na seção em que se discutem as estruturas místicas do Regime Noturno da Imagem, um exemplo recolhido pelo autor, em páginas alheias, com o objetivo de confirmar a validade de sua afirmação a respeito dos símbolos que remetem à idéia de intimidade, os quais se situam, em nossa visão, na dialética entre interioridade e exterioridade. A certa altura, afirma Durand (1997, p. 271):

Não é por acaso que a doutora Minkowska destacou em Van Gogh – pintor epilético – esta iconografia da fidelidade: interiores da Holanda onde os camponeses comem batatas, jardim do presbitério paterno, quarto de Arles, ninhos de pássaros, cabanas de Nuenen, paisagens da Provença onde a terra invade tudo e elimina pouco a pouco o céu e fazem eco à grande fidelidade de Vincent ao seu irmão Théo.

A relação das figuras presentes nesse trecho, focalizadas do ponto de vista da semiótica, torna possível constatar, além da organização efetuada sob o domínio da oposição mencionada, em cada uma delas, a presença de um traço semântico semelhante, o de /aconchego/, responsável, em última instância, pela iteração do conteúdo de “abrigo” veiculada em cada uma delas. Além disso, ressoa nesse percurso figurativo o caráter de simplicidade dos espaços citados, os quais são homologados pelo leitor ao sentimento de fidelidade entre os irmãos Vincent e Théo. Confirma-se, portanto, a relação postulada no que se refere à isotopia e ao regime de imagens.

3.4 ENTRE INSTÂNCIA DE ENUNCIAÇÃO E TRAJETO ANTROPOLÓGICO DO IMAGINÁRIO

As discussões em torno da problemática da enunciação, enquanto instância produtora do discurso e por ele pressuposta, tornam-se mais intensas no interior da lingüística com os estudos de Émile Benveniste (1989, p. 82), para o qual “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”, não se devendo confundi-la com o enunciado, pois ela é “o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado”.

Pela primeira afirmação de Benveniste, que situa o sistema lingüístico, de um lado, e o indivíduo, de outro, já se pode entrever que a instância de enunciação torna-se a responsável pela mediação entre as estruturas virtuais da língua e o discurso realizado, podendo ser analisada, portanto, nos termos da semiótica, como fruto das relações entre a competência e a performance, uma vez que a primeira é responsável por conferir ao sujeito condições para efetuar-se a segunda. O ponto central passa a ser buscar o entendimento de como ocorre essa mediação.

Como ato de produção lingüística, a enunciação constitui um processo e, como tal, não se pode apreendê-la em seu transcurso, mas somente a partir de uma reconstituição que se realiza a partir de seu produto, o enunciado, e das marcas nele deixadas impressas. Afinal, comportar-se de modo diferente no estudo da enunciação, valendo-se do apelo ao sujeito enquanto ser radicado no mundo, seria recair em uma problemática extralingüística, da qual os seguidores de Saussure esforçaram-se para livrar-se.

Por sua vez, Greimas e Courtés (ibid., p. 150), ao refletirem sobre a enunciação, assinalam que “a estrutura da enunciação, considerada como quadro implícito e logicamente pressuposto pela existência do enunciado, comporta duas instâncias: a do enunciador e a do enunciatário”. Estes constituem o destinador e o destinatário implícitos da enunciação, sobre os quais tudo se deve dizer a partir do autorizado pelo discurso, devendo efetuar-se sua distinção, respectivamente, do narrador e do narratário, que se encontram manifestados de modo explícito no enunciado.

Na visão dos dois semioticistas, o enunciado ganha existência a partir do momento em que a instância de enunciação, por meio da operação de debreagem separa de si, objetivando a constituir o enunciado, os termos relativos às categorias de pessoa, tempo e espaço. Ao adotar tal procedimento, ela nega a si mesma enquanto instância pressuposta e, por conseqüência, também ao tempo e ao espaço em que se encontra inserida; em razão disso, assiste-se ao surgimento de um não-eu, um não-aqui e um não-agora, os quais são de fundamental importância para a existência do discurso-enunciado. Há também o recurso à operação da embreagem, responsável pela ilusão de que o enunciado retorna à sua instância de origem, em uma espécie de trapaça discursiva, pois tal retorno é, pela definição de debreagem, impossível de ser realizado.

A preocupação moderna com a problemática da enunciação revela, por certo, a busca de incluir, nos limites da análise lingüística, a questão do sujeito falante, apontando para a necessidade de se considerar e desenvolver uma lingüística da fala, ou seja, daquilo que, inicialmente, Saussure havia excluído do centro dos estudos da linguagem, em razão do objetivo de lhe conferir estatuto científico, ocupando-se da definição exata de um objeto para as investigações destes, o qual viria a ser a língua, o sistema lingüístico. Sabe-se que essa exclusão ocorreu em virtude de a fala, desde as concepções do estudioso genebrino, ser concebida como espaço do individual na manifestação da linguagem, não havendo, àquela época, condições teórico-metodológicas de controlar e explicar as variações que a envolveriam e dela decorreriam.

Ao excluir-se o sujeito do campo de investigação lingüística, porém, obteve-se como conseqüência imediata o fato de que a língua passasse a ser compreendida, exclusivamente, da perspectiva do sistema, o que resultou em uma visão de natureza excessivamente formal, justificando, muitas vezes, as reiteradas críticas a esse tipo de tratamento, as quais foram feitas por estudiosos de outras áreas que também se ocupavam da observação e análise da língua.

Deve-se ressaltar, porém, que os semioticistas não ignoravam a problemática da enunciação; apenas não sabiam como proceder ao seu tratamento no interior de

um pensamento que pretendia assegurar o princípio da imanência do texto. Nas palavras de Denis Bertrand (2003, p. 79-80):

Mesmo reconhecendo sua importância crítica em relação ao estruturalismo formal, o semiótico percebia a enunciação e sua “situação” como a entrada de direito do universo extralingüístico na imanência tão laboriosamente construída do objeto-linguagem, ele desconfiava de um sujeito da fala soberano, ele temia, sob a invocação do ego ou acobertado pelo dialogismo, o retorno à ontologia do sujeito, que caracterizava particularmente os estudos literários.

Por conta dessa desconfiança apontada pelo autor, a entrada em cena das questões relativas à enunciação, ao provocar a consideração de todo o contexto enunciativo, obrigou os estudiosos a se preocuparem com a elaboração de um modelo, respeitando-se sua natureza formal, que não conduzisse os estudos lingüísticos a adentrarem o terreno reservado à filosofia e à psicologia, sobretudo em vista de especulações que pudessem ser tomadas como indicativas de alguma identificação com a ontologia.

Assim, para que houvesse coerência no desenvolvimento da teoria, foi necessário recuperar os sujeitos da enunciação, resguardando-se os princípios de orientação da ciência lingüística, fundados na imanência do objeto e, portanto, delimitar o seu estudo às linhas e entrelinhas do enunciado – o que, de certa forma, continuava a indicar grande reserva (senão receio) no tratamento da questão; na verdade, a concepção de sujeito da semiótica durante a maior parte do tempo, principalmente no que se refere aos anos iniciais das discussões em torno da enunciação, sempre mostrou ser mais de natureza lógica do que antropomorfizada, uma vez que tal termo era sempre definido em função das relações sintáticas que, no nível narrativo, contraía com o objeto-valor. Dessa forma, a construção de um sujeito resguardada pelos limites formais bastante caros à teoria somente fazia enfatizar a orientação “imanentista” da semiótica.

É ainda observando este princípio da imanência que a lingüística moderna busca, cada vez mais, trazer a cena enunciativa e os sujeitos que nela tomam parte para uma posição menos periférica no conjunto de suas investigações, conferindo grande destaque às operações responsáveis pelo processo de enunciação. No

interior da semiótica discursiva, vale dizer, tal objetivo somente se acentuou no decorrer dos últimos anos.

Nesse sentido, desdobramentos recentes a respeito da enunciação visam a configurá-la como uma prática, ou melhor, uma práxis enunciativa, conforme a denominam, entre outros, Bertrand e Fontanille e Zilberberg. Estes últimos, preocupados com a inserção do tema nos postulados de uma semiótica tensiva, retomam as noções de enunciação presentes nas obras de vários lingüistas – Saussure, Benveniste e Greimas, principalmente – e explicitam os conceitos com os quais esses autores tentaram elucidar a questão; além disso, ampliam-nos, de forma bastante considerável, ao tratar das questões que associam a problemática do sistema àquelas da língua manifestada. Fontanille e Zilberberg defendem ainda a necessidade de se avançar no estudo da enunciação para além daquilo que a semiótica denominou de “enunciação enunciada”, visando ao desenvolvimento de um instrumental que dê conta da enunciação propriamente dita, idéia também defendida por outro semioticista Jean-Claude Coquet, o qual, entretanto, ensaia equacionar a questão com tentativas bastante diversas em relação às propostas por seus companheiros.

Indo ao encontro do ponto de vista, apontado por nós, sobre a enunciação, Fontanille e Zilberberg (2001, p. 172), em suas considerações em torno do conceito de práxis, procuram determinar a função da instância enunciativa na produção de sentido; razão pela qual afirmam:

Uma das hipóteses subjacentes à noção de “práxis” aplicada ao domínio lingüístico, e de que partiremos aqui, é que tendo a língua – e, de maneira geral, a competência dos sujeitos enunciantes – o estatuto de um simulacro e de um sistema virtual, a enunciação é uma mediação entre o atualizado (em discurso) e o realizado (no mundo natural). Em suma, a enunciação é uma práxis na exata medida em que dá certo estatuto de realidade – a ser definido – aos produtos da atividade de linguagem: a língua se destaca por definição do “mundo natural”, mas a práxis enunciativa a reincorpora nele, sem o que os “atos de linguagem” não teriam qualquer eficácia nesse mundo.

Fica visível, portanto, que o postulado da práxis visa a conferir uma materialidade ainda maior ao sujeito da enunciação e às operações por ele realizadas. Dessa forma, o surgimento de tais proposições configura o reconhecimento dos semioticistas de que não se poderia relegar, por tempo indefinido, o sujeito da enunciação propriamente dita à condição permanente de mero simulacro lingüístico, recuperado tão-somente tomando como referências as operações analisadas no nível da sintaxe discursiva.

A nosso ver, a constatação era inevitável, uma vez que a abordagem de discursos de gêneros diversificados conduzia os pesquisadores a verificarem que, ao longo do processo enunciativo, outras operações lingüísticas, de níveis distintos, devem ser consideradas, ressaltando-se o fato o discurso ser resultante da complexidade de procedimentos dos quais o sujeito enunciador se vale, desde o instante em que ele mobiliza e convoca elementos da língua para a construção do enunciado até o momento em que este se encontra, por meio da associação entre um plano de expressão e um plano do conteúdo, manifestado.

Tais operações resumem-se, simplificando-se a perspectiva de análise, a efetuar uma passagem da língua, que é social, ao discurso, que contém as marcas de individualidade. Nesse aspecto, a teoria durandiana, desprendida das preocupações específicas dos lingüistas, porá em cena a noção de trajeto antropológico do imaginário, ao qual caberá realizar a ligação entre o individual e o social no que se refere à orientação dada ao percurso das imagens encontradas no discurso de um sujeito. Para Durand (1998, p. 90):

O “trajeto antropológico” representa a afirmação na qual o símbolo deve participar de forma indissolúvel para emergir numa espécie de “vaivém” contínuo nas raízes inatas da representação do *sapiens* e, na outra “ponta”, nas várias interpelações do meio cósmico e social.

O estatuto conferido à noção de trajeto antropológico, contudo, diverge, em certa medida, do da instância de enunciação, pois se, nesta, certo privilégio é concedido ao social, por meio da valorização da língua, naquele, nenhuma primazia existe, uma vez que Durand (op. cit., p. 97) enfatiza a reversibilidade entre os dois

pólos do trajeto, considerando, dessa forma, que este tanto pode ter como ponto de partida o pólo individual quanto o social, e “é inútil mencionar se é ‘coletiva’ ou ‘individual’, pois estas duas nuances apagam-se no trajeto antropológico”. Na visão do estudioso do imaginário, o ponto essencial estaria na orientação seguida pelo trajeto, a qual viria a desembocar em um dos regimes de imagens por ele especificados em sua classificação.

De qualquer forma, o trajeto antropológico é a noção que servirá de base para que o imaginário se organize, razão pela qual sua aproximação com os objetivos do processo enunciativo pode ser postulada. Afinal, ao considerarmos o trajeto já como um procedimento de operacionalização e de dinamização das imagens, concebendo-o como um processo, dependente, portanto, de um sistema anterior, pois, como já ensinava Hjelmslev, há sistema sem processo mas não processo sem sistema, certa similitude com a instância de enunciação seria vislumbrada.

Ressalte-se que Bertrand, na obra citada, sugere considerar, como ponto intermediário entre a língua e o discurso, a noção de uso. Este se tornaria o responsável pela passagem do sistema ao processo, autorizando a enunciação de algumas formas e recusando a colocação em discurso de outras, princípio que, de certa forma, também orienta a constituição dos regimes imaginários, ao pressupor a associação de imagens convergentes.

Todavia, os pontos que distinguem tais conceitos devem ser destacados. Assim, a enunciação não é, diretamente, uma passagem do social ao individual; tal processo registra estágios intermediários, como o fato de recorrer a certas normas referendadas pela comunidade lingüística. Em contraponto à visão inicial de Saussure, a qual levava a supor que a fala, encontrando-se sob a responsabilidade do indivíduo, poderia corresponder ao reino da criação ilimitada e da liberdade total, sabe-se, na atualidade, que a enunciação obedece a certos princípios de organização, os quais tornam-se válidos não somente para o discurso verbal mas também para aqueles produzidos em outras linguagens, como é o caso da instauração das categorias de pessoa, espaço e tempo e dos temas e figuras encontrados nos discursos.

Para a semiótica, tais pontos dizem respeito diretamente ao nível discursivo de todo texto, razão pela qual essa teoria, por um longo tempo, preocupou-se em estudar a enunciação a partir, sobretudo, dos mecanismos de debreagem e embreagem e dos procedimentos de tematização e figurativização. Tal escolha operatória denunciava uma valorização da camada mais superficial do discurso, na qual seu conteúdo e um plano de expressão uniam-se, no momento mesmo em que ocorria sua textualização; em consequência, de acordo com o exposto, estudava-se somente a enunciação enunciada, ou seja, um simulacro da instância enunciativa recuperável no e pelo enunciado.

Contudo, a ênfase dada, nos últimos anos, a questões que recuperavam a presença de um corpo sensível na base da construção de sentido obrigou os semioticistas a voltarem suas investigações para a enunciação propriamente dita, conforme apontávamos em trecho anterior, o que implicou o avanço para um nível mais profundo do discurso, suscitando problemas que a teoria ainda não conseguiu resolver.

Em nosso entendimento, as dificuldades resultam de que, também para a enunciação, a semiótica trabalhe com um modelo de análise cujo centro de orientação é de natureza formal; assim, além de operar com os mecanismos constitutivos das categorias de pessoa, espaço e tempo, ela preocupa-se com a apreensão de traços reiterados ao longo do discurso, no plano de expressão, a partir dos quais se conclui a existência de um estilo discursivo. Trata-se, na verdade, da recuperação de efeitos de sentido discursivos já propostos, em outros termos e com alcance diverso obviamente, nos estudos de Aristóteles, mais especificamente da concepção de *ethos*, segundo a qual o enunciador, por seu modo de dizer, constrói uma figura, a qual se apreende do próprio discurso.

Dessa forma, ao se observar os estudos semióticos a respeito da enunciação, sejam estes efetuados sobre discursos literários ou sociais, percebe-se a filiação destes à visão aristotélica, pois as considerações são sempre elaboradas em torno da imagem geral do “enunciador de papel”, desse simulacro da enunciação presente nos textos, e não da instância enunciativa propriamente dita.

Por seu turno, embora tragam preocupações a alguns semioticistas ortodoxos, ou conservadores, as pesquisas mais recentes, contudo, ao recuperarem o papel do corpo na produção de sentido, indagação que, de certa forma, se fazia presente nas primeiras formulações greimasianas, aproximam a semiótica não de uma ontologia ou uma psicologia, mas da fenomenologia, fundada nas orientações de Husserl e, sobretudo, de Merleau-Ponty, campo do saber com o qual a teoria sempre manteve um fecundo diálogo. Ao mesmo tempo, esses estudos autorizam a ensaiar uma associação com a antropologia do imaginário, uma vez que nas divergências entre Durand e Greimas a problemática do princípio de classificação biopsicopulsional, fundada no corpo, portanto, seguida pelo primeiro sempre foi um dos principais motivos da contenda, dada a sua concepção de natureza extralingüística.

Para a teoria semiótica, a inserção do corpo no foco de suas pesquisas faz-se por duas vias: considerando-se a representação desse corpo no discurso e recuperando-se a relação entre corpo e constituição do discurso. Pela primeira, bastante explorada, observa-se a valorização ou desvalorização do corpo, sua interpelação ou a ausência desta aos enunciatários do discurso; pela segunda, busca-se problematizar a questão do corpo como objeto mediador entre as “coisas do mundo” e a linguagem, como centro gerador da semiose.

É nessa última linha que as pesquisas têm insistido, encontrando-se às voltas com as dificuldades já expostas. A visada do corpo em direção ao mundo, origem da intencionalidade lingüística, permite que o sentido ocorra; assim, do encontro entre sujeito e mundo constitui-se a enunciação. Tais considerações a respeito da inserção do corpo no que se refere à produção de sentido mostram que o problema se relaciona com a questão da presença, uma vez que esta o leva a adotar algumas formas e/ou elementos da linguagem e a recusar outros no momento da enunciação. Dessa forma, esse corpo sensível torna-se, de fato, a base do sentido, pois de sua relação com o mundo, mediada pela linguagem, origina-se todo enunciado, todo texto, todo discurso.

No que concerne à antropologia do imaginário, vimos que a relação entre corpo e linguagem é reversível, podendo ela iniciar-se em um ou outro. Às imagens presentes no discurso do sujeito caberá a tarefa de polemizar (ou dinamizar) essa relação. Assim, no confronto entre semiótica e imaginário, verificam-se os traços de pertinência entre os conceitos de enunciação e trajeto antropológico, posto que as relações estabelecidas entre o que é da ordem da natureza e o que é da ordem da cultura, em ambos os simulacros metodológicos, encontram-se presentes.

Na seqüência desse raciocínio, somos obrigados a considerar também aquilo que se refere a um ponto de central discordância entre os seguidores da semiótica e os da antropologia do imaginário: a questão dos reflexos dominantes, postulados como princípios de classificação para as imagens na teoria durandiana, e sua provável origem exterior à linguagem.

Para os semioticistas, aceitar a conjunção de seus instrumentais teóricos e analíticos com os da antropologia do imaginário torna-se muito difícil justamente em razão de verem a interferência de elementos extralingüísticos na fundação dessa linha de estudos, o que se apresentaria, sobretudo, por conta dos reflexos dominantes na origem dos regimes convergentes de imagens que Durand propõe já nas primeiras conclusões de seu trabalho de investigação sobre o imaginário.

Ora, acontece que, uma vez mais, vale a pena insistir no fato de que Durand não construiu sua teoria a partir de bases ontológicas ou psicofisiológicas – mesmo os elementos desta última surgem como, assim o entendemos, uma tentativa de, recorrendo a estudos de outras áreas, encontrar concepções que referendassem os seus estudos a respeito da imagem e adaptar termos delas advindos, dando-lhes um valor específico no quadro geral de sua tentativa de análise das imagens. Censurar-lhe tal procedimento seria o equivalente a reprovar, por exemplo, o fato de Greimas ter recorrido à química para emprestar-lhe a noção de isotopia, ainda que mudasse, em grande medida, seu valor e aplicação na semiótica.

Além disso, assim como aquilo que foi, durante muito tempo, a base da teoria semiótica padrão, o conceito de narratividade e o esquema narrativo canônico, recupera noções retiradas ao estudo propiano sobre as narrativas folclóricas, no

qual o autor analisava a recorrência de um esquema contendo sempre as mesmas funções narrativas (depois, reduzidas ao essencial por Greimas), a antropologia do imaginário nasceu de um esforço grandioso de seu mentor em observar, como já apontamos, discursos vários da humanidade e o papel que as imagens neles desempenhava, de acordo com o qual pôde postular sua organização em um quadro geral. Finalmente, se na teoria, o princípio de classificação durandiano apresenta-se como de natureza externa, na prática, ele não o é, uma vez que o estudioso do imaginário sempre tem como ponto de partida, em sua busca para analisar as imagens e determinar em que regime elas se inserem, o discurso; desse modo, reconhecem-se os reflexos dominantes no discurso pelo estudo da figurativização e suas marcas encontradas no enunciado.

Voltando à problemática dos reflexos corporais concebidos como dominantes que conferem uma direção às imagens, parece-nos que eles funcionam à semelhança das três grandes operações enunciativas postuladas pela semiótica. Dessa forma, a dominante postural, responsável pelo esquema da distinção, poderia ser associada à debreagem enunciativa; a dominante copulativa, responsável pelo esquema da ligação, à debreagem enunciativa; e a dominante digestiva, responsável pelo esquema da confusão, à embreagem.

Ora, a partir do momento em que se vêem as coisas sob essa perspectiva, é possível refletir a respeito da possibilidade de que, em ambas as teorias, dominantes e debreagem/embreagem estariam a serviço da definição de estilos enunciativos, ou, se quisermos evitar tal denominação para não associar o conceito em demasiado a uma das teorias, aos modos de construção dos discursos e seus efeitos de sentido, independente da linguagem em que eles se manifestem.

No contexto, a associação entre as operações responsáveis pela enunciação (debreagem/embreagem) e os elementos norteadores das imagens no trajeto antropológico (dominantes) conduzem, em última instância, à necessidade de se refletir sobre a constituição dos estilos discursivos e as marcas determinantes de sua relação com a linguagem – reflexão que não se encontra entre os objetivos do presente trabalho.

3.5 ENTRE MODOS DE EXISTÊNCIA E MODALIDADES E ESTRUTURAS

Durante muito tempo, a semiótica restringiu suas análises à exploração de apenas três modos possíveis de existência do sujeito: virtualizado, atualizado e realizado. Todavia, com o avanço da teoria para uma abordagem das paixões, foi necessário postular uma condição anterior para a existência do sujeito, de que resultou a concepção do modo potencializado.

A necessidade de tal proposição derivou do fato de cada um dos modos de existência do sujeito exigir a correspondência de dois verbos modais: o virtualizado, querer e dever; o atualizado, saber e poder; o realizado, fazer e ser. Ora, à medida que os estudos sobre a modalização efetuada no ser do sujeito se aprofundavam, os semioticistas notaram a existência de um estado anterior, passando a considerar que o percurso do sujeito não tinha início, simplesmente, com a instalação de um querer e/ou um dever, mas, antes, originava-se com base em suas crenças, às quais, Fontanille e Zilberberg (op. cit., p. 256) associam os verbos assumir e aderir; pois, segundo o ponto de vista desses autores, o crer se subdivide em duas categorias: uma mais subjetiva (assumir), outra mais objetiva (aderir).

Apesar dessa subdivisão, o que persiste é o caráter subjetivo da crença, obrigando-nos a considerar, de modo mais incisivo, a questão de como os sujeitos orientam suas relações com o objeto-valor. Com isso, ao mesmo tempo em que se insere a problemática no nível narrativo, direciona-se a atenção também para motivações anteriores desses sujeitos, encontradas no nível profundo do percurso gerativo, levando-nos também a efetuar indagações sobre a sua constituição a partir de um corpo que percebe e que sente a presença de uma massa disforme de sentido em seu entorno.

Se levarmos em conta a associação de tais modos de existência com as possibilidades de apreensão do sentido, como nos autoriza a semiótica, veremos que o realizado é o modo da conjunção; o virtualizado, o da disjunção; o atualizado, o da não-disjunção; e, finalmente, o potenciado, o da não-conjunção. Nessa perspectiva, pode-se entender que embora o sujeito – o quase-sujeito ou proto-sujeito vislumbrado em *Semiótica das Paixões* – esteja envolvido por uma massa amorfa,

estabelece com esta uma relação que registra certa pregnância de sentido, a qual se enriquecerá nos patamares seguintes de sua existência modal.

Durand, por sua vez, trabalha considerando somente as relações entre dois desses níveis: o atualizado e o potencializado. É bastante provável que tal elaboração simplificada tenha resultado da observação das teorias inspiradoras do pensamento do antropólogo, notadamente a psicologia junguiana, que opera com as concepções do manifestado e do latente, sendo estas, de seu ponto de vista, homologáveis àquelas.

Efetuada uma tentativa de correspondência entre as duas linhas de pensamento teórico, diríamos que o atualizado e o potencializado da antropologia do imaginário equivalem, respectivamente, ao realizado e ao atualizado da semiótica discursiva, ou seja, às noções verbais de *fazer e ser e crer (assumir ou poder)*. Dessa forma, é como se, na análise durandiana das relações constitutivas do imaginário dos sujeitos, a recomposição de elementos anteriores ocorresse justamente por meio dos dados que tais relações fornecem, não se fazendo necessária sua explicitação.

Eis que nas análises efetuadas sob a orientação da antropologia durandiana, as considerações em torno dos símbolos manifestados na superfície do discurso conduzem o estudioso a recuperar informações também constituintes do regime de imagens em questão. Assim, embora pareça curioso, à primeira vista, o fato de um crítico do binarismo como Durand ceder a trabalhar com dois termos, deve-se lembrar que, para ele, existe sempre a possibilidade de desdobramentos das categorias iniciais, os quais visam a atender às especificidades do discurso analisado. Tais desdobramentos podem, inclusive, ser apontados na tentativa do autor de elucidar a questão de como as imagens são capazes de evocar leituras muito distintas a partir da forma como se encontram sobredeterminadas por certos predicativos.

No ponto anterior, ao discutirmos a problemática da existência modal dos sujeitos, fomos levados à compreensão de que, com sua teoria das modalidades, a semiótica pôde construir um instrumental metodológico bastante coerente e seguro

para a tarefa de explicar os atos dos sujeitos do discurso. De início, postulando a instauração de um querer e de um dever, associados a um poder e a um saber, buscava-se explicitar as formas pelas quais esses seres, os actantes semióticos, adquirem condições para o fazer e, por meio deste, alcançam e constituem um ser, formulações que, durante vários anos, mostraram-se satisfatórias para a análise das narrativas focalizadas pelos semioticistas.

No momento em que a teoria semiótica volta-se para o estudo das paixões, porém, passa a ser obrigatória uma revisão do estatuto conferido às modalidades tradicionais, uma vez que, para a análise dos simulacros passionais, estas pareciam não ser suficientes. Analisando o percurso constitutivo das modalidades no interior da semiótica discursiva, Fontanille e Zilberberg (op. cit., p. 228) efetuam uma retomada das disciplinas que contribuíram para que isso ocorresse, ao longo da qual observam os dois estudiosos:

Sob a dupla égide da lingüística e da lógica, a teoria das modalidades aparece primeiro em semiótica como uma reformulação do esquema narrativo, uma vez que cada etapa do percurso pode ser caracterizada como a aquisição ou a mobilização de uma modalidade: querer-fazer e dever-fazer, saber-fazer e poder-fazer. A generalização da análise modal para o conjunto da predicação narrativa (a performance se torna o fazer-ser; a manipulação, o fazer-fazer e a veridicção, o parecer-ser) permitiu uma reformulação global da teoria narrativa e pôs particularmente em evidência o caráter específico e relativo do esquema narrativo canônico, o qual se apresenta, daí por diante, apenas como baseado em uma das seqüências modais possíveis. A generalização da teoria modal comporta ao mesmo tempo uma dimensão epistemológica – na medida em que podemos homologar o percurso modal com um percurso de uma generalidade muito grande, o dos modos de existência semiótica – e também uma dimensão metodológica, em virtude de procedimentos como as confrontações (A. J. Greimas) ou o estabelecimento das dimensões, isotopias e seqüências modais (J.-Cl. Coquet) que de um jeito ou de outro proporcionaram os instrumentos de um “método modal”.

A longa citação permite-nos ver como um elemento que, no princípio, ocupava pequeno espaço no esquema geral da teoria teve sua concepção ampliada de modo a dar conta de diversos aspectos que o modelo canônico de análise narrativa não resolvia. Exemplo revelador dessa questão é o fato de ser, justamente, por meio das modalidades, a partir do instante em que se considera a organização

modal dos sujeitos em sua relação com o fazer, que a teoria conseguirá trilhar os primeiros passos na direção de um esquema de análise que englobe, além da ação, os componentes passionais percebidos no discurso, os quais passam a ser entendidos como consequência de arranjos (ou desarranjos) modais efetuados ao longo da constituição do sujeitos

Além disso, o valor conferido às modalidades já revelara ganhos na economia geral da teoria porque garantia o reconhecimento de etapas narrativas implícitas, o que se tornava possível a partir das operações de pressuposição sobre os estados de alma do sujeito em razão dos atos por ele realizados. Desse modo, partindo de um fazer explicitamente manifestado no texto, reconstituíam-se momentos anteriores que haviam conduzido à performance, associando-os, a cada instante, às atitudes daquele que a realizava.

Entretanto, para abarcar novas situações que se apresentavam na análise dos sujeitos de papel, tornava-se necessário para a teoria avaliar a possibilidade de existência de outros componentes modais, posto que as modalidades tradicionais, ao conferirem grande importância para a relação sujeito e objeto, e suas configurações juntivas, não conseguiam focalizar adequadamente a questão do ser do sujeito. Tais procedimentos fizeram com que a problemática relacionada às crenças dos sujeitos envolvidos em programas narrativos diversos adentrasse a cena da semiótica, levando o *crer* a ser alçado também à condição de modalidade determinante para a constituição desses sujeitos.

Na verdade, o *crer* possui um estatuto diferenciado das demais modalidades, uma vez que, ao sobredeterminá-las, pode também abrir espaço para toda uma narrativa dos estados de alma do sujeito, pois, por meio de um simulacro de natureza marcadamente subjetiva, passa a orientar todas as suas expectativas e realizações, dando origem à compreensão do seu ser.

Mais do que isso, com a entrada em cena das condições responsáveis pela fundação do sujeito, e a discussão de suas crenças e dos mecanismos que as tornam possíveis, firmar-se-ia a possibilidade de concebê-lo, de forma ainda mais nítida, como uma entidade de natureza complexa no desenvolvimento do espetáculo

semiótico, fator do qual, por sua vez, têm resultado diversos questionamentos sobre o papel do sujeito no discurso.

Entretanto, não satisfeitos com essa inserção do *crer* no conjunto das modalidades tradicionais, Fontanille e Zilberberg sugerem substituir a utilização do verbo que a representa por dois outros: *assumir* e *aderir*, os quais, juntos, responderiam pela diversidade de crenças dos sujeitos. Esse raciocínio conduz os autores (op. cit., p. 256) a proporem um quadro no qual se associam a questão dos modos de presença, as modalidades e seus agrupamentos:

	Potencializado	Virtualizado	Atualizado	Realizado
Endógena	ASSUMIR	QUERER	SABER	SER
Exógena	ADERIR	DEVER	PODER	FAZER
	(crenças)	(motivações)	(aptidões)	(efetuações)

Pelo quadro, pode-se verificar a existência de algumas modalidades que se encontrariam mais associadas à natureza do sujeito quando concebido como entidade autônoma (endógenas) e de outras que se associariam mais à natureza do sujeito como entidade heterônoma (exógenas). O fato de as denominações relativas aos pares de modalidades aparecerem entre parênteses é justificado por não haver ainda um consenso sobre elas.

Evidentemente, tais modalidades, ao possibilitarem a reconstituição e a abordagem das etapas constitutivas do sujeito, de seu fazer e de seu ser, passam a revelar traços de orientação processual, adquirindo, portanto, certo valor aspectual, ou seja, apontando para determinados pontos de vista que conferem ao processo um caráter perfectivo/acabado ou imperfectivo/inacabado, pontual ou durativo, incoativo ou terminativo. Nesse sentido, acabam por validar as noções de *devir* e de *sobrevir*, possibilitando a criação de hipóteses sobre os desdobramentos das ações dos sujeitos, no interior do instrumental semiótico.

O *dever*, visto como simples passagem de um estado a outro, não considera a distinção entre o ser e o fazer, ou seja, não estabelece diferenças entre a mudança que teria em sua origem o próprio sujeito ou forças narrativas maiores; por isso, na atualidade, a semiótica tem-no tratado como a transformação apreendida em processo, ao longo do qual o sujeito busca controlar e interferir nas mudanças que se efetuam; já com a noção de *sobrevir*, indicam-se as transformações que, pontualmente, de uma só vez, derrubam todas as resistências potenciais do sujeito. Ora, à medida que se elabora uma semiótica das paixões, determinar mudanças que são ou não de responsabilidade do sujeito, indicando em quais é possível encontrar, em maior ou menor grau, sua participação, auxilia no reconhecimento, na denominação e na explicação das paixões que o afetam, possibilitando que se as localize no contexto sociocultural em que as narrativas são formadas e no qual se encontram passíveis de construírem um sentido.

Inserido no nível narrativo do modelo de análise semiótico, o percurso gerativo de sentido, o conceito de modalidade passou por diversas revisões nas sucessivas fases de elaboração do esquema geral da teoria. Interessa-nos considerar, do ponto de vista das convergências possíveis com a antropologia do imaginário, a sua relação com o conceito de estruturas formulado por Durand, cuja denominação tantos problemas trouxe ao autor em seus debates com os seguidores do estruturalismo lingüístico.

Na antropologia do imaginário, as estruturas apresentam-se como conjuntos de elementos responsáveis por motivar a organização das imagens em certos agrupamentos e não em outros; se não podem, por si mesmas, serem consideradas como centros de orientação, auxiliam no reconhecimento destes. Tomando a estrutura como forma transformável, na qual se ressalta o valor semântico, o estudioso do imaginário justifica o aspecto dinâmico que atribui a tal elemento, apontando sua discordância com aqueles que o empregam como uma noção que se fundamenta tão-somente sobre traços formais.

Nesse confronto entre modalidades, entendidas como uma lógica de forças capaz de modificar não só os predicados descritivos mas também outros predicados

modais e o próprio ser do sujeito, e estruturas, concebidas como grandes redes de normas impulsionadoras das imagens, verifica-se uma analogia possível. Dessa forma, se as modalidades tornam-se responsáveis pelos desdobramentos da narrativa, ao transformarem a competência do sujeito para a ação e ao encaminhá-lo para a paixão, as estruturas garantem um posicionamento desse sujeito frente às adversidades com que se depara no decorrer da narrativa.

É desse modo que a inserção das imagens em um regime e não em outro conduz a narrativa do sujeito rumo a percursos bastante diversos, apreendidos por meio das estruturas que se observam presentes na configuração dos discursos sobre os quais a análise se efetua. E é na esteira desse pensamento que compreendemos as estruturas também como uma lógica de forças, capaz de atribuir sentidos à ação dos sujeitos e à organização do imaginário que se manifesta.

À medida que se observam as estruturas presentes nos dois grandes regimes de imagens da classificação durandiana, vê-se que cada uma delas funciona como uma espécie de fio condutor da narrativa, em que se reconhece, como diria Greimas, “o sentido de uma vida”. Nas estruturas, deposita-se toda a história de um sujeito em busca de valores: quando se fala em estrutura de idealização ou recuo autístico, é toda uma narrativização do poder que se apresenta; quando se trata da estrutura da dramatização, é todo um saber que é narrativizado. A partir desse olhar direcionador, estruturas e modalidades são vistas como instrumentos utilizados por semiótica e antropologia para organizar o núcleo de um esquema narrativo e de um esquema imaginário, respectivamente.

Assim, ao considerarmos as estruturas presentes no regime diurno da imagem, por exemplo, torna-se evidente a tendência do sujeito ao enfrentamento, a manifestar-se de um modo pelo qual se pressinta a afirmação de um poder, marcado tanto pela perspectiva da idealização quanto pela da antítese. Existe sempre, nessas estruturas, a perspectiva dominante de conflito entre o sujeito e o ambiente que o cerca, e a resolução do problema ocorre por meio da separação entre um e outro, do enfrentamento que se estabelece entre eles, até que o primeiro consiga

afirmar seu equilíbrio, fazer com que, de alguma forma, prevaleça a sua visão das coisas, em exercício que lhe garanta a assunção de uma identidade.

Quanto às estruturas do regime noturno, nelas o que se percebe é a constituição do sujeito pelo uso do saber, o que o leva a encaminhar-se não para o conflito mas para uma tentativa de conciliação com o mundo, seja pela sistematização dos dados que se referem aos obstáculos encontrados, seja pelo esforço de compreender o que lhe ocorre, resultando, por vezes, em uma repetição do aprendido, a qual não é simples reiteração do vivido mas sobretudo exigência de superação das adversidades.

Os últimos encaminhamentos da antropologia do imaginário mostram que tais estruturas continuam a ser as responsáveis também pelo esforço teórico de garantir a coesão aos estudos sobre a imagem. Nos estudos recentes de metodologia, a observação de tais estruturas, e sua valorização como normas direcionadoras dos regimes imaginários de uma obra, de um autor ou de uma sociedade, se afirma como o grande procedimento instrumental da teoria.

3.6 ENTRE JUNÇÃO E ESQUEMAS

Considerando-se o fato de uma das fontes de origem da teoria semiótica do texto ter sido a análise efetuada por Propp sobre os contos tradicionais russos, cujos conteúdos abordavam, em grande parte, notoriamente a conquista ou a perda e a recuperação de determinados objetos pelos sujeitos que os protagonizavam, era previsível, de certa forma, que a categoria da junção, formada com base nos termos da conjunção e disjunção, ocupasse, durante muito tempo, o papel central da visão semiótica a respeito da narratividade, sendo esta concebida como o princípio organizador de todo e qualquer discurso.

No início das formulações a respeito da concepção junctiva de narratividade, encontravam-se ainda certos questionamentos sobre a possibilidade de se generalizar o emprego do conceito e suas implicações na análise das narrativas. Em *Semântica estrutural*, Greimas (1976, p. 287) afirmava:

Qualquer conclusão será prematura, e o modelo transformacional, cujas primeiras articulações possíveis são aqui sugeridas, só pode ser proposto como uma hipótese a ser utilizada na descrição das manifestações figurativas. Isto porque a própria prova, cujo lugar central no desenrolar da narrativa tivemos oportunidade de observar, não é senão um modelo figurativo de transformação, e sua tradução em linguagem semântica está longe do término.

Todavia, tais precauções iniciais acabariam sendo substituídas por uma certeza da adequação do modelo fundado na junção aos diversos tipos de texto, ampliando-se o seu uso também para os discursos de predominância temática, caso do gênero dissertativo; essa visão passaria a ser dominante entre os seguidores da semiótica discursiva, tornando-se uma espécie de ponto pacífico da teoria.

Assim, para os semioticistas, dado um estado inicial de disjunção entre sujeito e objeto, ou seja, no qual se registrava a falta deste para aquele, e do fato de que a posse do objeto implicava a assunção de uma condição existencial estável, o sujeito da narrativa via-se obrigado a efetuar esforços diversos que o levariam à superação dessa falta e à conseqüente conjunção com o objeto visado. Nessa perspectiva, a concepção de base do modelo dizia respeito, simplesmente, à busca de meios que garantissem ao sujeito uma transformação de estado.

No segundo volume do *Dicionário de Semiótica*, Jean Petitot (1991, p. 155) chama a atenção para o fato de a categoria da junção não dizer respeito somente à natureza sintática da relação entre os actantes, mas indicar também uma problemática topológica. Para esse autor, parece evidente que um relacionamento de conjunção ou conjunção entre sujeitos e objetos implica uma configuração espacial semelhante ou distinta entre tais termos. De fato, a semiótica já reconheceu, ainda que implicitamente, tais implicações, pois às etapas do esquema narrativo canônico fizera corresponder as noções de espaço tópico, paratópico, utópico e heterotópico. Nesse sentido, a própria narratividade pressupõe o trânsito do sujeito por diversos espaços, nos quais realiza as atividades necessárias à consecução do objeto visado.

O estudo do desdobramento dessas ações realizadas pelo sujeito ao longo de sua busca permitiu que a semiótica construísse um modelo de análise do texto que

se mostraria bastante eficaz na abordagem dos mais variados tipos de discurso. Ainda que se tratasse de um modelo que privilegiava a ação, este não deixou de incorporar os pontos passionais às discussões da semiótica, fato que, contudo, não levou ao abandono do chamado esquema narrativo canônico; principalmente em razão da eficácia já apontada, o modelo, na atualidade, continua a ser aplicado largamente na abordagem dos textos literários, jornalísticos e publicitários, além de ter inspirado a criação de um esquema passional canônico, que contempla cinco fases – uma a mais que o narrativo – (revelação afetiva, disposição, pivô passional, emoção e moralização), cujos primeiros esboços se encontram ao longo das páginas de *Semiótica das Paixões*, registrando constante desenvolvimento nas obras recentes de Fontanille.

As escolhas feitas pela semiótica ao fundamentar-se em uma visão actancial ou transformacional da narrativa levaram a teoria a explorar e desenvolver um modelo de análise que procurasse explicitar, passo a passo, os estágios em que se desenvolvia a história do sujeito em sua relação com o objeto, de que se depreendia toda uma concepção narratológica da construção de sentido do discurso, ainda que em momentos posteriores, e cada vez com maior ênfase, fosse reconhecida a importância do trabalho analítico sobre o nível discursivo.

Por conta da sobrevalorização dos estados juntivos, mesmo o componente transformacional é, de certa forma, prejudicado, pois sempre se encontra analisado em referência aos estados finais e iniciais em que o sujeito se encontra. As investigações recentes da semiótica tendo em vista o desenvolvimento de esquemas passionais e tensivos esboçam uma tentativa de corrigir o privilégio concedido, durante longo tempo, à junção.

Malgrado tais tentativas, porém, é preciso ressaltar que a própria categoria da junção fornece os primeiros elementos para as considerações em torno da tensividade. Projetados sobre o quadrado semiótico, os termos que a compõem, conjunção e disjunção, engendram seus contraditórios: a não-conjunção e a não-disjunção, respectivamente, sendo que nos interstícios, que se verificam entre as quatro posições possíveis, surgem as condições de uma modalização patêmica dos

sujeitos postos no percurso narrativo. Assim, em uma perspectiva semiótica, a apreensão do contínuo, meta final dos estudos sobre a tensividade, não pode ocorrer sem o descontínuo, fora de uma transformação que leva um estado a transformar-se em outro, ainda que se postule a existência de um sujeito anterior à junção com o objeto.

Nesse sentido, ao se considerarem as conquistas alcançadas com as especulações teóricas recentes da semiótica, torna-se patente que apenas com a associação entre as peripécias efetuadas na área actancial e os investimentos observados no campo passional será possível dar conta da complexidade constitutiva de diversos atores e temas presentes em muitos dos discursos que os semioticistas submetem ao crivo da análise, especialmente os da literatura moderna, conforme se pode conferir em estudos publicados nos últimos anos por, entre outros, Fontanille e Jacques Geninasca.

Em razão disso, torna-se oportuno considerar os questionamentos a respeito das relações entre os componentes actanciais e passionais no interior da semiótica contidos, ainda que de forma implícita, na seguinte reflexão de Fontanille e Zilberberg (op. cit., p. 102):

Sob o estímulo de Greimas, a semiótica deu ênfase, sucessivamente, ao *fazer*, ao *crer* e ao *sentir*. Observemos de imediato que o *crer* foi menos “bem servido” que as duas outras dimensões. A semiótica da paixão permanece, digamos assim, aquém da semiótica da ação que, em virtude dos direitos imemorais do “primeiro ocupante”, apropriou-se da narratividade; mas, sobretudo, em razão de sua antecendência, a semiótica da ação é sempre a referência em matéria de processo e de consecução na cadeia. A introdução de *Semiótica das Paixões* assinala com nitidez que a semiótica da paixão não vem depois da ação, mas como um esforço de integração no que se refere às clivagens até então aceitas.

A reflexão dos autores deriva do fato de, em *Semiótica das Paixões*, Greimas e Fontanille apontarem um relacionamento intrínseco entre estados de coisas, já transformado ou sempre passível de transformação, e estados de alma do sujeito, entendido como certa competência para e depois da transformação, de que

decorreria a complementaridade entre a semiótica da ação e a semiótica da paixão invocada pelos autores.

Trabalhos desenvolvidos em anos recentes continuam a apontar para o caráter complementar entre essas “duas semióticas”. É o caso da pesquisa levada a cabo por Driss Ablali (2003, p. 190), na qual o autor conclui que:

A semiótica das paixões aparece como um complemento da semiótica da ação. Esta lhe fornece não uma metodologia, mas uma pista. De fato, as primeiras pesquisas sobre a dimensão passional do texto realizaram-se somente no nível dos lexemas. Isso significa que desde que uma paixão é identificada, ela não pode ser compreendida adequadamente senão enquanto fenômeno descontínuo, o que implica, enfim, que, se se quiser apreender a configuração passional de um texto, é preciso tratar as paixões como se fossem ações. (tradução nossa)

De certa forma, esse reconhecimento do fato de os componentes passionais serem estudados a partir do mesmo modelo utilizado para as ações não faz senão reforçar a primazia concedida à categoria da junção, garantindo o papel predominante que esta insiste em ocupar no cerne da semiótica. Ao mesmo tempo, revela um dos problemas de difícil solução enfrentados pela teoria, responsável, em grande parte, por seus impasses na atualidade: encontrar um modelo específico para o tratamento das paixões sem, contudo, para isso, dispensar as conquistas efetuadas no campo actancial, o que se vislumbra na perspectiva de constituição do esquema passional canônico; contudo, é bastante provável que a solução mais adequada para os problemas relacionados à manifestação das paixões no discurso esteja do lado dos estudos sobre a tensividade, com a abordagem das oscilações tensivas registradas sobre o ser do sujeito ao longo de sua constituição.

Como se tem procurado deixar claro em diversos momentos, o fato de ambas as teorias visadas neste trabalho adotarem a concepção e a ordenação do instrumental teórico em níveis de composição que se integram uns aos outros é o elemento que, em certa medida, tem proporcionado a comparação e a discussão que vimos efetuando sobre alguns de seus pontos de aproximação possíveis. Assim, se a categoria da junção encontra-se em um patamar intermediário da semiótica discursiva, nível narrativo, momento em que as estruturas fundamentais do texto são

configuradas como valores em jogo para os sujeitos que operam no e sobre o mundo, na antropologia do imaginário, encontra-se, também em posição intermediária, a noção dos esquemas verbais.

A denominação de esquemas verbais explica-se em razão de serem estes sintetizados em alguns verbos que se apresentam como responsáveis por conferir um carácter de unidade aos símbolos e arquétipos que vão formando uma espécie de cadeia semântica, em torno da qual pode verificar-se que se constrói a organização do discurso. Trata-se de elementos responsáveis por efetuar a união entre os gestos inconscientes da sensorialidade dos sujeitos e as representações deles decorrentes, de modo que corresponde à dimensão mais abstrata da imagem, encontrando-se mais próxima da intencionalidade e do gesto do que da representação propriamente dita.

Esses esquemas verbais revelam traços característicos da orientação conferida às imagens que nele se apresentam, cumprindo o papel de dinamizá-las, sob o signo do valor afetivo, além de funcionar como elementos articuladores das imagens, determinando a forma como estas vão se organizar para conferir um sentido ao texto; assim, constituem-se como um forte liame em razão do qual elas se agrupam, garantindo a coerência do conjunto imaginário na obra analisada e sua inserção em um dos regimes constantes na classificação proposta por Durand.

O sociólogo do imaginário considera os esquemas, juntamente com os arquétipos e símbolos, uma das categorias responsáveis pela constituição do que denomina “aparelho simbólico”. Na visão desse autor, cabe-lhe um papel primordial na capacidade expressiva da linguagem; assim, em *Campos do imaginário*, Durand (1998, p. 75) declara:

O “esquema” – que, metaforicamente, denominei “verbal”, uma vez que nas línguas naturais o verbo é o que exprime a acção –, o mais imediato para a representação figurativa, que se eleva directamente – graças às conexões reflexas no “grande cérebro” humano – no inconsciente reflexo do corpo vivo. Os esquemas são o capital referencial de todos os gestos possíveis da espécie *homo sapiens*.

A anotação do autor, ao mesmo tempo que revela a importância do componente verbal para organização dos regimes imaginários, apresenta-o como elemento responsável por subsumir a grande riqueza de gestos possíveis para o ser humano e a realização de suas atividades significantes, instauradoras de sentido. Ela contém ainda a informação de que o esquema apresenta já traços figurativos em sua composição, os quais, contudo, devem ser entendidos como simples traços de concretude a recobrir a grande abstração que marca os gestos mencionados no trecho em questão.

Dessa forma, podem ser encontrados, na organização do regime diurno, os esquemas verbais que se organizam sob a marca da distinção, configurando-se como a existência de um regime de disjunção para o sujeito, no qual vêm ocupar lugar imagens que se contrapõem umas às outras, dispondo-se sempre a reforçar a natureza conflitual da existência humana. Imagens de caráter disjuntivo, como a que coloca o herói diante do monstro, sem outra saída que não seja a de derrotá-lo; ou a que distingue claramente o espaço aéreo da superfície terrestre, com seus valores dispostos em franca oposição. Por isso, nesse regime, destacam-se verbos de natureza disjuntiva, como *separar*, *misturar*, *subir* e *cair*.

Já para o regime noturno, tanto nas estruturas sintéticas quanto nas místicas, os esquemas verbais vão se organizar sob a marca da união, configurando-se como um regime de conjunção, no qual se destacam as imagens de conciliação ou de acolhimento, responsáveis por conferir um aspecto de concordância à existência. Imagens de caráter conjuntivo, como a que associa a casa e o microcosmos, ressaltando a familiaridade de tais ambientes; ou a que agrupa, no mesmo ser, os distintos sexos, caso do andrógino. Em razão disso, no regime noturno, os verbos que se destacam possuem natureza conjuntiva, como *progredir*, *voltar*, *possuir* e *penetrar*.

Considerando a importância atribuída ao esquema, a qual se pode confirmar por mais esta fala de Durand (op. cit, p. 253): “é o esquema verbal que é o primeiro, que é arquetípico, pouco importando o nome da personagem que o encarna, pouco importando a ‘voz activa’ ou ‘passiva’ que ele utiliza”, vale ressaltar que os exemplos

citados servem apenas para o reconhecimento da relação conjuntiva ou disjuntiva que marca cada um dos regimes imaginários.

CAPÍTULO IV

DAS CONVERGÊNCIAS

4.1 PRIMEIRAS PALAVRAS

Com a publicação da obra *Da imperfeição*, última produção individual de Greimas, cujo original data de 1987, cinco anos, portanto, antes da morte de autor, as pesquisas em semiótica ganhariam novos rumos, voltando sua atenção para a tentativa de compreensão e explicação do evento estético em meio à vida cotidiana dos sujeitos.

Nesse livro, deixando um pouco de lado a preocupação com certas minúcias do instrumental metodológico da teoria, sobretudo no que se refere à metalinguagem, o autor analisa alguns simulacros da apreensão estética, que se erige como um acontecimento extraordinário, encontrados em textos literários modernos, para, depois, ensaiar a proposição de algumas bases para um projeto que visa a ressemantizar os conteúdos esvaziados de sentido, na vida de todos os dias.

Nas breves considerações que, na maioria das vezes, efetua ao longo do livro, Greimas deixa entrever a presença da problemática do simbólico envolvendo tais questões, abrindo, a nosso ver, uma via mais fácil para a interlocução com as idéias presentes em toda a obra durandiana. Em razão disso, optamos por retomar, apresentando-as à luz das propostas contidas nessa obra, as idéias do capítulo

precedente, com ênfase nas convergências possíveis entre semiótica discursiva e antropologia do imaginário.

4.2 DA IMPERFEIÇÃO E O SIMBÓLICO: UM ENSAIO DE HOMOLOGAÇÃO

Obra concebida na maturidade do autor, quando já construíra a maior parte do edifício teórico da semiótica, para discutir questões associadas à especificidade do acontecimento estético e sua influência sobre o sujeito, *Da imperfeição* se abre com uma indagação a respeito do componente figurativo presente na camada superficial, no nível discursivo, portanto, dos textos. Recobrando elementos de natureza temática, a figuratividade é posta em xeque pelo fato de, na concepção do autor, constituir uma dimensão desviante do sentido. Em reflexão de caráter filosófico e poético, tom que dominará diversas passagens do livro, Greimas (op. cit., p. 19) coloca a questão:

Todo parecer é imperfeito: oculta o ser; é a partir dele que se constroem um querer-ser e um dever-ser, o que já é um desvio do sentido. Somente o parecer, enquanto o que pode ser – a possibilidade –, é vivível. Dito isso, o parecer constitui, apesar de tudo, nossa condição humana. É ele então manejável, perfectível? E, no final das contas, esta veladura de fumaça pode dissipar-se um pouco e entreabrir-se sobre a vida ou a morte – que importa?

Ao pensarmos na linguagem verbal e nos conteúdos que ela veicula, resultantes da capacidade de simbolização do ser humano, os questionamentos do semioticista não deixam de causar certo incômodo, afinal, trata-se de pensar a relação com os objetos e práticas significantes, notadamente o uso da linguagem, que nos acompanha ao longo de toda a vida. Assim, dobrar-se ante o poder-ser dos signos, sua aparência e as revelações que proporcionam é, justamente, o único meio de entendê-los.

Contudo, se, na primeira parte da obra, a reflexão do semioticista restringe-se a simulacros da apreensão estética em um conjunto de discursos literários, dos

quais quatro são em prosa e um em verso, na segunda, acaba por estender-se a outros conjuntos significantes, como o das vestimentas e de objetos místicos, retomando a intenção que o texto de abertura contém de promover uma reflexão sobre a própria condição humana e o sentido da existência – intenção já manifestada pelo autor em outras ocasiões, ao referir-se ao esquema narrativo canônico como portador do “sentido de uma vida”. Essa abrangência dos campos analisados também fornece certa abertura para a integração com os estudos do imaginário, que sempre observam o sujeito em sua totalidade, ser integrado à natureza e à cultura.

A indagação inicial do semiótico implica ainda a problemática das paixões, uma vez que, na época da publicação do livro, estas eram analisadas e compreendidas a partir da modalização do ser sujeito, posto que, nela, se discutem, além do possível (poder-ser), também o que é desejável (querer-ser) e/ou necessário (dever-ser) para o sujeito. Desse arranjo de modalidades, seus acordos e desacordos, é que nascem as paixões do sujeito. Somos convidados, então, a pensar nossa relação com as linguagens, práticas e objetos significantes como sujeitos apaixonados, seres cujo grau de envolvimento, com o que se busca alcançar, encontra-se sempre modalizado pela própria paixão.

Nesse sentido, é preciso considerar os fragmentos literários escolhidos para análise do autor. O primeiro é extraído da obra *Sexta-feira, ou Os limbos do Pacífico*, do escritor francês Michel Tournier, e focaliza a vida monótona de Robinson, o solitário habitante de uma ilha no meio do Pacífico, que havia conseguido organizar sua vida em torno do ritmo das gotas de água a caírem de uma clepsidra; tal existência, de repente, é transformada por uma gota que, contrariando a expectativa do sujeito, recusa-se a cair. O segundo é um dos capítulos de *Palomar*, do italiano Ítalo Calvino, relatando o passeio pela praia do protagonista que dá título ao livro, e se detém sobre o ponto em ele se depara com uma jovem a tomar sol com os seios desnudos, voltando-se, várias vezes, sobre o objeto para apreciá-lo. O terceiro é o poema *Exercícios ao piano*, do alemão Rainer Maria Rilke, no qual uma jovem, durante uma cálida tarde de verão, realiza sua lição musical ao piano diante de uma janela que se abre para um belo e fresco jardim, que parece vir incomodá-la. O

quarto é um trecho do *Elogio da Sombra*, do japonês Junichiro Tanizaki, em que o narrador relata uma experiência que teve, na juventude, com a observação da incidência das trevas sobre a luz de uma vela, em uma sala preparada para determinada cerimônia. O quinto, e último, texto analisado por Greimas é *Continuidade dos parques*, do argentino Julio Cortazár, que trata da relação entre leitor e leitura de uma maneira surrealista, na qual o sujeito de uma narrativa abordando uma traição amorosa revela-se, ao final do conto, como o próprio marido traído a ler a história.

Ao reunir tais textos, na primeira parte do livro, o autor o faz sob a denominação de *A fratura*, visando a oferecer ao leitor já uma interpretação pessoal da função que o acontecimento estético ocupa na vida dos sujeitos: trata-se de romper o seu cotidiano, ressemantizando ações corriqueiras que haviam perdido o sentido para ele, tornando-se dessemantizadas, simples encadeamento de insignificâncias. É a partir de um evento descontínuo na continuidade da existência, resultando na imperfeição do título, que a vida passa a adquirir, novamente, sentido.

Na segunda parte da obra, denominada *As escapatórias*, a atenção do autor se volta para a possibilidade de que os próprios sujeitos construam momentos em que a realidade, de certa forma, se transfigure a seus olhos, não esperando que o sentido pleno da existência advenha somente de uma conjunção rara e feliz entre sujeito e objeto, dependente de um tempo e um espaço únicos. Nesse trajeto, Greimas retoma considerações de natureza histórica para discutir pontos de vista ocidentais sobre a noção de estética e estesia, concedendo uma sobrevalorização à última. Assim, em três curtos capítulos, “Imanência do sensível”, “Uma estética exaurida” e “A espera do inesperado”, procura discutir elementos que poderiam servir de base à construção de tais momentos propícios à realização do encontro entre sujeito e objeto.

No capítulo anterior da presente tese, ao analisarmos a possível convergência entre as noções de símbolo, na antropologia do imaginário, e semi-símbolo, na semiótica discursiva, constatou-se, ao final da exposição, que esse era o ponto em que as duas teorias enfrentavam uma dificuldade maior para a aproximação entre

elas. Contudo, se for deixada de lado a noção de semi-símbolo, veremos que, em algumas das observações feitas por Greimas na análise que efetua dos trechos literários em *Da imperfeição*, o que se recupera é, ainda que sem nomeá-la, a visão de símbolo tal como a entende Durand.

No primeiro fragmento, em que a gota, responsável pela marcação do tempo cotidiano para o sujeito, recusa-se a cair, chamando sua atenção para a possibilidade de uma outra ilha, figurativização de uma outra existência, temos o caráter simbólico da experiência por que passa o sujeito. Uma simples gota apresenta-se como símbolo do possível; ela é, na ausência da experiência desejada, a manifestação do mundo sonhado pelo sujeito. Desse modo, a resistência dos semioticistas em aceitar a concepção do símbolo é quebrada pelo autor, o qual, contudo, analisa o acontecimento ainda sob os próprios termos da semiótica, mesmo efetuando certa diluição da metalinguagem referente ao instrumental da teoria. Analisando as representações da gota que se recusa a cair, Greimas (2002, p. 29) declara: “Esta, enquanto figura do mundo, apropria-se gramaticalmente das funções do sujeito e opera ostensivamente, no coração do objeto, como um ator modalizado e patêmico”.

Recusando-se a aceitar, pelo nome, o estatuto simbólico que sua análise evoca, o autor busca conferir-lhe uma explicação de natureza semiótica, entendendo que a gota cumpre a função de sujeito do fazer, ao se tornar responsável pela transformação de Robinson e levá-lo a entrar em conjunção com o conhecimento de uma outra ilha possível. Não é sem razão que, contemplado o primeiro evento, o sujeito passa a vivenciar a expectativa da irrupção de nova ocorrência semelhante, revestindo a espera de um caráter tensivo intenso e trazendo à lembrança a reminiscência do momento feliz que o acometera.

Na conclusão da análise, com o intuito de recuperar as marcas presentes na relação especial entre sujeito e acontecimento estético, Greimas (op. cit., p. 30) assevera:

A inserção na cotidianidade, a espera, a ruptura de isotopia, que é uma fratura, a oscilação do sujeito, o estatuto particular do objeto, a relação sensorial entre ambos, a unicidade da experiência, a esperança de uma total conjunção, esses são os poucos elementos constitutivos da apreensão estética que o texto de Michel Tournier nos revelou.

A força do acontecido para Robinson é exemplar do poder do símbolo, cujo significante aponta para um outro sentido, inacessível à primeira vista, interpelando o sujeito para que busque alcançá-lo. Assim, é por meio da análise do evento estético que o símbolo adentra o terreno da semiótica, embora o autor prefira mencionar a eficácia de tal elemento pelo “estatuto particular do objeto”; a verdade é que não se recorre aqui ao semi-símbolo, aceitando-se, implicitamente, sua inadequação para abordar o problema figurativo trazido pelo texto de Tournier.

No que se refere ao relato de Palomar, a conjunção que se discute é também muito mais de natureza visual do que tátil. Ao se deparar com a visão de uma jovem banhista a tomar sol com os seios nus na praia, ele se volta, diversas vezes, para a direção da moça, ávido de contemplar o belo objeto que se lhe apresenta; por isso, Palomar busca ângulos ideais para que possa melhor admirar a beleza da jovem. Dada a forma com que o sujeito observa o objeto, trata-se de uma apreensão estética, pois, muito embora um seio desnudo seja uma visão ordinária, sua transfiguração em algo sobrenatural pelo olhar do sujeito, confere-lhe traços de natureza artística.

Mais do que a conjunção propriamente dita entre sujeito e objeto, o que se verifica é a importância atribuída ao olhar do sujeito, ansioso por apreender, na totalidade, a imagem à sua frente. Acentuando o caráter concreto desse olhar, Greimas (op. cit., 36) nota que: “A visualidade de Calvino, prolongando-se assim, desce delicadamente alguns graus em direção ao toque, forma figurativa da conjunção”. Se a conjunção física, efetivamente, não ocorre, cabe à percepção visual do sujeito a tarefa de alcançar o objeto.

Contudo, a isotopia estética que se constrói por meio das considerações que Palomar efetua durante a observação dos seios da jovem, pondo a parte quaisquer apreciações de ordem moral sobre o ato, evocam, outra vez, a pregnância simbólica

do objeto. Os seios não valem somente pelo que são, a saber, metonímia do corpo feminino, mas também pela beleza que contêm, fato que leva o sujeito à reflexão sobre o caráter da própria apreensão estética, obrigando-o a construir um ritual e um cenário para a conjunção desejada, por meio da busca de um lugar de onde se possa admirar melhor o espetáculo.

A leitura do terceiro texto analisado pelo semiótico, *Exercícios ao piano*, um poema de Rilke, convida o leitor a presenciar a lição musical cumprida por uma jovem durante uma tarde cálida; defronte ao piano em que executa seu número, cuja temporalidade é marcada ostensivamente pelo ritmo de um metrônomo, a jovem conta com uma janela que se abre para o jardim, onde a frescura domina mas do qual se recolhe um insistente perfume de jasmim. Como o jardim parece querer adentrar o espaço da sala ocupada pela jovem, e invadir a ela também, possuindo-a, com um gesto, ela o recusa e afasta. É sobre a recusa que o semiótico constrói grande parte de suas considerações sobre o texto. Antes de avançar em sua leitura, porém, Greimas (op. cit., p.45) faz uma advertência:

Um perigo incessante ronda a nossa descrição, um risco presente a cada instante, de confundir – ou ao menos de inverter – os três planos de leitura desse texto: a encenação da apreensão estética, cujo ator figurativo é a jovem, o devaneio do poeta entorpecido pela pesada tarde de verão e, enfim, o poema ele mesmo, objeto estético por excelência, que, como tal, se oferece a nós, os leitores. Pois, se a primeira leitura nos apresenta o sujeito que se recusa a afrontar a “realidade” oculta que se dirige em sua direção, a segunda, situada sobre o plano onírico, trata o imaginário como uma potencialidade de construção do objeto e, exaltando a beleza da espera, considera a espera como objeto da apreensão estética *per se*: a recusa, nesse caso, transforma-se em sanção positiva da experiência.

Apesar de apontar a confusão entre os planos de leitura como um perigo, é por meio dele que o semiótico indica a possibilidade de existirem experiências estéticas (e, por extensão, narrativas) nas quais, mais importante que a conjunção em si com o objeto visado, é a administração do tempo que precede esse estar conjunto, e estaríamos, então, autorizados a postular uma nova forma de manifestação da categoria juntiva, semelhante à disjunção, remetendo ao objeto ainda não possuído, mas, ao mesmo tempo e paradoxalmente, diversa dela, porque

se refere a uma resistência da conjunção possível por parte do próprio sujeito que parecia desejá-la.

Nesse sentido, postula-se que, de algum modo, o que conta, de fato, é a modalização do sujeito a partir das manipulações sobre ele efetuadas, seja por um destinador imanente ou, como parece ser mais adequado à explicação dos textos analisados na obra em questão, transcendente. Dada a existência de tal possibilidade, é natural que a recusa seja também vista como uma sanção positiva da espera como o acontecimento extraordinário em si.

Tal problemática da junção, implícita no poema de Rilke, exige que se pense também na orientação dos esquemas verbais mencionados por Durand. Tudo se passa como se a jovem fizesse questão de afirmar sua identidade, enfatizando-a por meio da recusa ao jardim, figura representativa da alteridade. Esse caráter disjuntivo do texto encaminha-no para uma inserção no regime diurno da imagem.

A realização de uma retro-leitura sobre os trechos analisados por Greimas promove o reconhecimento da grande importância atribuída à sensorialidade na definição dos acontecimentos estéticos, ressaltando-se sua percepção pelos sujeitos. A visão e o tato ocupam função determinante nas experiências por que passam Robinson, Palomar e a jovem ao piano. Existe, portanto, a preocupação de mencionar a presença do corpo para situá-lo como elemento em que se radica a apreensão estética.

No fragmento extraído do *Elogio da sombra*, de Tanizaki, novamente a visão ocupa um papel primordial, e o olho, como fonte primeira do conhecimento a ser preservada, divide com a luz e a escuridão a função de protagonista do texto. O narrador rememora um acontecimento que presenciara havia muitos anos e, a partir do qual, em função dos arranjos cenográficos ocorridos em determinada casa a que realizava uma visita, bem como de uma feliz coincidência temporal, pudera presenciar a “cor das trevas”. O impacto dessa visão sobre o sujeito fora tão significativo que ele cerrara os olhos para que ela não o dominasse.

A conjunção entre sujeito e objeto que, de início, ocorre à distância acaba por subjugar a capacidade de dominação do primeiro, obrigando-o a fechar os olhos

para que não perdesse o seu estatuto semiótico. Eis que, uma vez mais, a força do evento extraordinário que é a apreensão estética mostra-se capaz de subverter a função de sujeito transformador, tirando-a daquele que, em um primeiro momento, parecia ser o responsável pelo fazer para cedê-la ao objeto. Como bem nota Greimas (op. cit., p. 52):

É no plano físico, no nível da pura sensação – as partículas da matéria resplandecendo todas as cores e indo introduzir-se nos olhos –, que se faz a conjunção do objeto com o sujeito ou, antes, a invasão do sujeito pelo objeto, uma penetração que não pode senão fazer pensar nas experiências de um Henri Michaux, descritas em *Les grandes épreuves de l'esprit*, em que o sujeito, sob efeitos das drogas, é anonado, despojado pelo espaço em expansão, que, onipresente, o absorve inteiramente. Estamos aqui em presença da estesis que atingiu os seus limites, no momento em que a consciência do sujeito está no ponto de dissolver-se em um mundo excessivo.

Recusando-se a conferir o estatuto do fazer às trevas, tratando ainda o elemento contemplado como objeto, o autor acaba por realçar seu caráter subversivo, uma vez que é capaz de impor-se com tamanha força ao sujeito que, somente, resta a este a ação de recuar frente a invasão representada por aquele. Inverte-se a orientação tradicional da narrativa, responsável por conduzir o sujeito rumo ao objeto, para ceder ao último a predominância sobre o primeiro.

Efetivamente, para além da experiência simbólica que também se configura nas linhas de Tanizaki, discute-se, outra vez, o problema da junção, questão recorrente nos simulacros estéticos de que trata o autor. Isso mostra que a categoria junctiva, presente desde as formulações iniciais da semiótica, continua a determinar muitos dos passos que a teoria ensaia rumo a novas direções de pesquisa, conforme apontávamos no final do capítulo anterior.

O último texto analisado pelo semioticista é o conto *Continuidade dos parques*, de Cortazár. Nele, o leitor de um romance, cuja narrativa versa sobre um casal de amantes discutindo um plano para a eliminação do marido traído, vê-se, à medida que a leitura avança, enredado na própria trama, tornando-se, justamente, a personagem a ser assassinada pelo amante. Ocorre, portanto, uma transposição

entre dois dos níveis enunciativos: da enunciação enunciada, o leitor é conduzido para o nível do enunciado, tornando-se testemunha, cúmplice e, finalmente, vítima da trama dos amantes. Isso leva Greimas (op. cit., p. 62) a afirmar: “O sujeito-observador, integrado nesse mundo, não pode mais disso escapar: doravante, a fatalidade e a morte pesam sobre ele, tanto como sobre os outros personagens do romance, fazendo-o participar de sua sina”.

Ainda que grande parte da discussão seja dedicada a analisar esse jogo entre um e outro níveis enunciativos, e as conseqüências trazidas para o desenvolvimento do enredo, há que se considerar também a conjunção do sujeito leitor e dos sujeitos da narrativa, por meio do tato, com os objetos que o cercam ou entre si. O primeiro, ao preparar-se para a entrega à atividade de leitura, escolhe uma confortável poltrona de veludo (além de procurar garantir o sossego do cenário em que se realizaria a empreitada) e, enquanto lê, acaricia o material que a compõe; os segundos acariciam a face um do outro. Dessa forma, o contato tátil, uma vez mais, apresenta-se como traço marcante para a experiência dos sujeitos.

É considerando, então, essa linha de raciocínio que a análise do conto termina com o semiótico (op. cit., p. 65) a concluir: “Uma efêmera sensação tátil, o contato delicado do sujeito com o outro – o veludo, a face (a bochecha, no conto em espanhol e francês) – é tudo o que resta quando não há nada mais a esperar”.

Curiosamente, no final das análises efetuadas sobre os diversos trechos literários, Greimas aponta a quase-ausência de elementos a serem considerados pelos sujeitos quando a espera não oferece muitas expectativas. Parece querer afirmar, indiretamente, que a tensão da espera é um dos grandes elementos constitutivos do sujeito prestes a vivenciar um acontecimento estético. Tal ponto de vista será retomado pelo autor na segunda parte da obra, efetuando-se alguns desdobramentos sobre ele.

Portanto, elaboradas as análises, de que retivemos o essencial nas linhas precedentes, o autor dedica-se a construir um pouco de teoria sobre as observações proporcionadas pelo material de estudo. Questionando-se, de início, a respeito da possibilidade de as apreensões estéticas “de papel” serem relacionadas àquelas

que, efetivamente, tomam forma na vida das pessoas, o semiótico, ainda fazendo uso de uma linguagem dotada de elevado teor figurativo e simbólico, tece considerações sobre a natureza do acontecimento. Nesse sentido, Greimas (op. cit., p. 70) assinala:

Algo, não se sabe o que, acontece de repente: nem belo, nem bom, nem verdadeiro mas tudo isto de uma só vez. Nem sequer isso: outra coisa. Cognitivamente inapreensível, esta fratura na vida é, depois, susceptível de todas as interpretações: crê-se reencontrar aí a insuspeitada espera que a precedeu, crê-se aí reconhecer a *madeleine* que remete às imemoráveis nascentes do ser; ela faz nascer a esperança de uma vida verdadeira, de uma fusão total do sujeito e do objeto. Ao mesmo tempo que o sabor de eternidade, ela deixa o ressaibo da imperfeição.

A incapacidade do sujeito para compreender o que lhe sucede no momento da apreensão estética conduz o semiótico a apontar, primeiro, para uma experiência resultante da conjugação das diversas categorias com que, normalmente, efetuam-se juízos sobre as coisas, sejam elas estéticas (em sentido estrito), éticas ou morais; depois, para a supressão mesmo de tais categorias, invocando-se a unicidade do ocorrido. Isso porque, dada a especificidade do acontecimento, torna-se impossível para o sujeito entendê-lo sob o crivo dos elementos com que se validam os valores presentes no cotidiano. Desse modo, é na dimensão patêmica do sujeito que se podem localizar tais fenômenos, os quais, por sua vez, apenas se lhe tornam compreensíveis após sua ocorrência, indicando que é necessário observá-los em sua inteireza – e, ainda assim, verifica-se que eles se abrem a interpretações diversas.

Mas se, na esteira do pensamento que se constrói em *Da imperfeição*, é preciso, por um lado, cultivar a espera dos momentos felizes que se mostram capazes de fraturar a rotina entediante dos sujeitos, levando-os a sonharem com uma conjunção plena com o objeto; por outro, não se faz menos necessário trabalhar para a construção desses momentos. Cabe aos seres humanos, portanto, construir, pela revitalização do imaginário, uma possibilidade mais realizável dos instantes que se vive, conferindo um caráter estético à própria vida, ao se descobrir e aceitar que:

O universo estético avalia, exalta os seus valores a partir de um horizonte neutro: quer se trate da *indiferença*, que lhes serve de contrastante patêmica, quer se trate, sobretudo, da *insignificância*, repulsa de qualquer atribuição, os valores estéticos, ascendentes, afirmam-se como um excedente de sentido. (GREIMAS, op. cit., p. 80)

A proposição de uma axiologia específica para o universo estético, que, ao ser tomada em consideração, faça frente aos valores mundanos correntes, provoca um novo olhar sobre nossas condutas rotineiras. Surgindo como alternativa, a valorização estética dos momentos que, somados, constituem a vida dos sujeitos visa a projetar a existência humana em direção a um patamar superior, atribuindo-lhe o sentido necessário. E isso pode tornar-se possível por meio da recuperação do papel do imaginário no cotidiano, principalmente em tempos dominados pelo excesso de imagens a acometer as pessoas, fator que traz consigo, de modo constante, o risco de anestesiá-las. Assim, o trabalho de construir tal valorização torna-se urgente, sobretudo, quando se nota que:

Nossos comportamentos cotidianos, convenientemente programados e otimizados, perdem pouco a pouco seus significados, de tal modo que inumeráveis programas de uso não têm mais necessidade de ser controlados um a um: nossos gestos se convertem em gesticulações; nossos pensamentos, em clichês. (GREIMAS, op. cit., p. 80)

É a rotina, a banalização dos conteúdos diários da existência, fundamentada no utilitarismo das ações levadas a cabo pelos sujeitos, a corroer os projetos de vida, tornando-os totalmente despojados de sentido. Contudo, ao mesmo tempo em que se faz necessário preparar o acontecimento estético, é preciso estar atento para que tal preparação não se torne também um fim em si mesmo, apresentando-se como uma finalidade sem fins. Tal cuidado se justifica, afinal, como assevera Greimas (op. cit., p. 82):

As paixões, a força de repetição, se fixam em papéis patêmicos, isto é, finalmente, em simulacros passionais representáveis. O espírito se degrada para acabar em seqüências de brincadeiras gastas. O amor murcha, gasta-

se, para se converter em indiferença, ou, no melhor dos casos, em uma “estética das cenas domésticas”.

Verifica-se, portanto, que o perigo de uma estetização da existência pode levar igualmente à insignificância, à dessemantização dos conteúdos que a compõem, porque se um dos pontos em que reside a preparação do acontecimento extraordinário é a tensão, revelada na espera, cultivá-la, a todo tempo, pode beirar o limite do insustentável para a natureza humana ou, no outro extremo, conduzir os sujeitos, novamente, à repetição desprovida de sentido de alguns rituais. Nesse sentido, talvez o que se revele mais adequado seja a construção de momentos de estesia, de experiências simbólicas, nos quais o sujeito possa ressignificar a própria vida. Nas palavras de Greimas (op. cit., p. 89):

Pode-se sonhar: e se, no lugar de uma ambição totalizante que procura transfigurar toda a vida e põe em jogo o conjunto do percurso do sujeito, este pudesse proceder a um desmembramento de seus programas, à valorização do detalhe do “vivido”? Se um olhar metonímico e demorado se dedicasse a abordar com seriedade as coisas simples?... Uma vida assim aplanada – pode-se pensar nesse jardineiro japonês que a cada manhã dispõe um pouco distintamente as pedras e a areia de seu jardim – poderia então produzir, com “quase nada”, um inesperado quase imperceptível, anunciando uma nova jornada.

A proposta de conferir sentido à existência, portanto, deve deixar de lado as grandes ambições e voltar-se para a conquista do ínfimo: é a partir da valorização do tempo, buscando reter o instante que passa, e do espaço, conferindo-se importância aos seus fragmentos, que o sujeito pode aproximar-se, aos poucos, do que lhe é, de fato, essencial, sem, todavia, abandonar a ordem das coisas materiais que o circunda. Eis que se volta para um projeto de ressemantização da vida responsável por valorizar as pequenas coisas, o que nos parece insignificante, mas é capaz de revelar o verdadeiro caminho para a apreensão estética, para a experiência do poético e do simbólico em momentos banais da vida cotidiana. Apresentada a proposta, o semiótico (op. cit., p. 91) conclui:

Querer dizer o indizível, pintar o invisível: provas de que a coisa, única, adveio, que outra coisa seja talvez possível. Nostalgias e esperas alimentam o imaginário cujas formas, murchas ou desabrochadas, substituem a vida: a imperfeição, desviante, cumpre assim, em parte seu papel.

Vãs tentativas de submeter o cotidiano ou dele esvair-se: busca do inesperado que foge. E, todavia, os valores ditos estéticos são os únicos próprios, os únicos que, rejeitando toda negatividade, nos arremessam para o alto. A imperfeição aparece como um trampolim que nos projeta da insignificância em direção ao sentido.

O que resta? A inocência: sonho de um retorno às nascentes quando o homem e o mundo constituíam um só numa pancália original. Ou a vigilante espera de uma estesia única, de um deslumbramento ante o qual não nos encontraríamos obrigados a fechar as pálpebras. *Merh Licht!*

Em paralelismo com a epígrafe inicial da obra, o autor retoma as considerações em torno da imperfeição para alçá-la, definitivamente, ao estatuto de responsável pela possibilidade de a vida cotidiana e suas práticas adquirirem um novo sentido. Diante da impossibilidade de enunciar o grande acontecimento vivido, o sujeito vê-se obrigado a lançar um olhar retrospectivo sobre o passado e outro prospectivo sobre o porvir, alimentando a expectativa de que ela se repita; mas e no presente, como fica a vida desse sujeito em constante tensão? Cabe a seu imaginário atualizar os fragmentos da ocorrência extraordinária e garantir-lhe a manutenção de uma vida aceitável.

Afinal, permanece sempre aberta a possibilidade de uma experiência sobrenatural para o sujeito, no sentido de que lhe transcenda a vida ordinária de todos os dias, apresentando-se como capaz de transformar-lhe os gestos e palavras habituais em portadores de um outro sentido, mais pleno porque menos desgastado. É a vivência da manifestação simbólica de que fala Durand ao afirmar que “o símbolo é a epifania de um mistério”, revelação, portanto, do que se encontra oculto no cotidiano que nos envolve.

Diante das afirmações contidas em *Da imperfeição*, os objetivos finais desta tese, buscar convergência entre a semiótica discursiva e a antropologia do imaginário, tornam-se ainda mais palpáveis, uma vez que a importância conferida às imagens e seus impacto sobre os sujeitos, adquirindo a eficácia de transmitir-lhes, por meio de discursos verbais ou não-verbais, outros sentidos, encontra-se

reafirmada nos dois conjuntos teóricos, garantindo a existência de um elo de coerência bastante considerável entre eles. Dessa forma, as confrontações estabelecidas no capítulo anterior precisam ser retomadas para que se verifiquem as convergências existentes entre os conceitos analisados.

Iniciando pela relação entre as noções de semi-símbolo e símbolo, as quais ofereciam maior dificuldade em serem homologadas, vemos que apesar de existir grande recusa dos teóricos da semiótica na aceitação da segunda, razão por que preferem falar em uma espécie de motivação do(s) signo(s) em determinados discursos, responsável por gerar a primeira, em alguns dos textos que se analisam, abre-se espaço para manifestações semióticas em que imagens, equivalentes ao símbolo no imaginário, possam cumprir uma importante função nos textos que se analisam. Se, por um lado, é evidente que o caráter simbólico dos signos, encontrados nos textos discutidos em *Da imperfeição*, diz respeito ao contexto discursivo que os acolhe, tornando-se susceptíveis de serem interpretados como tal em razão da isotopia construída e sobre a qual se efetua a ruptura reveladora de sentido para os sujeitos, por outro, não se pode desconsiderar a motivação semântica a que tais signos são expostos, e pela qual adquirem o estatuto simbólico já mencionado.

O certo é que Greimas, em obra que se coloca ao final de todo um percurso teórico, não opera com a noção de semi-símbolo presente em outros estudos de sua autoria ou de colaboradores, mas acolhe um conceito no qual, apesar de não ser nomeado, se reconhece a presença implícita do símbolo para explicar o acontecimento estético. Talvez, em razão da entrada dessa noção, parafraseando Bernard Pottier, “mal amada” na área da teoria é que alguns autores não se cansam de recomendar a necessidade de um trabalho de semiotização justamente sobre a última obra individual do fundador da semiótica. Tratar-se-ia de uma recusa explícita em aceitar a possibilidade de integração do símbolo à teoria?

Quanto às imagens, tão valorizadas pela antropologia do imaginário, no interior da qual se agrupam em regimes, revelam-se como elementos de natureza isotópica, recebendo o estatuto de figuras na semiótica discursiva. Como se pode

avaliar por sua presença tanto em um quanto em outro conjunto teórico, em ambos, elas funcionam como peças fundamentais para a definição do (con)texto em que se encontram. É a partir da observação das imagens que se classifica o discurso em figurativo ou temático, literário ou social, diurno ou noturno; são, portanto, elas as responsáveis por definir os seus contornos mais superficiais.

Por sua vez, a semelhança entre os estudos a respeito da instância da enunciação e o trajeto antropológico do imaginário confirma-se na análise de como tais imagens são projetadas no enunciado-discurso. A própria abordagem de textos procedentes de contextos culturais distintos revelam traços de distinção dos processos enunciativos neles empregados: ora uma projeção mais objetivante; ora uma mais subjetivante, o que poderia auxiliar na identificação das diferenças constitutivas dos diferentes modos de organização do discurso presentes nesta ou naquela cultura específica. Além disso, a presença de textos em que o trajeto antropológico valoriza mais o pólo individual ou social também seria importante para a definição das nuances relacionadas à instância produtora do discurso.

A problemática dos modos de existência e das modalidades associada à das estruturas faz-se notar na constituição dos sujeitos. Assim, em diversas manifestações textuais, sujeitos virtualizados e atualizados vêem-se diante de situações questionadoras da possibilidade de se tornarem realizados, mediante a transformação vivenciada pelo poder da apreensão estética. Esse impasse aponta para uma necessidade de complexificar os estudos a respeito das modalidades semióticas e das estruturas imaginárias, analisando-se, dado o percurso de constituição dos sujeitos, como evolui a constituição de sua identidade em relação aos diferentes pontos em que se encontram no percurso – é a integração do ponto de vista da continuidade ao da descontinuidade que se encontra colocada.

Finalmente, no que se refere ao problema da junção em associação com os esquemas verbais, nota-se que ele esteve, todo o tempo, presentes nos estudos efetuados em *Da imperfeição*. É justamente por meio do questionamento ou de uma suspensão das categorias juntivas tradicionais que a experiência estética acomete o sujeito, deixando-o à mercê de um poder maior, diante do qual ele não consegue

agir. Tal paralisação, porém, resulta em um encantamento, em certo deslumbramento que modifica em definitivo o ser desse sujeito, chamando-lhe a atenção para o inconveniente das coisas que o cercam e mostrando-lhe a possibilidade de alcançar uma outra condição. Do ponto de vista dos esquemas verbais, além do que a fratura manifesta, uma separação entre a realidade habitual do sujeito e um plano superior, existe a necessidade de cognitivizar o acontecido para atribuir-lhe um sentido vivível.

Diante das observações proporcionadas pelas análises constantes em *Da imperfeição*, não se pretendeu desconsiderar as conclusões originadas a partir de outras obras de Greimas ou de seus colaboradores; até porque, ao contrário, elas se encontram validadas, uma vez que as diversas citações de estudos semióticos publicados a partir da década de 1980 apontam para a direção das inovações acolhidas na última obra individual do autor. O fato de ele empregar com menos rigor a metalinguagem laboriosamente construída pela semiótica nos anos anteriores não desmerece tal publicação, mas mostra sua inquietação de pesquisador ao testar os próprios limites e alcances da teoria, que concebera mesmo como um projeto científico – ou seja, em constante elaboração, mudança, correção de desvios e evolução.

Assim, essas últimas considerações mostram que semiótica discursiva e antropologia do imaginário, embora se tenham originado com base em pressupostos epistemológicos distintos, passam a registrar diversos pontos em comum ao longo de sua trajetória. É tempo, portanto, de sintetizar, nas considerações finais, os resultados alcançados por esta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como uma pesquisa sempre permanece em aberto, considerando-se o caráter dialético e dinâmico do saber e suas implicações, toda apresentação de resultados é parcial e constrói-se em vista dos objetivos que foram colocados em seu início, tentando pôr em relevo as contribuições que trouxeram para o conhecimento na área em questão.

Tomados pelo anseio de promover a integração entre dois conjuntos teóricos utilizados para a análise de discursos dos mais variados gêneros, fomos levados a investigar as relações possíveis entre a semiótica discursiva e a antropologia do imaginário, buscando encontrar possíveis pontos de contato entre uma e outra. Para alcançar tamanho intento, desenvolvemos o trabalho em três grandes etapas: a observação dos conflitos entre as idéias dos grandes pensadores responsáveis pela proposição de ambas as teorias, a análise de conceitos importantes em cada uma delas e, por fim, a tentativa de aproximação seguida de proposta de convergência dos conceitos escolhidos.

Assim, de início, objetivamos estudar a polêmica estabelecida entre Greimas e Durand em torno das premissas epistemológicas que deram origem às suas propostas teóricas, com a devida contextualização de cada uma delas. Nesse particular, pode-se concluir que as divergências postas em destaque de ambos os lados constituíram-se a partir de considerações superficiais, resultando muito mais da defesa exacerbada que cada autor fazia de suas idéias do que propriamente da incoerência ou incompatibilidade entre elas; um exemplo disso encontra-se na

proposição de um estruturalismo dinâmico reclamada por parte de Durand, ponto que, conforme outros semioticistas mostrariam entre as décadas de 1970 e 1990, e também em estudos mais recentes, já se encontrava pressuposto nas formulações teóricas de Greimas, ainda que este se recusasse a considerá-lo nos debates com o estudioso do imaginário.

Além disso, foi necessário confrontar o ponto em que o semioticista efetuava duras críticas ao estudioso do imaginário, em razão de este fundamentar sua proposta teórica em bases extralingüísticas. De acordo com o exposto, tais críticas não procedem, uma vez que, para a construção do método que visa ao estudo do imaginário, Durand levou em conta, sobretudo, a observação de um grande número de discursos, fossem estes verbais ou não, extraídos das mais diversas culturas – o que comprova a natureza imanente, tão valorizada pelos lingüistas, de seus procedimentos de pesquisa.

Quanto à análise das convergências possíveis entre os conceitos de ambos os conjuntos teóricos e os desdobramentos em seu interior, verificou-se a pertinência de nossa proposta, sobretudo em relação a conceitos fundamentais das teorias. Dessa forma, pode-se postular a possibilidade de integração, adaptação e incorporação entre os elementos da antropologia do imaginário e da semiótica discursiva, respectivamente, nos seguintes pontos:

- semi-símbolo e símbolo, em que se encontra maior dificuldade para a integração devido à perspectiva semiótica apegar-se, firmemente, ao conceito de arbitrariedade do signo e da correlação entre expressão, recusando-se a aceitar um conceito que não se oriente por tais regras, embora tal perspectiva se encontre modificada a partir da obra *Da imperfeição*;
- isotopias figurativas e regimes de imagens, em que a confluência ocorre com certa facilidade, considerando-se o tratamento dispensado a imagens e figuras e a importância que ocupam no instrumental analítico-explicativo das duas teorias;
- instância de enunciação e trajeto antropológico do imaginário, em que, apesar de parecer não existirem maiores problemas para a integração,

demandam-se maiores estudos para efetuar-la, uma vez que a enunciação é ainda um procedimento a oferecer diversas dificuldades para os estudiosos da área lingüística, malgrado a evolução que pesquisas recentes tenham trazido ao conhecimento do tema;

- modos de existência e modalidades e estruturas, em que a conjunção também pode ser realizada sem maiores problemas, levando-se em conta os valores que subjazem a esses conceitos, os quais se referem à lógica de forças responsável por presidir à organização da narrativa;
- e junção e esquemas verbais, em que a associação também se faz sem grandes dificuldades, dada a naturalidade com que eles se aproximam um do outro, em virtude de dizerem respeito a um ponto inerente à classificação dos discursos, além da importância que ocupam no desenvolvimento do conjunto teórico no qual tomam parte.

Dentro do que esta pesquisa se propôs a realizar, o trabalho, por questão de coerência, foi obrigado a respeitar alguns limites, resguardando-se de adentrar territórios não permitidos neste momento – caso da formulação necessária, a seguir, de um modelo de análise que, delineando o alcance da integração dos conceitos, confira aplicabilidade prática às aproximações postuladas. Objetivo que, ressaltamos, não se encontrava entre os estabelecidos para esta pesquisa, mas que corresponde, efetivamente, a seu próximo passo.

Para concluir, gostaríamos de citar dois trechos que recuperam a idéia de que uma teoria nunca está acabada, assim como o trabalho de pesquisa que em torno dela se realiza. O primeiro, garimpado na seara da semiótica, é de autoria de Fontanille e Zilberberg (op. cit., p. 151) e nos lembra das constantes revisões e aperfeiçoamentos por que passa o conjunto teórico em que atuam, servindo, portanto, como uma espécie de justificativa às integrações que propomos entre seus conceitos e os da antropologia do imaginário:

O percurso próprio da semiótica consistiu, de nosso ponto de vista, em reintroduzir progressivamente os pressupostos da presença como grandezas cardeais das linguagens-objeto: a foria, indispensável para fazer

“rodar” ou “avançar” o modelo transformacional; a “massa tímica” a permitir a conversão dos “valores virtuais” do saussurismo em “valores axiológicos” ou intencionais; as paixões, para imprimir aos actantes e atores as dinâmicas tensivas internas; o “espaço tensivo”, proposto em Semiótica das paixões como “pré-condição” da busca pelo sentido; enfim, determinadas propostas recentes que visam a aprofundar tanto quanto possível a hipótese de uma prosodização do conteúdo. Tomada em separado, cada uma dessas hipóteses aparece como a adição de um simples toque incapaz de pôr em xeque a economia global do projeto semiótico; postas em conjunto, porém, elas conferem à semiótica uma “fisionomia” sensivelmente diversa da que prevaleceu num primeiro momento.

O segundo trecho, retirado ao terreno do imaginário, é de autoria do próprio Durand (1998, p. 115) e, embora pudesse encontrar-se melhor no início destas considerações finais, fica igualmente bem no fechamento do trabalho, pois o que, nele, mais se destaca é o caráter de incompletude de toda empreitada científica : “Isto conduz-me – e já não é sem tempo – a enunciar uma série de observações finais. Não são conclusões. Um trabalho de pesquisa nunca está concluído!”

E, com tais palavras, suspende-se, pelo momento, a pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

- ABLALI, Driss. **La sémiotique du texte: du discontinu au continu**. Paris: L'Harmattan, 2003.
- ARRIVÉ, Michel. **Lingüística e psicanálise: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e os outros**. São Paulo: EdUSP, 1994.
- _____. "Símbolo". In: GREIMAS, Algirdas Julien & COURTÉS, Joseph. **Semiótica. Dicionario razonado de la teoria del lenguaje – tomo II**. Madri: Gredos, 1991.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. **A poética do devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- _____. **O novo espírito científico**. Lisboa: Edições 70, 1986.
- _____. **Epistémologie**. Paris: Puf, 1974.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso: fundamentos semióticos**. 2ª ed. São Paulo: Humanitas, 2001.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. 4ª ed. Campinas: Pontes/EdUNICAMP, 1995.
- _____. **Problemas de lingüística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.
- BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru: EdUSC, 2003.
- BOUQUET, Simon. **Introdução à leitura de Saussure**. São Paulo: Cultrix, 2000.
- CASSIRER, Ernst. **Linguagem e mito**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

- _____. **Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- COQUET, Jean-Claude. **La quête du sens. Le langage en question.** Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- COURTÉS, Joseph. **La sémiotique du langage.** Paris: Nathan, 2003.
- _____. **Analyse sémiotique du discours. De l'énoncé à l'énonciation.** Paris: Hachette, 1991.
- _____. **Introdução à semiótica narrativa e discursiva.** Coimbra: Almedina, 1979.
- DURAND, Gilbert. **O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem.** Rio de Janeiro: Difel, 1998.
- _____. **Campos do imaginário.** Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- _____. **Introduction à la mythodologie: mythes et sociétés.** Paris: Albin Michel, 1996.
- _____. **As estruturas antropológicas do imaginário.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. **Beaux-arts et archétypes.** Paris: Puf, 1989.
- _____. **A imaginação simbólica.** São Paulo: Cultrix/Edusp, 1988.
- _____. **Mito, símbolo e mitodologia.** Lisboa: Presença, 1982.
- _____. **L'âme tigrée.** Paris: Denoël, 1980.
- _____. **Science de l'homme et tradition: le nouvel sprit anthropologique.** Paris: Albin Michel, 1979.
- _____. **Figures mythiques et visages de l'oeuvre: de la mythocritique à la mythanalyse.** Paris: Berg International, 1979.
- ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo.** São Paulo: Ática, 1996.

FONTANILLE, Jacques. **Soma & Sema. Figures du corps.** Paris: Maisonneuve & Larose, 2004.

_____. **Sémiotique et littérature. Essais de méthode.** Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

_____. **Sémiotique du discours.** Limoges: Pulim, 1998.

_____ & ZILBERBERG, Claude. **Tensão e significação.** São Paulo: Discurso Editorial/Humanitas, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **As palavras e as coisas.** 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GENINASCA, Jacques. **La parole littéraire.** Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Da imperfeição.** São Paulo: Hacker, 2002.

_____. **Maupassant – a semiótica do texto: exercícios práticos.** Florianópolis: EdUSFC, 1993.

_____. **Del sentido II. Ensayos semióticos.** Madri: Gredos, 1989.

_____. **Des dieux et des hommes.** Paris: Presses Universitaires de France, 1985.

_____. **Semântica estrutural – Pesquisa de método.** 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1976.

_____. **Sobre o sentido. Ensaio semióticos.** Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

_____ (Org.). **Ensaio de semiótica poética.** São Paulo: Cultrix, 1975.

_____ & COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica.** São Paulo: Cultrix, s.d.

_____ & _____. **Semiótica. Dicionario razonado de la teoria del lenguaje – tomo II.** Madri: Gredos, 1991.

_____ & FONTANILLE, Jacques. **Semiótica das paixões.** São Paulo: Ática, 1993.

- _____. & LANDOWSKI, Eric (org.). **Análise do discurso em ciências sociais**. São Paulo: Global, 1986.
- HÉNAULT, Anne. **Le pouvoir comme passion**. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.
- HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- JAKOBSON, Roman. **Huit questions de poétique**. Paris: Éditions du Seuil, 1977.
- JUNG, Carl Gustav. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1996.
- _____. **O pensamento selvagem**. 3ª ed. Campinas: Papirus, 1989.
- _____. **As estruturas elementares do parentesco**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- _____. **Antropologia estrutural dois**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1976.
- MAFFESOLI, Michel. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e ofícios, 1995.
- MALRIEU, Philippe. **La construcción de lo imaginario**. Madri: Guadarrama, 1971.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **O olho e o espírito**. 4ª ed. Lisboa: Veja, 2002.
- _____. **Fenomenologia da percepção**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PAIS, Cidmar Teodoro. "Atitudes e posturas epistemológicas no processo histórico dos estudos da linguagem". In: **Anais do V Congresso Nacional de Linguística e Filologia**. Rio de Janeiro: Vers, 2001.
- _____. "Sémiotique structurale et syntaxique-sémantique: essai d'homologation épistémologique". In: PARRET, Herman et RUPRECHT, Hans-George (Org.). **Exigences e perspectives de la sémiotique**. Amsterdam: John Benjamins, 1985.
- _____. **Ensaio semiótico-lingüísticos**. 2ª ed. São Paulo: Global, 1984.
- _____. "Systèmes de signes et systèmes de signification au-delà du structuralisme".

In: Acta semiotica et lingvistica. v. 4. São Paulo: Global, 1980.

PIAGET, Jean. **Le structuralisme**. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

PROPP, Vladimir I. **Morfologia do conto maravilhoso**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

RASTIER, François. “Anthropologie linguistique et sémiotique des cultures”. *In: _____ et BOUQUET, Simon (Dir.). Une introduction aux sciences de la culture*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

_____. **Sémantique interprétative**. 2ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

_____. “Isotopía”. *In: GREIMAS, Algirdas Julien & COURTÉS, Joseph. Semiótica. Diccionario razonado de la teoria del lenguaje – tomo II*. Madri: Gredos, 1991.

ROCHA-PITTA, Danielle Perin. **Iniciação à teoria do imaginário de Gilbert Durand**. Rio de Janeiro: Atlântica, 2005.

RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. **Os paradoxos do imaginário**. São Leopoldo: EdUNISINOS, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Escritos de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 2004.

_____. **Curso de lingüística geral**. 16ª ed. São Paulo: Cultrix, 1991.

STRÔNGOLI, Maria Thereza de Queiroz Guimarães. “Encontros com Gilbert Durand: Cartas, Depoimentos e Reflexões sobre o Imaginário”. *In: ROCHA-PITTA, Danielle Perin (Org.). Ritmos do imaginário*. Recife: EdUFPE, 2005.

_____. “Língua, imaginário e narratividade”. *In: TEIXEIRA, Maria Cecília S & PORTO, Maria do Rosário (Org.). Imaginário, cultura e educação*. São Paulo: Plêiade, 1999.

TATIT, Luiz. **Musicando a semiótica: ensaios**. São Paulo: Annablume, 1997.

THURLEMANN, Félix & FLOCH, Jean-Marie. “Semi-simbólico (sistema, lenguaje, código)”. *In: GREIMAS, Algirdas Julien & COURTÉS, Joseph. Semiótica. Diccionario razonado de la teoria del lenguaje – tomo II*. Madri: Gredos, 1991.

TURCHI, Maria Zaíra. **Literatura e antropologia do imaginário**. Brasília: EdUnB, 2003.

ZILBERBERG, Claude. **Raison et poétique du sens**. Paris: Presses Universitaires de France, 1988.